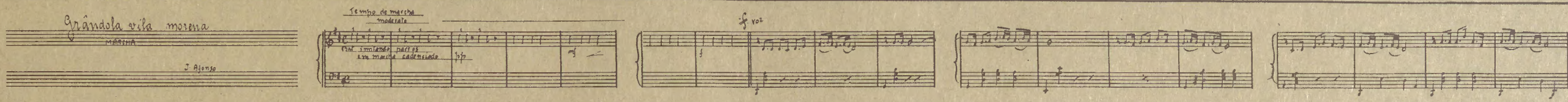


Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 53 – Série VII – N.º 643
24 de Abril de 1986
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa



25 DE ABRIL SEMPRE!

Comemorações em todo o País
Desfile em Lisboa, amanhã, às 14 horas, do Marquês de Pombal para o Rossio

Pág. 1/Semana • Págs. 1 e 2/Agenda



Centenas de pessoas participaram nas várias iniciativas da visita ao concelho de Santarém

A força do 25 de Abril no concelho de Santarém

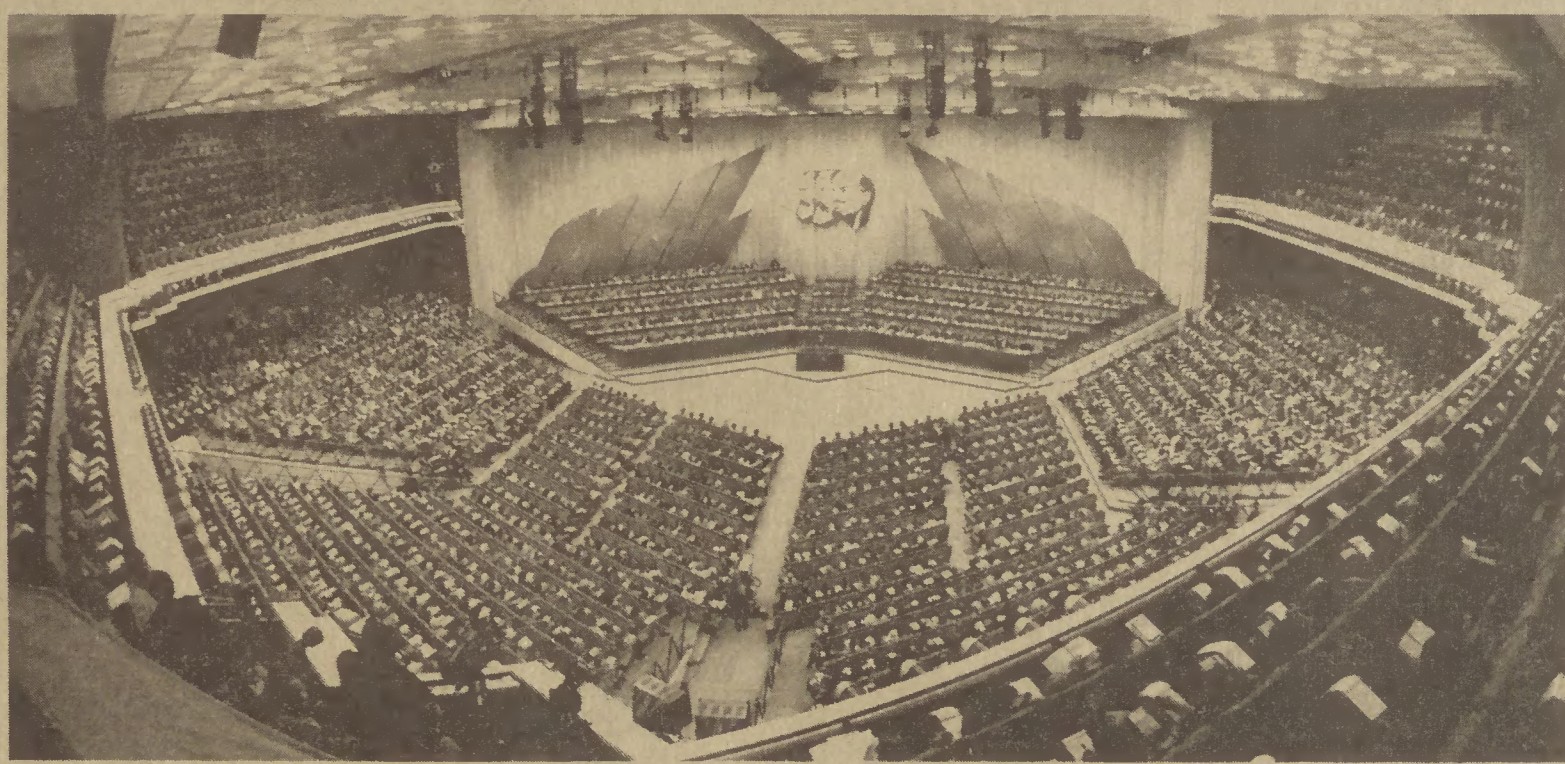
Álvaro Cunhal: «Nestas freguesias sente-se o 25 de Abril, a força do 25 de Abril e o muito que trouxe ao povo português: liberdade, democracia e a possibilidade de trabalhar para a resolução dos seus problemas» — Págs. centrais/Semana



O comício de amizade PCP-PCV que se realizou no pavilhão do Sacavenense

Amizade PCP-PC do Vietname

Os Discursos de Álvaro Cunhal e Nguin Tane Bine no comício de amizade PCP-PCV e o comunicado conjunto sobre a visita da delegação do partido irmão vietnamita reflectem o ambiente fraterno em que decorreu a visita realizada a convite do PCP — Págs. 4, 5, 6 e 7/Semana



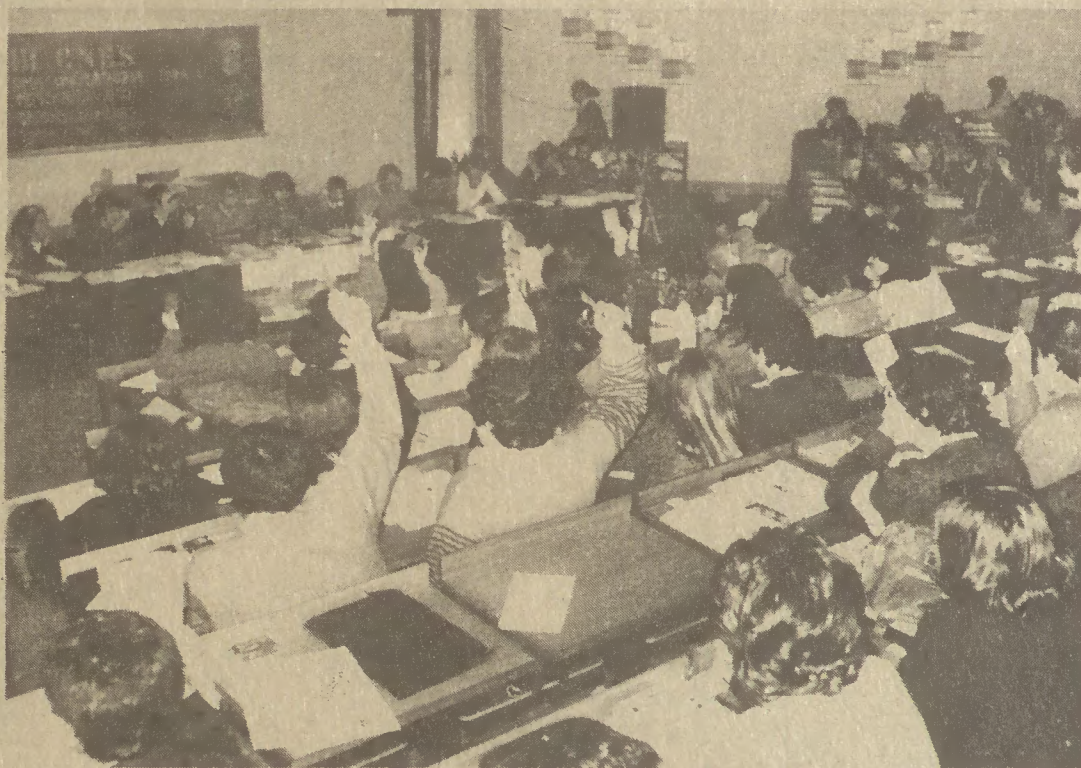
O XI Congresso do PSUA reuniu na majestosa sala do Palácio da República, em Berlim, capital da RDA

XI Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha

Um programa para o ano 2000

- No próximo número, reportagem da enviada especial do «Avante!», **Ivone Dias Lourenço**. Noticiário pág. 14/Semana

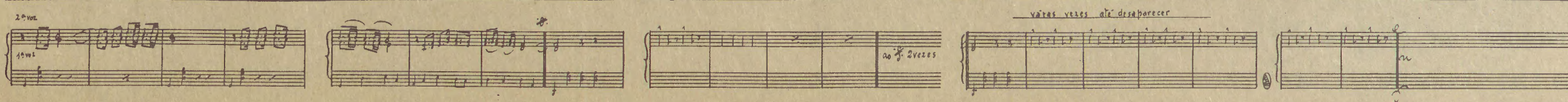
III Conferência Nacional do Ensino Superior



Viva participação na III CNES da JCP

Pág. 12/Semana

TODOS AO 1.º DE MAIO!



Unidade

São quatrocentos centímetros de letra miudinha, linguagem seca, recheada de nomes de localidades, horas, indicações de roteiro. É a relação — e sem dúvida incompleta! — das iniciativas das comemorações populares do 12.º aniversário do 25 de Abril que ocupam grande parte da «Agenda» deste número do «Avante!».

São desfiles e concentrações, almoços e provas desportivas, exposições artísticas e colóquios, programas infantis e inaugurações. São organizadas por partidos políticos e comissões as mais variadas, câmaras municipais e juntas de freguesia, comissões de moradores e colectividades populares, sindicatos e escolas. Realizam-se nas cidades macrocéfalas, nas pequenas aldeias das planícies alentejanas ou das serras do Norte. Quando as fotografias e os relatos derem conta do que aconteceu, ver-se-ão crianças que sabem da madrugada de há doze anos o que lhe contam e cabelos brancos que a aguardavam de há muito; ver-se-ão homens e mulheres, profissões as mais diversas, escutar-se-ão sotaques bem diferentes.

Pode mesmo ir-se mais longe. Em Angola ou no Canadá, em Paris ou em S. Paulo, onde a vida e o trabalho levaram portugueses, também lá qualquer coisa se passa, muita coisa se recorda, muita mais se defende, tanta outra se projecta.

Doze anos são passados. Nesta festa que se repete não surge apenas a memória, a comemoração. Está ausente o formalismo, o acto protocolar, o ritual imposto. É a própria vida que percorre o que se faz. A amplitude nacional de tudo quanto comemora doze anos do levantamento dos capitães de Abril revela que todo um povo sente sua a realidade desde então criada. Mas, e tão ou mais importante do que isso, a verdade é que esta realidade não se confina a uma data ou um acontecimento, nas próprias comemorações transparece que o 25 de Abril moldou uma vida nova que se comemora. Os actos comemorativos são em si próprios a imagem do que se transformou: a liberdade de politicamente afirmar nas ruas a vontade popular, os passos para que as crianças conheçam uma vida bem melhor do que aquela oferecida por um país oprimido que em 1974 mudou, uma cultura que reencontrou o seu povo.

Quando uma comemoração se funde na vida presente e constitui um acto virado para o futuro, não é o passado que se recorda — é a vontade que continua.

Entretanto, doze anos são passados.

Não foram doze anos lineares, um fluir tranquilo de uma sucessão de dias, semanas e meses, mas, bem pelo contrário, um tempo cheio de avanços e recuos, contradições e contratempos, tristezas e alegrias, obstáculos e vitórias.

Portugal de Abril não ficou, decorridas as 24 horas do dia sobre o qual se completam amanhã doze anos, pronto e acabado, não se quedou ali uma realidade tão imóvel quanto um monumento ou edifício de que hoje comemorássemos a festiva inauguração.

Quando dizemos que, doze anos passados, o 25 de

Abril está vivo constatamos afinal a realidade de que são decorridos quatro mil e tantos dias de vida, todos eles vividos!

O 25 de Abril está vivo no coração dos homens, mas está também vivo na realidade do País, nas transformações sofridas, nas lutas travadas. O 25 de Abril não se quedou sendo uma data, gerou o Portugal de Abril. A vontade política e o projecto de transformação que se identificou com aquela data não poderiam tornar-se na realidade poderosa de um país novo se não correspondessem à realidade profunda da terra e dos homens, às necessidades objectivas da sociedade portuguesa. O 25 de Abril está vivo porque o Portugal de Abril se construiu, porque Portugal precisava ser Portugal de Abril, porque o povo assim o quis, assim o defendeu, assim o mantém, assim o quer, para continuar e desenvolver.

Este décimo segundo ano não foi, contudo, apenas mais um, seguindo outros, não aparece como apenas mais um, antecedendo outros.

Quatro actos eleitorais constituíram marcos políticos de alterações importantes no quadro da sociedade portuguesa.

Um ano atrás, o Portugal de Abril defrontava a política de um governo que não escondia os seus projectos de levar até às últimas consequências uma ofensiva que se arrastava há uma década. Desnacionalizações, ataques à Reforma Agrária, leis de Segurança Interna, novas leis eleitorais perfilavam-se num plano arrogantemente público que a direita e seus então aliados pensavam ser o assalto final para que Abril fosse hoje apenas uma memória.

No Governo e no Parlamento parecia haver condições como jamais, sólidas e inamovíveis, para o tornarem possível. A política da direita contava com «a maior maioria de sempre», uma maioria submissa a uma política governamental sem escrúpulos e à qual tudo parecia ser permitido.

Mas se tal política tinha a maior maioria de sempre portas adentro da representação parlamentar, não a tinha no País, no povo, nos trabalhadores. Sem dúvida que se escreveu há um ano nestas páginas que a luta continuaria: e continuou.

O governo PS/PSD foi derrubado, a ofensiva reaccionária conduzida a partir da sua acção foi sustida, a Assembleia da República foi dissolvida, foram convocadas eleições antecipadas.

Nessas eleições deste décimo segundo ano de Abril saiu um quadro político inteiramente novo e favorável à democracia. Uma vez mais se tornou claro que o povo português rejeitava a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

O PS pagou duramente as suas alianças com a direita; os partidos da reacção trocaram votos entre si, sem conseguirem alargar a sua influência; o quadro partidário alterou-se positivamente com o aparecimento do PRD e os resultados então obtidos; as forças democráti-

cas e o PCP em particular mantiveram, numa situação complexa, o seu apoio eleitoral e a sua determinante influência.

Não desarmou, naturalmente, a direita. Enfraquecida, minoritária no País e no Parlamento, pôde ainda aproveitar as hesitações e contradições das forças democráticas para constituir um periclitante Governo Cavaco Silva que, contudo, lhe assegurava a manutenção de decisivas alavancas do Poder.

Novas eleições à porta — as autárquicas — e de novo a direita tenta o reagrupamento que lhe permita recuperar posições, obter vitórias moralizantes e agregadoras, privar a democracia das maiorias no Poder Local conquistadas pelo voto popular.

Nas eleições autárquicas de Dezembro, assistiu-se à ofensiva mais violenta até então conduzida contra a força determinante na defesa da democracia no poder municipal, a APU.

Coligada com um PS que parecia nada ter aprendido com o revés das legislativas, a reacção cantou vitória, declarou que iria varrer os comunistas dos bastiões de Abril nas autarquias.

Foi tão-só mais uma derrota da reacção e mais uma vitória do Portugal de Abril que o povo português depositou nas urnas. As alianças, as ameaças, os dinheiros, as clientelas baquearam face à consciência democrática do eleitorado.

Derrotada e enfraquecida em Junho com a demissão do Governo e a dissolução da Assembleia, derrotada e enfraquecida com o resultados das eleições legislativas, derrotada e enfraquecida com o fracasso nas autárquicas, a direita jogou tudo por tudo no que se seguiria: as presidenciais.

Poucos meses decorreram sobre a mais dura batalha eleitoral travada desde o derrubamento do fascismo.

O perigo iminente de uma escalada fascizante assolou o País e foi compreendido pelo povo.

Os democratas não travaram esta batalha na defensiva. O movimento operário e popular, democratas de várias tendências avançaram para as presidenciais apontando a perspectiva da eleição de um candidato identificado com Abril e cuja vitória daria seguimento às obtidas nas batalhas anteriores. A reacção compreendeu o perigo e lançou no combate melos gigantescos e todos os recursos da manobra política. Com os primeiros enganou e iludiu milhares de eleitores, com os segundos conseguiu dividir na primeira volta o eleitorado democrático.

A definição de uma candidatura de Abril que unisse a força eleitoral dos sectores mais consequentes da democracia e muito especialmente do determinante eleitorado trabalhador do PCP foi, porém, um factor decisivo das condições criadas para sustentar a ofensiva de Freitas do Amaral na segunda volta.

Resumo

16

Quarta-feira

De noite, um petardo de pequena potência explode à porta do Centro de Trabalho do PCP em Ponta Delgada, nos Açores. Não se registaram vítimas pessoais e os prejuízos materiais foram considerados pequenos ■ A Federação dos Rodoviários Urbanos (FESTRU) anuncia que a greve dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa se prolongará por mais uma semana, uma vez que o conselho de ge-



Mais uma semana em greve

rência da empresa e o Ministério dos Transportes «não demonstram qualquer interesse na resolução do conflito» ■ Em mensagem a Khaddafi, Mikhail Gorbachov assegura a «firme intenção» da União Soviética em «cumprir os seus compromissos para reforçar os meios de defesa da Líbia» ■ A agressão norte-americana à Líbia é contestada em todo o mundo.

17

Quinta-feira

Trabalhadores ferroviários vindos de todo o País concentram-se no Terreiro do



Ferrovários em Lisboa

Paço, em Lisboa, e manifestam-se contra a intransigência negocial do conselho de gerência e do Governo ■ O Supremo Tribunal de Justiça ordena a reintegração na empresa dos 22 trabalhadores despedidos há dez anos da RTP depois do 25 de Novembro ■ Lisboaetas manifestam-se frente à embaixada norte-americana contra a agressão à Líbia, em manifestação convocada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação ■ O Presidente da República inicia uma série de audiências concedidas aos partidos com assento parlamentar ■ A União Soviética afirma que vai exercer plenamente o direito de navegação aérea e marítima nas proximidades da costa líbia ■ O Parlamento Europeu condena o ataque norte-americano à Líbia, considerando-o «uma flagrante violação do direito internacional» ■ Inicia-se, em Berlim, o XI Congresso do PSUA.

18

Sexta-feira

Na Marinha Grande, os trabalhadores vidreiros da Ivima e da Maria Pereira Roldão cortam os acessos rodoviários e fer-

roviários à vila. Os trabalhadores lutam contra a intenção governamental de encerrar estas duas empresas. Um contingente da polícia de choque foi enviado para o local pelo Governo, não se tendo registado incidentes ■ Alvaro Cunhal informa o Presidente da República, em audiência por este concedida em Belém, que o PCP encara «com grande apreensão» as consequências da política desenvolvida pelo Governo ■ Realiza-se em Sa-



Comício de amizade

cavém o comício de amizade do PCP com o PC do Vietname ■ Durante a sua intervenção no XI Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha, Mikhail Gorbachov apresenta uma proposta para a redução das forças militares e das armas tácticas no continente europeu ■ Segundo o «Washington Post», o assassinio de Khaddafi era um dos objectivos do ataque norte-americano à Líbia.

19

Sábado

Dois jornais portugueses afirmam que os aviões norte-americanos que atacaram a Líbia violaram o espaço aéreo português na sua rota de agressão ■ Na sessão solene das comemorações do 11.º aniversário da nacionalização da CP, um dirigente da Federação dos Ferrovários afirma que «a nossa luta dura há 32 dias e irá continuar porque defendemos uma causa justa e a justiça, para nós, é a dignidade» ■ Inicia-se em Lisboa, a terceira Conferência Nacional do Ensino Superior



promovida pela Juventude Comunista Portuguesa ■ O secretário-geral do PCP, Alvaro Cunhal, visita o conselho de Santarém ■ O presidente Daniel Ortega afirma que está disposto a assinar com os Estados Unidos um acordo bilateral de segurança, destinado a tornar a América Central uma «zona neutral».

20

Domingo

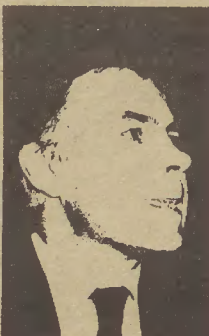
No plenário nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, os trabalhadores repudiam a privatização dos serviços rentáveis do sector ■ A III CNES promovida pela JCP decide a realização de um debate nacional sobre o sistema de acesso ao Ensino Superior e sobre a experiência dos últimos dez anos de gestão universitária. Este debate destina-se a definir alternativas à situação actual ■ O Futebol Clube do Porto sagra-se campeão nacional da

1.ª divisão do campeonato de futebol ■ Durante as comemorações do 25.º aniversário da invasão da Baía dos Porcos, Fidel Castro afirma que Reagan se tornou «potencialmente mais perigoso do que Hitler» ■ Na RDA, onde se encontra, Mikhail Gorbachov afirma que a realização da cimeira entre os Estados Unidos e a União Soviética depende de Washington.

21

Segunda-feira

Segundo um dirigente sindical, o Governo e a gerência da CP já provocaram à empresa um prejuízo de 650 mil contos. O dirigente sindical, em declarações a um matutino, reafirma a responsabilidade governamental na não-resolução do conflito ■ O Presidente da República recebe delegações do PRD, do PS e do PSD ■ No plenário de eleitos e activistas da APU no Algarve, os participantes decidem «dar total cumprimento aos programas eleitorais apresentados à população» ■ Em Berlim, Gorbachov afirma que os países socialistas estão prontos para «a dissolução simultânea» do Pacto de Varsóvia e da NATO. O dirigente soviético preconiza, como primeiro passo, a dissolução das organizações militares das duas alianças ■ O primeiro-ministro espanhol decide a dissolução das Cortes e a convocação de



Felipe Gonzalez

eleições legislativas antecipadas. As eleições realizar-se-ão no dia 22 de Junho.

22

Terça-feira

Os Estados Unidos realizam mais uma explosão nuclear no Nevada. Entretanto, especialistas norte-americanos em ensaios nucleares declararam ao «New York Times» que o número de explosões atómicas poderá aumentar de forma considerável, estando intimamente ligado ao projecto de militarização do Espaço. A União Soviética denuncia: «Washington continua a torpedear os acordos de Genebra» ■ Os países da Comunidade Económica Europeia assumiram a decisão de restringirem as delegações diplomáticas líbias. A agência soviética Tass denuncia que se trata de uma cedência «à pressão de Washington que acentua a sua campanha antilíbia» ■ A Assembleia da República, com os votos do PS, PRD, PCP e MDP, aprovou um projecto de lei que impede o Governo de alienar quaisquer partes, quotas ou acções que detenha nas empresas de comunicação social, segundo o seu livre arbítrio ■ Explosão na escola de Camarate provoca 4 feridos. Mais uma manifestação da falta de condições nas escolas portuguesas.

O XI Congresso (Extraordinário) do PCP marcou efectivamente um marco na vida nacional: com a decisão então tomada de votar contra Freitas do Amaral, os comunistas ditaram a sorte da candidatura da direita, asseguraram a defesa da democracia, da liberdade, do Portugal de Abril.

É, pois, pela força e pela vontade populares que não comemoramos hoje uma memória, mas prosseguimos sim uma realidade viva.

Mas porque esta realidade está viva, está diferente. Acumulam-se os factores de mudança, os reflexos dos acontecimentos, as lições da experiência.

As derrotadas forças da direita procuram penosamente redefinir novo plano para os mesmos objectivos de liquidação da democracia. O último congresso do CDS é o retrato das contradições que percorrem uma reacção que viu desfeto um projecto em que tudo apostou. Até para qualquer apressado observador a realidade se tornaria clara com uma simples comparação: olhe-se a firme determinação e coesão manifestada pelo XI Congresso do PCP, contemple-se o miserável panorama do conclave do partido da extrema-direita! A democracia está, de facto, de boa saúde: a direita, bem doente...

Essa mesma direita agarra-se à governação com a clara consciência de que ali reside uma trincheira que, perdida, poderá significar um dobre de finados de ecos imprevisíveis. As chantagens de Cavaco Silva face a um Parlamento onde é minoritário têm o sabor de um desespero só mitigado pelo uso atrabiliário e antidemocrático do Poder.

O Partido Socialista tenta laboriosamente reformular-se e repensar-se à luz de experiências que outro caminho não podem indicar além de que não são as alianças com a direita que dão força aos partidos democráticos.

O PRD procura a definição do seu enquadramento político, a definição do seu quadro orgânico.

O PCP — trabalha.

Mas nestes dias que mediaram entre a alegria de ver a democracia vitoriosa frente às ameaças do restauracionismo fascizante de Freitas do Amaral e os quatrocentos centímetros de letra miudinha que neste «Avante!» dão notícia da vida de Abril, há nesta vida uma diferença. Chama-se ela unidade.

Não foi estéril a vitória conquistada em Fevereiro. Não foi apenas a de ter defendido uma democracia que, vitoriosa, se quedasse estática e fria. Nessa mesma madrugada, entre abraços e bandeiras, uma revigorada consciência varreu o Portugal de Abril: a liberdade requer e exige a unidade dos democratas.

As comemorações de doze anos do 25 de Abril aí estão. Comemoram doze anos de uma realidade viva. Que sejam também a festa de uma realidade renascida: unidade.

Avante!
Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heeka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tragem média do mês de Fevereiro: 34 100

Semana

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 643

24 de Abril de 1986

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Comemorar doze anos de Abril

Abril não foi. É. Sempre. Abril é esta luta e esta labuta de todos os dias, com as nossas vitórias e os recuos que nos impõem, mas sempre. Dia a dia, há já doze anos.

É esta certeza que leva milhares de democratas, muitos milhares de portugueses a fazerem deste dia vinte e cinco um dia de Festa e de Luta.

Um dia de Festa porque comemoramos o derrube do fascismo, muitas esperanças e outras tantas certezas.

Um dia de luta porque Abril tem de viver, todos os dias e sempre a pensar no amanhã.

É por isso que de norte a sul, nas ilhas, por onde haja portugueses, Abril é comemorado. Desporto, cultura, recreio e manifestações políticas estão aí para o comprovar, como minuciosamente lhe damos conta na primeira página da **Agenda** deste nosso número.

Mas não é só nesta semana que une Abril a Maio que se comemora estes doze anos. Já nas semanas que precederam esta edição do «Avante!» um pouco

por todo o lado se fez Abril. Assim aconteceu em Leiria, dia 22, onde a camarada Alda Nogueira falou no Órfeão local, ou em Sines, onde desde os últimos dias de Março a Câmara Municipal promove um vasto leque de iniciativas. Ou em Loures, Vila Franca de Xira e Amadora e em tantos, tantos outros lugares com tanta e tanta gente a mostrar que Abril está bem vivo, não só nos nossos corações, mas no nosso dia-a-dia, como o demonstraram os

ferroviários nas comemorações do 11.º aniversário da nacionalização da CP.

Comissão promotora

Mas vamo-nos remeter ao que se passará, e, de entre tantas iniciativas, uma há que, pela sua importância e tradição destacamos. Trata-se do desfile do 25 de Abril promovido por um vasto leque de democratas, e que se realiza em Lisboa já amanhã.

Como no nosso número anterior noticiámos, no apelo à participação da população nestas Comemorações Populares, a Comissão Promotora apela para que celebremos «a Revolução», celebremos a vitória da democracia, reafirmemos a determinação de defender a liberdade, a Independência Nacional, o progresso, a

justiça social, a fraternidade e a Paz».

Subscvem o apelo, Alcina Bastos, Alda Nogueira, Álvaro Rana, Ana Gonçalves, Ângelo Velloso, Aníbal Aquilino Ribeiro, António Abreu, António Arnaut, António Costa Leal, António Dias Lourenço, António Galhordas, António Santos Gonçalves, Aquilino Ribeiro Machado, Armando Teixeira da Silva, Artur Cunha Leal, Baptista Bastos, Carlos Aboim Inglês, Carlos Brito, Carlos Crujeira, Carlos Costa, Carlos Fabião, Carlos Lage, Carlos Marques, David Mourão Ferreira, Delgado da Fonseca, Fernando Piteira Santos, Fisher Lopes Pires, Francisco Louçã, Francisco Marcelo Curto, Francisco Salgado Zenha, Gualter Basílio, Hélder Madeira, Helena Cidade Moura, Henrique de Barros, Jacinto Baptista, Jaime Serra, Jerónimo de Sousa, João Cabral Fernandes, João Miller Guerra, João Soares Louro, José Carlos de Vasconcelos, José Casanova, José Medeiros Ferreira, José Tengarrinha, Kalidás Barreto, Levy Baptista, Luís Catarino, Luís Moita, Luísa Irene Dias Amado, Manuel Alegre, Manuel A. Ponte Tito de Moraes, Manuel Sá Marques, Maria Agostina Almeida, Maria Santos, Mário Dionísio, Mário Neves, Mário Tomé, Miranda Calha, Nápoles Guerra, Octávio Pato, Pedro Arsénio Nunes, Rangel de Lima, Raul de Castro, Raul Junqueiro, Ricardo Barros, Rosa Coutinho, Sanches Osório, Silvano Ribeiro, Stela Piteira Santos, Teresa Barata Salgueiro, Ulpiano Nascimento, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco da Gama Fernandes, Vasco Gonçalves e Vítor Alves.

De salientar que, em comunicado, a União dos Resistentes Antifascistas Portugueses afirma que «o resultado vitorioso das lutas antifascistas, o 25 de Abril de 1974, os 12 anos seguintes, demonstram que os anseios e ideais libertadores triunfarão». «No povo português — concluem — há sementes de futuro, das mais variadas, e ninguém conseguirá impedir que cresçam e frutifiquem».

Exemplo destas afirmações é o vasto leque de personalidades, colectividades, associações cívicas, culturais e desportivas que por todo o país promovem as comemorações deste que é o décimo segundo aniversário do 25 de Abril.



Novidade

Virgílio
Moreira

A Criança dos Dois aos Seis Anos

É o prosseguimento do livro *A Criança no Primeiro Ano de Vida*. O livro trata sistematicamente das doenças características das crianças nesta idade, dos cuidados a ter na sua prevenção e tratamento, nos vários perigos que ameaçam a criança durante o seu crescimento e formação. O autor dedica um largo espaço à criança saudável e ao tipo de cuidados a ter pelos pais no seu acompanhamento. Trata-se de um guia muito completo e actualizado sobre a educação e tratamento das crianças.

BIBLIOTECA
DA SAÚDE
Preço 700\$00



A direita em situação política difícil

O tempo lava. Que é como quem diz que a verdade vem sempre ao de cima. Que o verniz acaba por estalar. E são às vezes os próprios mascarados, moídos de contradição por dentro, que acabam por, sufocados, arrancar as máscaras.

Isso também acontece aos partidos.

Doze anos depois de Abril, quantas máscaras se não esfarraparam, umas arrancadas na luta, outras soltando-se ao sabor das dificuldades que alguns encontraram no prosseguimento da mentira, outras caindo com a naturalidade das folhas outonais, como que perdida a necessidade de enganar.

Projectos enfiados na gaveta; social-democráticos postas em questão; centrismos repostos no seu lugar, isto é, sempre à direita da máscara.

De modo que, enquanto logo a seguir ao 25 de Abril de 1974 todos eram mais ou menos de esquerda, passados anos quase todos são mais ou menos de direita. A novidade é apenas o mostrar a cara... da direita. Enquanto que a verdadeira esquerda é acusada de anacrónica porque... continua a ser esquerda.

Estas operações de «ajustamento» à verdade não acontecem, porém, sem dor. Nem acontecem sem que alguma confusão se produza nas hostes direitistas. Às tantas ninguém, por lá, sabe de que direita é. A direita, hoje em dia, encontra-se verdadeiramente em «situação política difícil» e um dia ver-se-á obrigada a encerrar as portas, por falta de «viabilização».

Para não dizerem alguns que tomamos desejos por realidades, socorremo-nos para demonstração destas «dificuldades», de um jornal bem à direita do nosso pluralístico espectro de comunicação social — o «insuspeito» «Semanário». Que, na sua mais recente edição e a propósito do último congresso do CDS (um dos tais partidos que logo a seguir ao 25 de Abril se não confessou de direita, colocando-se ao «Centro» e cobrindo a cara com o epíteto de «Social» e chegando ao cúmulo de se arvorar em «Democrático»), dá um retrato significativo da confusão reinante.

Mimos arremessados uns aos outros, os delegados chamaram-se nomes curiosos, segundo o repórter. E em linguagem esclarecedora dos seus hábitos e esperanças. «Cheira a antigo regime», exclamava um. «Por favor acalme as suas tropas», rogava outro. «Era preciso dizer que isto iria ser uma batalha campal e que era necessário trazer as metralhadoras», lamentava-se um terceiro. «Arruaceiros!», «Fascistas!», «Salazaristas!».

Foi assim um ver se te avias, a chamarem-se pelos nomes próprios. Algumas frases, porém, dão o tom de desgraça: «O CDS isolou-se num «ghetto»...», «Tenho vergonha e nojo de estar aqui...», «Parece que estamos no tempo da União Nacional»...

Desse congresso que mais dizer?

O comentário, entretanto, que adorna a página onde aquelas cenas se contam, é sugestivo da desorientação que reina pelas direitas todas. É que, não sei se os leitores sabiam que há em Portugal, pelo menos umas três direitas, como nos esclarece o «analista» Portas. E que «a revolução em Portugal fabricou duas», sendo a primeira «fundada por Sá Carneiro» — a gente a pensar que o homem tinha sido «social-democrata» — a segunda «fundada por Freitas do Amaral» — a gente a pensar que o candidato do pré-frente era «centrista» —, a terceira urdida pelo antigo ministro de Salazar, Adriano Moreira.

Se já havia duas e tão boas, parece queixar-se o «analista» Portas, para quê uma terceira? Nada mais fácil de explicar, quanto a ele: «para interceptar as anteriores e ser recebida em festa pelas esquerdas»!

A desorientação é tão grande que um dia destes ainda vão por aí insinuar que navegam submarinos nas águas turvas do CDS. Ou que Adriano é um perigoso esquerdista. Se já se ouvira no congresso «centrista» que «o CDS passou a ser a UDP de Portugal»...

A direita — as direitas — atravessa mesmo uma «situação política difícil». E não será o Governo minoritário de Cavaco que irá desbloquear a situação e viabilizar-lhe o futuro.

■ LM

Gestores eleitos podem tomar posse

A Siderurgia Nacional, EP, que comemorou há dias o 11.º aniversário da sua nacionalização, é uma das empresas públicas mais atingidas pela política de reprivatização das partes mais lucrativas do sector público e empresarial do Estado. Nessa e noutras empresas, designadamente na **Comunicação Social**, agora sob a mira da reprivatização, as organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) devem ter doravante em conta que **foi declarado inconstitucional o Decreto-Lei 29/84**, promulgado há dois anos para restringir direitos dos trabalhadores quanto à designação dos seus representantes nos órgãos de gestão das empresas públicas. O Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP, ao chamar a atenção para o facto, recorda que o objectivo principal desse decreto, cuja inconstitucionalidade ele próprio requereu ao Tribunal Constitucional, era **«impedir a fiscalização e controlo por parte dos trabalhadores da gestão das empresas públicas»**. O Grupo Parlamentar do PCP sublinha que **«se torna urgente a reposição da legalidade e a entrada imediata em funções dos gestores eleitos pelos trabalhadores»**. (Na foto: sessão na SN, EP.)



Centenário do 1.º de Maio Duplo-álbum assinala as comemorações promovidas pela CGTP-IN

Entre as numerosas iniciativas, incluindo o V Congresso sindical, que assinalam por todo o País o centenário do 1.º de Maio, a CGTP-IN anuncia o lançamento no final deste mês de dois discos (duplo-álbum) com o título «Cem Anos de Maio».

Com 23 temas e uma capa elaborada a partir de uma gravura de Gil Teixeira Lopes, o lançamento da edição está previsto dentro de alguns dias, enquadrando-se, segundo a Inter, «nas múltiplas acções editoriais e culturais» com que a CGTP-IN pre-

tende assinalar o ano do centenário do 1.º de Maio, englobando a atribuição de «prémios literários e de artes plásticas, colóquios, um espectáculo no dia 30 do corrente e várias outras iniciativas» já efectuadas e a decorrer até o fim do ano.

Temas originais e inéditos

O duplo-álbum inclui, além de Gil Teixeira Lopes na capa, 23 artistas que participam com temas originais e inéditos.

Interpretam, compõem e desempenham: Vitorino, Maria Gui- not, José Jorge Letria, A. Vitori- no d'Almeida, Sérgio Godinho, Carlos Alberto Moniz, Pedro Bar-

roso, Barata Moura, Manuel Frei- re e Samuel.

Segundo o departamento de informação da CGTP-IN, «com temas já conhecidos participam nos discos: Carlos Paredes, Fernando Tordo, Paulo de Carvalho, Carlos do Carmo, José Afonso, Júlio Pereira, Janita Salomé, José Mário Branco, Carlos Mendes e Trovante, sendo ainda res- pescadas gravações de Adriano Correia de Oliveira e José Carlos Ary dos Santos».

REGIÕES

Leiria

A União dos Sindicatos de Leiria promoveu anteontem uma jornada distrital de luta, com a qual pretendeu «chamar a atenção da opinião pública para o aumento do desemprego, dos salários em atraso, e denunciar a passividade do Governo». Afirma a União, referindo-se à cidade de Leiria, que, «além do painel exposto durante todo o dia no Largo Paulo VI», se realizou um plenário onde foi aprovada «uma moção de repúdio pelo despacho conjunto das secretarias de Estado do Emprego e da Segurança Social que desobriga as empresas

com salários em atraso do envio das folhas para a Segurança Social». Os dirigentes e delegados sindicais que participaram no plenário onde foi aprovada a moção deslocaram-se ao Centro Regional de Segurança Social onde foram recebidos pelo conselho directivo. O representante deste organismo, afirma a União dos Sindicatos de Leiria, «ficou sensibilizado relativamente à posição do movimento sindical, comprometendo-se a defendê-la perante as instâncias superiores». A União assinala que os objectivos da jornada «foram plenamente alcançados». Exemplares da moção entregue na SS

distrital foram distribuídos pelos trabalhadores.

Setúbal

As organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) do distrito de Setúbal concluíram em reunião na passada segunda-feira que «valeu a pena lutar pela resolução da chaga dos salários em atraso». As ORTs, que aprovaram um projecto de resolução, decidiram «continuar a luta pelo pagamento dos salários em atraso e a defesa do emprego». Mas reafirmam no primeiro ponto da resolução que, «passados quase três anos após a primeira iniciativa proposta na As-

sembleia da República, vai finalmente aquele órgão de soberania discutir, no próximo dia 29, os projectos-lei (sobre salários em atraso) já aprovados na generalidade». Ainda no mesmo ponto um da resolução, as ORTs salientam que «foi a luta dos trabalhadores que venceu a batalha da informação, dando conhecimento à opinião pública desta chaga social. Foi a luta que consagrou o princípio de que o Estado e os poderes públicos não podem continuar a alhear-se dos salários em atraso», conclui o primeiro ponto da resolução à qual voltaremos noutra oportunidade.



Trabalhadores

Cavaco ressuscita o CPCS

Contra acções de luta o objectivo do Governo é o «tecto salarial»

• Mantêm-se as paralisações no Metro e na CP

Foi marcada para ontem uma reunião do Conselho Permanente da Concertação Social. Este CPCS, que se julgava extinto após efémera «glória», espera novo fôlego do Governo Cavaco, da pequeninha tendência dita sindical dos TSD e dos srs. Ferraz da Costa e Rocha de Matos, ultimamente muito promovidos na TV. Ao lado destes srs. devem sentar-se ainda o presidente da CAP e o grande patrão do grande comércio de que não nos lembra os nomes. Objectivo número um: impor um «tecto salarial». Contra ele lutam, entre muitos outros, os trabalhadores da CP.

Na concentração nacional da passada quinta-feira, no Terreiro do Paço, em Lisboa, os trabalhadores ferroviários, há mais de um mês em greve sectorial, aprovaram um documento onde a dado passo se decide «exigir ao Governo que assuma uma posição responsável, compreendendo que um conflito com a gravidade do que se verifica na CP, só pode ser resolvido através de uma negociação séria e realista entre as partes em litígio».

No mesmo documento, distribuído pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP), os trabalhadores, que afluíram em grande número à concentração de quinta-feira em frente ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sublinham «a sua firme determinação de continuarem a lutar por uma justa revisão do acordo de empresa (AE)» e repudiavam «todas as formas de repressão que o Governo decida utilizar contra os trabalhadores em substituição do indispensável diálogo» que os sindicatos representativos sempre exigiram, antes e depois da iniciada a greve.

Prosseguir com a greve até dia 29

Um pré-aviso de greve entre tanto entregue aos órgãos competentes anunciava a continuação da luta até 29 do corrente, se a actual situação se mantiver e que no fundamental consiste em reivindicações salariais superiores aos cerca de 17 por cento que o Governo tenta impor sem negociações. Reafirma a Federação (FSTFP) que, «apesar de terem a razão pelo seu lado, os trabalhadores, legitimamente representados pela comissão sindical negociadora/FSTFP, têm manifestado o maior empenho na resolução do conflito através do diálogo e da negociação responsável».

Mas o Governo, «desprezando as reiteradas ofertas de disponibilidade para negociar», assim como o conselho de gerência, «têm provocado o agravamento artificial do conflito, igno-

rando os incalculáveis prejuízos que as paralisações estão a causar à indústria, ao comércio, à agricultura, à CP, aos utentes habituais do comboio e aos ferroviários».

Os trabalhadores estranham o comportamento do Governo

«É pelo menos estranho — acrescenta a FSTFP — que, perante um conflito de consequências tão graves para o País, o Governo não tenha sentido ainda a necessidade de chegar à fala com os legítimos representantes dos trabalhadores, que nos últimos vinte dias se têm desdobrado em diligências de toda a ordem para tentarem ser recebidos, sem o conseguirem, pelos ministros do Trabalho e dos Transportes e Comunicações» e pelos respectivos secretários de Estado.

Recorde-se que a Federação, os sindicatos ferroviários e a comissão negociadora sindical representam a maioria indiscutível dos mais de vinte mil ferroviários existentes em todo o País. Dessa representatividade democrática o Governo não quer saber.

Acréscima a FSTFP:

«Em vez de procurar resolver o conflito pelo diálogo e pela tão apregoada concertação, o Governo está a complicar ainda mais as coisas ao enveredar pelo recurso à repressão, como forma de solucionar os problemas laborais, como é o caso da ameaça de descontar aos grevistas parte do salário relativo ao trabalho efectivamente cumprido e ao mandar prender dirigentes sindicais só porque manifestaram a vontade de serem recebidos por um membro do Governo, para tentarem resolver o conflito pelo diálogo».

Mas o Governo não quer dialogar. Prefere reunir o «seu» Conselho Permanente (CPCS), que apenas tem de «concertação» o nome. (Aliás, nome esse que os TSD querem mudar, certamente porque se torna demasiado escandaloso designar o CPCS/PSD assim, no tempo desta governação.)

«Ao recordarem os anos de

opressão anteriores ao 25 de Abril e referindo-se à passagem do 12.º aniversário» dessa data que «os trabalhadores portugueses nunca poderão esquecer», os ferroviários concentrados no Terreiro do Paço, a três semanas das comemorações do centenário do Primeiro de Maio, reafirmam que as suas reivindicações salariais são «justas, equilibradas e realistas», pois se baseiam, como as restantes reivindicações aliás, designadamente as carreiras (regulamento novo), na «média ponderada dos aumentos acordados noutras empresas do sector dos transportes».

Por outro lado, referem os ferroviários como «socialmente imoral» o consentimento do Governo relativamente aos aumentos dos gerentes da CP (19,3 por cento sobre centenas de contos mensais) quando o mesmo Governo «evoca dificuldades financeiras para tentar impor um aumento médio global de 16,4 por cento aos trabalhadores».

Se há irresponsabilidade e incúria perante os interesses legítimos da população que se serve dos comboios, essas faltas, erros e perversões não podem ser atribuídas aos ferroviários, às suas organizações representativas e às forças democráticas que manifestam apoio solidário às reivindicações da grande massa dos trabalhadores da CP.

Metro: paralisações por salários

Sem porem em causa os aumentos salariais alcançados pela luta na Carris, os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa prosseguiram na terça-feira com as paralisações parciais por um aumento salarial equivalente ao dos companheiros daquele ramo dos transportes.

Recorde-se que na Carris, depois da greve, os salários subiram globalmente na ordem dos 20 por cento.

As paralisações no Metro, marcadas também para ontem, 23, estão previstas para continuar hoje, 24, das 17 às 19 horas.

As lutas na CP e no Metro têm decorrido sem que se verifiquem incidentes, além dos protestos dos passageiros que objectivamente deveriam atingir os responsáveis pelas formas de luta adoptadas e que, como se disse e se repete, não são da responsabilidade de quem trabalha e quer ver justamente retribuído o seu trabalho, com é o caso dos trabalhadores dos transportes e dos outros em geral.

Segundo as organizações sindicais representativas, que deram uma conferência de imprensa na passada segunda-feira, a luta prosseguirá até que as reivindicações sejam satisfeitas pela administração do Metropolitano de Lisboa.

No Metro, os salários oscilam actualmente entre os 32 e os 34 contos mensais, no subsolo, e entre 28 e 30 nas oficinas.

As paralisações na CP e no Metro têm provocado, directa e indirectamente, perturbações significativas no tráfego, sem que o Governo e demais responsáveis tenham explicado publicamente o que se passa — a não ser a inevitável propaganda governamental acerca do «tecto» para os salários e das «excelências» da iniciativa privada, isto é, dos grandes interesses lucrativos pelos quais se movem os promotores dessa «iniciativa» produtora de grandes fortunas para alguns e de carestia e mesmo miséria e fome para os que não podem «amanhar-se», nem estão dispostos a fazer disso um princípio orientador de toda a sociedade.



CP: novo pré-aviso até dia 29



Carris: a média salarial reivindicada no Metro



Metro: nova paralisação hoje

LUTAS E TAREFAS

A situação nos transportes, incluindo as empresas extintas — CTM e CNN — há cerca de um ano no transporte marítimo, requer, como em outras grandes empresas em crise, uma participação activa dos representantes dos trabalhadores na defesa dos seus direitos ameaçados, nomeadamente o direito ao trabalho, aos salários e à protecção contra os despedimentos. É indispensável o reforço da unidade e da participação sindical de todos os trabalhadores.

• **CTM e CNN: «O Governo agiu coercivamente.»** Ao obrigar os trabalhadores (perto de 5000) destas duas ex-empresas públicas a assinar um documento para receberem «compensações e complementos de reforma» o governo da altura pagou apenas à volta de 300 contos a cada trabalhador afectado pela extinção, quando, no entender da Federação dos Sindicatos do Mar, os trabalhadores têm direito, como indemnização a valores que oscilam entre os dois e os oito mil contos. No seguimento de outras acções recentes, os trabalhadores da CTM e CNN, que exigem o pagamento das diferenças, marcaram uma concentração para o próximo dia 8 em frente à Secretaria de Estado dos Transportes.

• **548 trabalhadores com salários em atraso há 14 meses na Parry & Son.** Nesta prestigiada empresa ligada à construção naval é a ameaça de falência contra a qual protestam os trabalhadores, os seus representantes e os sindicatos. Reunidos na passada segunda-feira, os accionistas da Parry, com relevo para a Lisnave e o IPE (Instituto de Participações do Estado) não chegaram a acordo sobre o passivo e marcaram nova reunião para 12 de Maio. Os trabalhadores continuam a exigir o pagamento dos salários e a viabilização da empresa.

• **Situação insustentável na SRN.** Na Sociedade de Reparação de Navios a situação

aproxima-se do desespero. Os trabalhadores sobrevivem com uma sopa e um pão. A empresa é da região de Setúbal, cujo Bispo ainda há dias referiu o fenómeno «anti-evangélico e anti-humano dos salários em atraso» e o encerramento de mais de cem empresas na região. A caridade é insuficiente e inadequada para resolver situações escandalosas como esta. As organizações dos trabalhadores devem funcionar e contribuir solidariamente com a sua luta para a resolução destes problemas inadmissíveis numa sociedade democrática onde fortunas recentes não param de crescer.

• **Greve na Misericórdia.** Em Alhos Vedros, os trabalhadores da Misericórdia local marcaram uma greve para 8 de Maio. Sem apoio do Centro Regional de Segurança Social de Setúbal, a Santa Casa deve oito mil contos de salários.

• **ENATUR: pelo contrato e pelos retroactivos.** A Federação sindical da Hotelaria reclama a entrada em vigor de um contrato de trabalho para esta empresa. Acusando o Governo de pretender evitar que sejam pagos aos trabalhadores os aumentos salariais de 22 por cento, alcançados pela sua «determinação e luta», aquela organização sindical anuncia uma greve para data a marcar. Com 940 trabalhadores a ENATUR teve, no ano passado, um montante de lucros da ordem dos 200 mil contos.

PCP

Sacavém recebeu comício de amizade PCP-PC do Vietnam

A ponte do internacionalismo proletário encurta distâncias

De Lisboa a Hanoi encurta-se a distância quando de premeio se estabelece a ponte feita dos interesses comuns dos trabalhadores de Portugal e do Vietnam: a ponte do internacionalismo proletário.

Mais do que uma mensagem, mais do que uma sólida posição de princípio nas relações internacionais, foi este o ambiente que envolveu o comício realizado na noite da última sexta-feira em Sacavém. Ambiente de amizade solidária e de simpatia para com os nossos convidados, vivida por centenas de pessoas que no pavilhão do Sacavenense, conhecida colectividade do concelho de Loures, receberam, ouviram e aplaudiram a delegação do Partido Comunista do Vietnam, constituída pelos camaradas Nguin Tane Bine, secretário do Comité Central do PCV, e Hóangue Tui

Jiangue, das Relações Internacionais do partido irmão.

O comício foi promovido pela Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) e registou

as intervenções de Nguin Tane Bine e de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que referimos à parte nestas páginas dedicadas à visita da delegação vietnamita ao nosso país, realizada a convite do Comité Central do Partido.

«Vieram os camaradas Nguin e Hóangue do outro lado do Mundo, do sudeste asiático, percorrendo milhares e milhares de quilómetros para chegar a Lisboa. Queremos dizer-lhes: sintam-se entre homens, mulheres e jovens que admiram a luta heróica do vosso partido e do vosso povo, sintam-se entre camaradas da mesma causa.» São já palavras da intervenção de abertura do comício, lida pelo camarada Euclides Pereira, do Executivo da DORL e membro do Comité Central. Palavras que foram entusiasticamente sublinhadas pela assistência, e às quais o camarada da Direcção Regional de Lisboa acrescentou:

«Ontem estivemos ao vosso lado contra a agressão imperialista norte-americana, ao vosso lado na hora da vitória, na hora da reunificação, e hoje, estamos convosco na edificação do socialismo na República Socialista do Vietnam.»

Coube ainda ao camarada Euclides Pereira apresentar a Mesa deste comício de amizade. Além da delegação do PCV e do secretário-geral do PCP, encontravam-se os camaradas Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC; Severiano Falcão, da DORL, do CC e presidente da Câmara Municipal de Loures; Domingos Lopes, suplente do Comité Central; Carlos Sousa, da Comissão de Freguesia de Sacavém do



PCP e presidente da Junta de Freguesia local; Dália Machado, do secretariado da célula do Partido na Covina e Cristina Torres, responsável do colectivo de Loures da Juventude Comunista Portuguesa.

O comício prosseguiu com a intervenção do camarada Nguin Tane Bine, muito aplaudido pela assistência.

Antes do discurso do camarada Álvaro Cunhal, aguardado com natural expectativa, várias organizações do Partido entregaram flores e recordações à delegação do Partido Comunista do Vietnam, nomeadamente as células da CM de Loures, da Covina e de outras empresas e as

comissões de freguesia do Partido de S.^a Iria de Azóia e Sacavém, entre outras. Este foi um momento particularmente vibrante no pavilhão do Sacavenense, que continuaria com a referência às saudações à delegação visitante, enviadas por várias células de empresa (Trefilaria, Roballac, Indep, Fima, etc.), comissões de freguesia (Apelação, Camarate, S. João da Talha, etc.) e o colectivo da JCP de Sacavém.

A parte final do comício foi preenchida pela intervenção do secretário-geral do PCP, que abordou temas internacionais e aspectos da situação política no nosso país.

Comunicado conjunto PCP-PCV

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal, entre 17 e 22 de Abril, uma delegação do Partido Comunista do Vietnam dirigida por Nguyen Thanh Binh, Secretário do Comité Central e Hoang Thuy Giang, colaborador do Departamento Internacional do CC do PCV.

A delegação do PCV manteve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC e Domingos Lopes, suplente do CC.

A delegação do PCV participou num Comício de Amizade e Solidariedade, realizado em Sacavém, onde usaram da palavra o camarada Nguyen Thanh Binh, Secretário do CC e o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP.

As duas delegações trocaram opiniões sobre a situação nos respectivos países e aspectos da situação internacional e ainda sobre problemas do movimento comunista e operário internacional.

A delegação do PCP informou a delegação do PCV acerca da luta dos comunistas portugueses para materializar a unidade das forças democráticas com vistas a operar uma viragem democrática na vida nacional no sentido de defender o regime democrático e as conquistas revolucionárias, sua parte integrante.

A delegação do PCV informou a delegação do PCP sobre os sucessos obtidos pelo povo vietnamita na edificação do socialismo e na defesa do país, sobre os esforços e iniciativas do Vietnam para reduzir a tensão e resolver os problemas na região pela via das negociações a fim de transformar o Sudeste Asiático numa zona de paz, de estabilidade e de cooperação.

A delegação do PCP manifestou a solidariedade dos comunistas portugueses à luta do PCV, à frente do povo vietnamita, pela edificação socialista da República Socialista do Vietnam e pela paz. A delegação do PCP sublinhou a repercussão internacional da vitória do povo vietnamita contra o imperialismo norte-americano e o estímulo que representou para a luta de libertação dos trabalhadores e dos povos.

A delegação do PCV expressou a solidariedade do PCV à luta do PCP pela unidade das forças democráticas para operar uma viragem democrática na vida nacional para defender as conquistas da revolução de Abril.

As duas delegações condenaram firmemente a política militarista do imperialismo norte-americano e dos círculos mais agressivos da NATO que intensificaram a corrida aos armamentos e ameaçam a paz. Ambas as delegações condenaram firmemente a política militarista do imperialismo norte-americano e dos círculos mais agressivos da NATO que intensificaram a corrida aos armamentos e ameaçam a paz.

Ambas as delegações valorizaram as propostas de paz dos países socialistas, em especial, a proposta da URSS apresentada pelo Secretário-Geral do PCUS, camarada M. Gorbachev, em 15 de Janeiro, de liquidar por etapas até ao ano 2000 as armas nucleares. Considerando a luta pela defesa da paz como tarefa prioritária dos trabalhadores e povos de todo o mundo, e parte integrante da luta de libertação nacional e social, as duas delegações manifestaram a sua solidariedade de combate aos povos vítimas das agressões imperialistas e em luta pela sua libertação.

Consideraram que as condições objectivas face à ofensiva dos círculos mais retrógrados do imperialismo, impõem que se procurem caminhos para o reforço da unidade e coesão do movimento comunista e operário internacional assim como o reforço da solidariedade e cooperação entre todas as forças do progresso social da paz e do socialismo.

As duas delegações expressaram a vontade de continuar a reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PCV na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

A delegação do PCV teve oportunidade de contactar directamente com a actividade do PCP e a realidade portuguesa. Foi recebida no CT Vitória, no Plenário de Quadros da Organização Regional de Lisboa. Contactou com uma delegação da JCP. Visitou a Câmara Municipal de Benavente e a Cooperativa «Monte Couço».

A visita decorreu num ambiente de fraternal camaradagem. Lisboa, Abril 1986

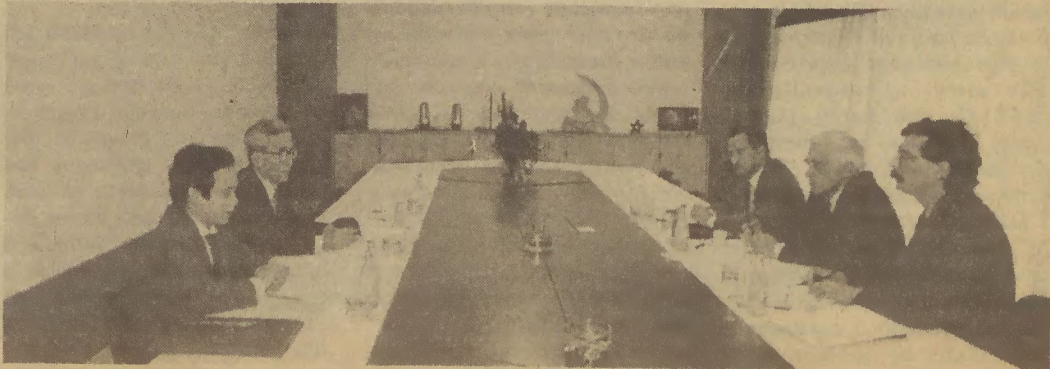
As duas delegações trocaram opiniões sobre a situação nos respectivos países e aspectos da situação internacional e ainda sobre problemas do movimento comunista e operário internacional.

As duas delegações trocaram opiniões sobre a situação nos respectivos países e aspectos da situação internacional e ainda sobre problemas do movimento comunista e operário internacional.

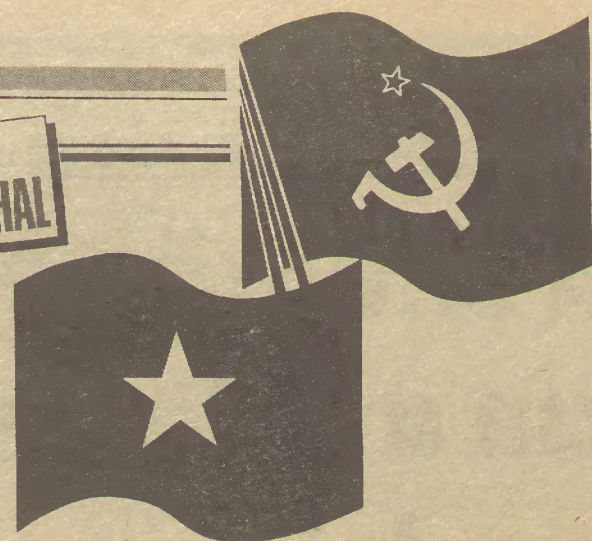
As duas delegações trocaram opiniões sobre a situação nos respectivos países e aspectos da situação internacional e ainda sobre problemas do movimento comunista e operário internacional.

As duas delegações trocaram opiniões sobre a situação nos respectivos países e aspectos da situação internacional e ainda sobre problemas do movimento comunista e operário internacional.

As duas delegações trocaram opiniões sobre a situação nos respectivos países e aspectos da situação internacional e ainda sobre problemas do movimento comunista e operário internacional.



«Sempre pensámos e continuamos a pensar que cada povo pode e deve baseado nas suas próprias forças escolher o seu destino e lutar por ele»



Está ainda bem viva na memória dos povos a histórica vitória do povo vietnamita na guerra que, com meios colossais de destruição e genocídio, lhe foi imposta pelo imperialismo norte-americano.

Arrogante, o imperialismo cuidava e anunciava ir esmagar o heróico povo vietnamita. Resultado final: o imperialismo foi derrotado, não alcançou qualquer dos seus objectivos, foi forçado a aceitar a reunificação do Vietname sob a direcção do PC do Vietname, foi forçado a conformar-se com a realidade no Sueste da Ásia de mais um povo libertado e de mais um Estado socialista, seguido ulteriormente (também através de lutas heróicas) pelo Laos e o Kampuchea.

A derrota sofrida pelo imperialismo norte-americano no Vietname não mudou, porém, nem a sua natureza agressiva, nem as suas pretensões de gendarme mundial.

Depois do Vietname, numerosas vezes o imperialismo norte-americano desencadeou intervenções contra Estados independentes, acções militares agressivas, actos de terrorismo e de guerra contra povos em luta pela sua libertação e empenhados na construção de novas sociedades libertadas do imperialismo.

A recente agressão militar dos Estados Unidos à Líbia constitui mais um bárbaro acto de agressão e de guerra praticado pelo imperialismo norte-americano contra um país soberano e independente.

Nós, comunistas portugueses, somos contra o terrorismo como método de luta, condenamos as acções terroristas. Mas não podemos deixar de desmascarar a hipocrisia do governo dos Estados Unidos que procura justificar pela luta contra o terrorismo os mais repugnantes actos de terrorismo que ele próprio pratica.

Não podemos deixar de desmascarar a hipocrisia daqueles que, em Portugal, se insurgem e fazem enorme alarido em torno de uma bomba que faz estragos numa instalação comercial, mas que já tem louvores a bombardeamentos aéreos massivos que causam imensas destruições e numerosas vítimas de populações indefesas, como acaba de acontecer na Líbia.

Com o governo de Reagan, através da CIA, das suas redes e também das suas poderosas forças armadas, os Estados Unidos confirmam-se como o maior e o mais brutal e desumano promotor e realizador do terrorismo internacional.

Desrespeitando as mais elementares normas de relações internacionais e os mais elementares direitos humanos, o imperialismo norte-americano pretende institucionalizar e legitimar o terrorismo de Estado como arma para impor ao mundo a sua vontade e o seu domínio.

Não o conseguirá entretanto.

A agressão à Líbia desencadeou uma onda de repressão e protestos internacionais.

No que respeita a Portugal, congratulamo-nos pelo facto de que foi também geral a condenação da agressão norte-americana.

Entretanto, camaradas, não podemos deixar de anotar as declarações de cumplicidade gaguejante, sem o mínimo de brio e apuro nacionais, do Primeiro-Ministro e do ministro da Defesa. E não podemos deixar de reclamar que seja esclarecido com inteira verdade (porque o que a este respeito se tem dito é mais do que equívoco), se a base das Lajes foi ou não utilizada pelos aviões americanos voando dos Estados Unidos para a agressão à Líbia e se o território nacional (concretamente Alentejo e Algarve) foram ou não sobrevoados pelos aviões na sua trajectória da Inglaterra para o Mediterrâneo.

No que respeita ao nosso Partido, nós, comunistas portugueses, condenamos vigorosamente a agressão dos Estados Unidos à Líbia, acto de agressão, terrorismo de Estado e banditismo militar que não pode deixar de provocar a indignação e o protesto geral.

Nós somos activamente solidários para com o povo líbio, assim como para com todos os povos árabes e outros povos alvo da ameaça e agressão do imperialismo norte-americano. Juntamos a nossa voz à voz de todos aqueles que exigem que cessem imediatamente os actos de agressão e se respeite a vontade do povo líbio, assim como a vontade de todos os povos, a decidirem dos seus destinos.

E reclamamos que seja terminantemente interdita a utilização do território português, das águas territoriais e do espaço aéreo de Portugal por forças de agressão a terceiros países.

A política de guerra dos Estados Unidos e a luta pela paz

A agressão militar norte-americana contra a Líbia põe uma vez mais em evidência a verdadeira natureza da política de Reagan sancionada pelos círculos mais agressivos da NATO.

A corrida aos armamentos, a instalação de novos mísseis na Europa, a tentativa de novas alianças militares na Ásia e no Pacífico, os passos dados para a militarização do Cosmos, a recusa a responder de forma positiva à iniciativa soviética de cessação das explosões nucleares, constituem gravíssimos perigos para a segurança dos povos e para a paz mundial.

Quem quer que examine com objectividade os acontecimentos não pode deixar de concluir que a causa fundamental do agravamento da tensão internacional e dos perigos de guerra — de uma guerra nuclear que, ameaça de extinção a própria Humanidade — reside na política agressiva do imperialismo e, em primeiro lugar, na política de hegemonia e domínio mundial do imperialismo norte-americano.

É no imperialismo que se encontram as forças de guerra. E é no movimento operário democrático e popular de todos os países, é nos movimentos antibelicistas, é nos povos em luta pela independência nacional, é nos Estados que se libertaram do colonialismo e constroem novas sociedades, é na União Soviética e nos outros países socialistas que se encontram as forças da paz, capazes, se unidas, de fazer frente ao imperialismo e à sua política de guerra, de impedir a catástrofe de uma guerra nuclear, de assegurar a paz mundial.

Constitui uma total incompreensão ou uma grosseira deformação da realidade mundial, meter no mesmo saco a URSS e os Estados Unidos no que respeita às responsabilidades do agravamento da situação mundial, à corrida aos armamentos e aos perigos de guerra.

Neste início de amizade com o Vietname, que defrontou e venceu guerras que lhe foram impostas pelo imperialismo e que, nessa luta heróica, contou com a solidariedade e apoio da União Soviética e das outras forças progressistas do mundo, é oportuno referir que nós consideramos a União Soviética e os outros países socialistas, incluindo o Vietname, como os mais poderosos bastiões da paz mundial e que consideramos de alto valor e bases fundamentais para o desanuviamento, para impedir a corrida aos armamentos e para afastar a ameaça de uma guerra nuclear, as propostas e iniciativas de paz da União Soviética, designadamente as relativas à cessação das experiências nucleares e à liquidação de todas as armas nucleares até ao ano 2000.

Portugal, como todos os países do mundo, está interessado na paz e não na guerra. E, porque está interessado na paz, a política do Governo actual de submissão da política portuguesa à política agressiva do imperialismo norte-americano, tornando Portugal um dócil instrumento das aventuras decididas em Washington, é frontalmente contrária aos interesses nacionais portugueses.

O povo português tem pleno direito a exigir dos órgãos de soberania a recusa frontal a participarem ou apoiarem a política belicista do imperialismo.

As declarações e atitudes assumidas pelo Governo português e pelo seu Primeiro-Ministro neste perigoso momento internacional provocado pela agressão dos Estados Unidos à Líbia suscita por isso, de nossa parte, não só profunda reserva, como sério desacordo.

Neste preciso momento em que o imperialismo norte-americano e o governo Reagan revelaram ao mundo o seu ódio à liberdade e à independência dos povos, qual a atitude que entendeu tomar o sr. Primeiro-Ministro Cavaco Silva? O sr. Primeiro-Ministro entendeu apropriado ir a Berlim Oeste para fazer um provocatório discurso pró-americano, anticomunista e anti-soviético.

É duro dizê-lo, mas é a verdade: se a reprodução dos jornais é exacta, tal discurso seria próprio de qualquer locutor da «Voz da América», mas é uma vergonha para Portugal que tenha sido o Primeiro-Ministro, que oficialmente representa, que o tenha feito.

Ir a Berlim, ao «muro de Berlim», e, neste preciso momento da agressão militar dos Estados Unidos contra um Estado soberano, proclamar que «será possível um dia partir o muro e estender a liberdade ao outro lado» é uma grosseira provocação contra a RDA, que se integra na perigosa campanha do revanchismo oeste-alemão e na louca cruzada de Reagan contra os países socialistas.

Estamos certos de que o povo português, se correctamente informado, condenará estes propósitos do Primeiro-Ministro.

Estamos certos de que o povo português é solidário para com os povos em luta contra a agressão, pela sua liberdade e independência nacional.

Estamos certos de que o povo português não só está interessado na amizade e na cooperação com todos os povos do mundo, como sinceramente as deseja.

A alternativa democrática por que lutamos implica a adopção deste princípio básico na política externa de Portugal.

A amizade e a solidariedade entre os povos — factor essencial para o progresso e a paz

(...)

Os trabalhadores e os povos do mundo estão identificados no interesse geral e comum da luta contra o imperialismo e contra a sua política mundial de agressão e de guerra.

Os trabalhadores e os povos de todo o mundo estão identificados no interesse geral e comum das liberdades, do progresso social, da independência e da paz.

Nós, comunistas portugueses, defendemos a unidade de acção comum e a solidariedade recíproca de todas as forças anti-imperialistas, designadamente dos países socialistas, do movimento operário dos países capitalistas, do movimento de libertação nacional e dos países progressistas.

Consideramos que a amizade e a cooperação entre os partidos comunistas e operários, a unidade e coesão do movimento comunista internacional, constituem um elemento essencial e determinante da unidade e acção comum de todas as forças anti-imperialistas.

É justo salientar que a solidariedade adquire no momento actual uma importância vital para fazer frente ao imperialismo; às suas acções agressivas e ao perigo de guerra que faz pesar sobre o mundo.

(...)

A solidariedade internacionalista não pode ser entendida em sentido único. A solidariedade entre forças revolucionárias é necessariamente recíproca.

Não acompanhamos, por exemplo, certas ideias segundo as quais os países socialistas devem ser activamente solidários para com os povos em luta, mas os povos em luta não têm obrigação recíproca em relação aos países socialistas.

Quero aproveitar este momento raro para confirmar a inteira solidariedade do PCP (sempre manifestada) para com o PC e o povo do Vietname e para solicitar aos nossos convidados que, de regresso à sua pátria, transmitam ao seu partido e ao seu povo a gratidão dos comunistas portugueses por virtude do apoio e da solidariedade que desde o tempo do fascismo até hoje sempre encontrámos por parte dos comunistas vietnamitas.

É entretanto sabido que, no movimento comunista, existem dificuldades. Existem em numerosos casos diferenças de opinião. Existem divergências e, por vezes, e em alguns aspectos, sérias divergências.

Mas, no nosso entender, onde há dificuldades nas relações entre partidos comunistas, esforços devem ser feitos para superá-las.

Nesse sentido, merece aqui referência a recente visita à República Popular da China, a convite do Comité Central do Partido Comunista da China, de uma delegação do nosso Partido, que assim deu seguimento às conversações realizadas com uma delegação do Partido Comunista da China que, a convite do CC do nosso Partido, tinha visitado Portugal no mês de Junho de 1985.

Não foram ainda restabelecidas relações oficiais e formalizadas entre o PCP e o PC da China. Mas consideramos positivas as visitas já realizadas e é nosso propósito seguir este caminho de amistosidade aproximação.

(...)

O reforço da unidade do movimento comunista e de todas as forças anti-imperialistas é um objectivo que a situação mundial imperativamente coloca.

Pela nossa parte, na medida das nossas forças e possibilidades, procuramos dar uma contribuição positiva para que esse objectivo seja alcançado.

Vietname: grande e histórico exemplo

(...)

Com a sua luta gloriosa e a sua vitória, o povo vietnamita, dirigido pelo partido comunista, confirmou uma lição da História: que não pode ser subjugado e que é invencível um povo consciente da justiça da sua causa e decidido a lutar até à morte pela independência nacional.

A experiência e a lição da luta do povo e dos comunistas do Vietname é, porém, ainda mais rica e valiosa.

Os comunistas e o povo do Vietname concluíram pela sua própria experiência que a independência nacional não poderá ser assegurada

«A situação exige que a luta de massas se desenvolva paralelamente à luta política»

no quadro do capitalismo. Concluíram que existe uma real incompatibilidade do capitalismo com a independência nacional de um povo que se liberta do domínio estrangeiro. A construção de um Estado vietnamita independente e soberano exigiu ao mesmo tempo a construção de uma sociedade nova — a sociedade libertada da exploração do homem pelo homem, a sociedade socialista.

A fusão da luta pela independência nacional e da luta pelo socialismo constitui uma grande experiência e uma grande lição dada pelo povo vietnamita dirigido pelo partido comunista.

Esta experiência e esta lição de alcance histórico universal têm sido comprovadas por numerosos outros povos que, libertando-se do colonialismo e alcançando a independência nacional, escolhem uma via não capitalista de desenvolvimento.

As experiências e lições da luta dos comunistas e do povo do Vietname fazem hoje parte do património revolucionário dos trabalhadores, dos povos, das forças patrióticas e progressistas de todo o mundo.

Para nós, comunistas portugueses, para os trabalhadores e o povo de Portugal, sempre solidários para com os trabalhadores e os comunistas do Vietname, a sua luta, as suas lições, os seus exemplos, constituíram e constituem um exaltante estímulo à nossa própria luta, um factor da nossa confiança no futuro do nosso povo e do nosso país.

É por isso inteiramente legítimo aqui expressarmos aos nossos hóspedes a nossa gratidão revolucionária pela valiosa contribuição que a luta dos comunistas e do povo vietnamita deu à luta do nosso Partido e do nosso povo.

O ideal libertador motivo exaltante da luta

Nós, comunistas portugueses, também consideramos, no que diz respeito ao nosso país, que cabe ao nosso povo, que cabe ao povo português decidir do seu próprio destino.

Avaliámos a importância dos factores externos. Não menosprezamos as pressões e as ingerências externas. Mas, mantemos como bússola de toda a nossa luta que a garantia da independência nacional e a decisão final no que respeita ao regime social e político em Portugal cabem ao povo português.

Devem sem dúvida ter-se em conta os factores e condicionamentos externos. Mas um povo não pode esperar que venha de fora, dos outros países, a solução dos problemas nacionais próprios, nem a força e a dinâmica do próprio processo revolucionário libertador.

Atribuímos grande importância aos factores internacionais e aos apoios e solidariedade internacionais, mas sempre pensamos e continuamos a pensar que **cada povo pode e deve, baseado nas suas próprias forças, escolher o seu destino e lutar por ele.**

Quando lutávamos pelo derrubamento da ditadura fascista ouviram-se noutros países vozes que consideravam que a derrota da ditadura fascista em Portugal dependia da prévia queda da ditadura de Franco. Não se tratava apenas de uma opinião. Tratava-se de uma atitude, que privou por vezes o nosso povo e o nosso Partido da solidariedade internacionalista de que então careciam.

Alguns perguntavam mesmo: como poderiam os comunistas portugueses pretender que o povo português, deste pequeno país, encostado ao Atlântico pela Espanha franquista, poderia libertar-se da ditadura antes de o povo espanhol se ter libertado de Franco?

Nós, comunistas portugueses, acreditámos na classe operária portuguesa, no nosso povo, no nosso Partido, lutámos, desenvolvemos a luta antifascista e demos uma contribuição decisiva para a criação de condições que conduziram ao 25 de Abril de 1974 e ao derrubamento da ditadura fascista portuguesa muito antes da queda de Franco.

Depois, derrubado o governo fascista, houve, noutros países quem não compreendesse a estreita ligação existente em Portugal entre a instauração da democracia política e a destruição do poder dos monopólios e dos latifúndios. Não se tratava também apenas de uma opinião, mas de uma atitude que, tal como no tempo da ditadura, privou o nosso povo e o nosso Partido de solidariedade internacionalista de que carecíamos em certos importantes momentos da revolução portuguesa.

Alguns perguntaram mesmo: Como poderiam os comunistas portugueses pretender impulsionar uma revolução popular e transformações nas estruturas socio-económicas quando nenhum outro povo da Europa capitalista o fizera nas últimas décadas?

Nós acreditámos na classe operária portuguesa, acreditámos no nosso povo, acreditámos no nosso Partido, lutámos, desenvolvemos a luta e demos uma contribuição determinante para as grandes transformações políticas, económicas e sociais — a liquidação dos monopólios, as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos dos trabalhadores, o Poder Local democrático, o sistema eleitoral — que caracterizaram a Revolução portuguesa e o regime democrático que acabou por ser consagrado na Constituição da República.

A nossa luta e a incidência da nossa acção na Revolução portuguesa e na defesa das conquistas de Abril indicam que não compartilhamos das ideias de que a chamada situação geoestratégica de Portugal, e mesmo o facto de ser um país da NATO, impedem que

Portugal, como país livre, independente e soberano, decida da sua própria política, decida do seu próprio destino.

Não compartilhamos das concepções segundo as quais não são possíveis num só país da Europa capitalista transformações profundas e um tipo de desenvolvimento de sociedade qualitativamente diversa do capitalismo monopolista de Estado.

Não compartilhamos das concepções de que o progresso social e a transformação social de qualquer país da Europa capitalista só é possível num quadro de progresso e transformação social internacional europeia.

Muito menos compartilhamos das concepções segundo as quais só no quadro do Mercado Comum (associação de Estados capitalistas ao serviço do capitalismo monopolista) qualquer país europeu poderia realizar profundas transformações sociais progressistas.

Constituímos um partido habituado à luta, um partido que jamais desanima e jamais capitula, um partido ao qual as profundas raízes na classe operária e ao povo dão forças, energia, ânimo, inspiração e confiança para continuar o combate.

(...)

O grande ideal de Abril linha de rumo do povo português

(...)

O Governo PSD/Cavaco Silva, utilizando a mentira, ocultando realidades, deturpando os factos, utilizando de tal forma a demagogia que até um jornal reaccionário já proclamou que Cavaco é «um exímio demagogo» («Semanário» 12.4.86), procura criar na opinião pública a imagem de «um governo eficiente», «um governo que resolve as coisas».

«Exímio demagogo» diz o jornal reaccionário. E o que significa ser «exímio demagogo»? Significa por definição ser «exímio mentiroso».

O sr. Primeiro-Ministro sabe que mente com quantos dentes tem na boca ao dizer que, por virtude das alterações que na Assembleia da República os partidos democratas introduziram no Orçamento do Estado, não pode introduzir medidas que tencionava adoptar em benefício dos pobres e dos mais desfavorecidos.

O sr. Primeiro-Ministro sabe que mente com quantos dentes tem na boca ao dizer que, por virtude da baixa do preço dos combustíveis decidida pelos partidos democráticos na Assembleia da República, não pode baixar o preço do leite conforme diz ter sido sua intenção.

Sabe que mente porque todas essas alterações foram precisamente em benefício dos mais desfavorecidos e o Governo (por efeito da baixa do preço do petróleo e da desvalorização do dólar) dispõe ainda de enormes recursos que dariam para resolver muitos dos problemas mais agudos mas com os quais é quase certo beneficiará os grandes capitalistas e agrários.

Não, não estamos perante um «governo eficiente» sob o ponto de vista dos interesses do povo, do País e do regime democrático.

A verdade é que o Governo PSD de Cavaco Silva prossegue no essencial a política do governo PS/PSD de Mário Soares, tal como o governo PS/PSD de Mário Soares prosseguia no essencial a política do governo «AD» e este a do anterior governo PS/CDS, ou seja: não pode resolver os problemas nacionais uma política tendo como objectivos estratégicos, constantes e fundamentais o agravamento da exploração dos trabalhadores e a liquidação de muitos dos seus direitos (pacote laboral), a liquidação das nacionalizações para a restauração dos grupos monopolistas, a liquidação da Reforma Agrária para a restauração dos latifúndios (nova lei em preparação), a liquidação do Poder Local democrático para a submissão das autarquias ao governo central, a liquidação das liberdades e direitos dos cidadãos (lei de segurança interna) e do sistema eleitoral para tentar perpetuar os partidos da reacção no Poder, mesmo que a maioria dos portugueses vote contra eles.

Cavaco Silva tem um trunfo com que os governos anteriores não contavam e que lhe caiu do céu aos trambolhões: a baixa do preço do petróleo e a desvalorização do dólar. Uma coisa e outra dão ao Estado disponibilidades financeiras que não devem estar longe de 150 milhões de contos.

Este facto não é factor da política ou da eficácia de Cavaco e do seu Governo, mas apenas fruto da sorte.

Não evita nem evitará, porém, que a política do Governo conduza aos mesmos desastrosos resultados a que conduziu a política dos governos anteriores.

Para já, se tomarmos a situação social, que verificamos?

Verificamos que aumenta o desemprego e os despedimentos, aumentam os salários em atraso, aumentam os contratos a prazo, aumenta o trabalho sem contrato, aumentam os preços, aumentam as rendas de casa, desce o poder de compra dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas.

Se tomarmos a situação económica, que verificamos?

Desmantelamento e desagregação de empresas públicas pela venda ao desbarato dos seus bens e participação e entrega de sectores rentáveis ao capital privado, crises sectoriais que se aprofundam, agricultura estrangulada com falta de escoamento de produtos dos quais se importam desnecessariamente grandes quantidades, conse-

quências mais gravosas da entrada na CEE em praticamente todos os sectores da economia nacional.

Se tomarmos a situação cultural, que verificamos?

Verificamos a degradação cada vez mais acentuada do ensino e a subversão dos valores da cultura nacional pela verdadeira colonização cultural de que Portugal está a ser vítima pela inundação (na televisão, na rádio, no cinema, na imprensa, na canção) de subprodutos culturais norte-americanos.

Não cabe aqui hoje fazer uma análise da política do Governo e das suas consequências. Mas estas breves observações indicam que, **com a continuação da política de direita, Portugal não sairá da profunda crise em que a mesma política seguida pelos outros governos dos últimos 10 anos o mergulhou.**

Para que o País saia da crise e para resolver os graves problemas nacionais criados pela política de direita, o único caminho é cessar a guerra social contra os trabalhadores, cessar a destruidora ofensiva contra as conquistas democráticas, cessar as tentativas de liquidação ou limitação dos direitos e liberdades dos cidadãos, dinamizar os recursos, os esforços, as capacidades e potencialidades do País e do povo e retomar corajosamente o caminho da liberdade, de progresso social, de independência e de paz aberto pela Revolução de Abril.

É esse o objectivo da nossa luta. Confiamos em que, com a luta, será alcançado.

A democracia tem força para uma alternativa

(...)

Os acontecimentos de 1985 e as eleições presidenciais de 1986 alteram a arrumação e correlação das forças políticas e partidárias e consequentemente as bases institucionais concretas de governos a formar.

Rompeu-se estrondosamente a coligação do PS com a direita e ficou assim impossibilitado, pelo menos por uns tempos, o papel do PS como «partido charneira» de maiorias de direita. O projecto de repetição de uma «AD» maioritária saldou-se por um fracasso nas eleições legislativas. O objectivo de um governo de direita mais forte do que o Governo PS/PSD esvaziou-se na formação de um governo minoritário, mais fraco, à mercê de qualquer abanão democrático ao nível das massas ou das instituições. O plano Freitas do Amaral (plano Soares Carneiro à civil) saldou-se por uma derrota tão dura e inesperada que a reacção ainda não se recompôs dela.

E, em contraste com as dificuldades políticas da reacção, os encontros e o diálogo entre os partidos democráticos, a aproximação real de democratas de todas as tendências ao nível das massas, a acção convergente de PCP, PS e PRD na Assembleia da República impondo ao Governo, em defesa dos interesses nacionais e do bem-estar das camadas mais desfavorecidas, correcções ao Orçamento do Estado, revelaram aos olhos dos portugueses que, na nova situação, **a democracia e os democratas têm possibilidades reais, se as quiserem e souberem aproveitar, para uma alternativa democrática à política actual e ao Governo actual.**

Diversas condições são necessárias para que tal se torne possível. Permitti que refira algumas.

Uma condição é que todos os democratas aprendam, como lição dos acontecimentos, que a política de destruição das conquistas de Abril e de restauração monopolista e latifundista é uma política de destruição e desestabilização permanente e por isso completamente incapaz de resolver os problemas nacionais e que, em consequência, se impõe uma viragem democrática na política portuguesa, retomando o caminho do respeito pela Constituição e pela legalidade democrática.

Outra condição é que as forças democráticas ponham de lado quaisquer projectos de refazer, na base de coligações novas ou renovadas, o chamado «bloco centro-esquerda» em que um partido democrático se preste a ser o instrumento viabilizador da política de direita.

Outra condição ainda é que, de vez, todos os democratas se convençam finalmente de que sem o PCP a democracia não está em condições de fazer frente àqueles que querem destruí-la e que, em consequência, só com o PCP e com os trabalhadores é possível uma alternativa democrática com capacidade, solidez e estabilidade bastantes para governar e para resolver (com real eficácia e não com a enganadora fachada de «eficácia» de Cavaco) os gravíssimos problemas que o País defronta.

As lutas de massas, que ganham novos sectores e que se ampliam dia a dia, mostram que, contrariando ilusões com que a demagogia e a monstruosa manipulação dos meios de comunicação social envenenam a opinião pública, os trabalhadores e vastíssimos sectores sociais sentem os seus interesses fundamentais atingidos e lutam em sua defesa.

(...)

A situação exige que a luta de massas se desenvolva paralelamente à luta ao nível das instituições.

A democracia tem força bastante para vencer a reacção. A democracia tem força bastante para determinar uma alternativa democrática.

PCP

ca. A democracia tem força bastante para assegurar a estabilidade política e social no quadro da independência nacional e do regime democrático consagrado na Constituição.

O nosso Partido, que participa activamente na luta popular e no funcionamento democrático das instituições, está pronto a dar a sua contribuição para viabilizar e assegurar uma alternativa democrática.

A força do PCP constância da luta e do ideal

(...)

O PCP é um partido criado, forjado, desenvolvido, no fogo da luta de muitas décadas. É um partido que não se vergou às pressões, nem às ameaças, nem às perseguições, nem à violência, nem à repressão, nem às campanhas mais vis de mentiras e calúnias. Partido da verdade é odiado pelos profissionais da mentira. Partido do futuro é odiado pelas forças do passado. Guia e defensor dos explorados e oprimidos é alvo central dos ataques dos exploradores e opressões. Defensor infatigável das liberdades e das outras conquistas democráticas é o alvo central dos ataques dos que querem liquidar Abril. Partido ao serviço da pátria é o alvo central dos que, para recuperarem ou manterem os seus privilégios, entregam Portugal ao estrangeiro.

Liquidar o PCP, ou reduzir radicalmente a sua força e influência tem sido sempre um objectivo prioritário de todas as forças reacçãoárias. Assim foi durante os 48 anos de ditadura fascista. Assim tem sido desde o 25 de Abril.

E é tal a guerra, que, volta e meia, tomam os desejos por realidade.

Quantas e quantas vezes, antes do 25 de Abril, não anunciaram as autoridades fascistas a liquidação do PCP? Quantas e quantas vezes após o 25 de Abril não ouvimos chefes reacçãoários, oportunistas, propagandistas anticomunistas, comentadores e analistas, futurologistas de meia-tijela, vaticinar a decadência, o enfraquecimento, a queda próxima e vertical da força e da influência do PCP?

Entretanto, que sucedeu?

Desmentindo previsões e prognósticos, o PCP não só não enfraqueceu, não só não caiu, como reforçou incessantemente a sua força e influência. As eleições presidenciais de 1986 revelaram de forma clamorosa e incontestável a real força e influência do PCP na vida nacional, por uma intervenção que derrotou o plano da conquista total do Poder pela reacção, que assim inverteu o rumo que parecia irreversível da situação política e que assim salvou a democracia portuguesa da revanche fascista e fascizante.

Os tais analistas, comentadores e futurologistas «superinteligentes» tiveram de render-se à evidência.

Restava-lhes explicar tão estranho fenómeno, que contrariava os seus vaticínios e previsões.

E contrariava também as suas especulações teóricas.

De facto, quantas vezes não os ouvimos, por exemplo, gabar a orientação «eurocomunista» de partidos de outros países? Quantas vezes não os ouvimos dizer que o «eurocomunismo», o abandono do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, conduziram tais partidos ao engrandecimento, à influência e ao sucesso, enquanto a suposta «ortodoxia» do PCP conduziria o PCP à decadência e à radical redução de influência?

Que sucedeu? Sucedeu que tais análises e previsões saíram também completamente furadas. Sucedeu, infelizmente, que numerosos partidos que, em certa fase da sua vida, adoptaram os conceitos do «eurocomunismo», sofreram sérias dificuldades internas e sensíveis retrocessos, enquanto o «ortodoxo» PCP mantinha e desenvolvia a sua unidade, vitalidade e influência.

É evidente que esses analistas e comentadores não poderiam concluir que o «eurocomunismo» tinha sido uma fonte de estragos e o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário uma fonte de energias e progressos.

Os analistas e comentadores «superinteligentes» tinham de encontrar outra explicação.

Honra lhes seja feita: imaginação não lhes faltou, estiveram à altura de si próprios.

Como Portugal entrou na Europa, agora tudo se explica em termos europeus. Vale a pena, camaradas, acompanhar as mastigações europeias destes senhores.

Vá, pois, de falar na crise dos partidos comunistas na Europa capitalista. Vá de anunciar a «decadência irreversível» do comunismo na Europa, sinal evidente, segundo esses senhores, de avanço e de «modernidade».

E o PCP? Porque não está em crise, mau grado as historietas que inventam e fazem espalhar aos quatro ventos?

Porque não acompanha o PCP o que dizem ser essa «decadência irreversível»?

Simplíssimo para tais analistas e comentadores.

A força do Partido Comunista Português (escreve um) é «um produto tardio da opressão salazarista, do maniqueísmo, da ilegalidade e de uma concepção policial da história».

«A força do Partido Comunista Português (escreve outro) é sobretudo o sintoma do nosso atraso em relação à Europa».

Vê-se que estes senhores executam a suprema habilidade de ver as coisas de pernas para o ar.

Porque para nós é absolutamente certo que a força do nosso Partido não vem do atraso de Portugal em relação à Europa mas precisamente do facto de a Revolução de Abril, em cuja realização e em cuja defesa o nosso Partido representou e representa papel essencial, ter colocado Portugal na vanguarda das transformações democráticas na Europa capitalista.

É plenamente conscientes desta realidade que hoje continuamos o combate. É plenamente conscientes de que o nosso povo, a nossa pátria, a democracia portuguesa, qualquer alternativa democrática, precisam do nosso Partido, e do nosso Partido cada vez mais forte e influente, que **estamos empenhados no reforço do Partido em todos os aspectos da sua actividade.** No reforço da organização. No reforço da unidade. No reforço do trabalho político e ideológico. No reforço da ligação do Partido às massas.

(...)



Intervenção do camarada Nguin Tane Bine «O povo vietnamita não esquece...»

Querido Camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português,

Queridos Camaradas que compõem a mesa deste comício,

Queridos camaradas e amigos portugueses,

É uma grande honra para a delegação do Partido Comunista do Vietname visitar Portugal e encontrar os camaradas e amigos portugueses. Em primeiro lugar desejáramos exprimir o nosso sincero agradecimento ao Comité Central do Partido Comunista Português pelo seu convite e acolhimento caloroso reservado à nossa delegação. Nesta solene ocasião, em nome do Partido Comunista, da classe operária e do povo vietnamita, dirigimo-vos, queridos camaradas e amigos, as nossas saudações fraternais.

Os comunistas e o povo vietnamita seguiram sempre com profunda simpatia, a luta revolucionária, heróica e persistente do Partido Comunista e das forças democráticas e progressistas de Portugal contra o regime ditatorial fascista dando assim uma contribuição importante para a vitória da Revolução de Abril de 1974, que derrubou o regime ditatorial mais atrasado do mundo e abriu uma nova etapa à revolução portuguesa. Desde então, na conjuntura complexa da situação política do país, com o mesmo espírito indomável, continuais na vanguarda da luta para defender e consolidar as conquistas da Revolução de Abril, reforçar a posição e a influência do Partido, realizar a mais ampla unidade das forças operárias, democráticas e patrióticas portuguesas no tenaz combate face às contra-ofensivas da direita, à sua política económica e social orientada contra os interesses da classe operária e dos trabalhadores portugueses, no combate para defender o processo de democratização e do progresso social em Portugal e para fazer sair o país da crise profunda em que se encontra.

O vosso Partido trava igualmente uma luta tenaz contra o imperialismo, encabeçado pelo imperialismo norte-americano, que intensificou a corrida aos armamentos, instalou mísseis de médio alcance na Europa Ocidental, começou a militarização do espaço cósmico, e empreendeu contra-ataques desenfreados contra todas as forças do socialismo, democráticas e progressistas, causando assim a tensão do mundo e colocando toda a Humanidade à beira da catástrofe nuclear. Vós lutais também firmemente para defender a independência e a soberania de Portugal, contra a entrada do país na CEE.

Temperado pelas provas dadas durante 65 anos de luta revolucionária, o glorioso Partido Comunista Português, tendo à sua frente o respeitado camarada Álvaro Cunhal, conseguiu aumentar o seu prestígio e alargar a sua influência nas massas e tornou-se assim um factor importante na vida política do país, contribuindo activamente para a luta dos povos do mundo pela paz, a independência nacional, a democracia e o socialismo.

O Partido Comunista do Vietname tem em alto apreço a linha política de princípio e as actividades perseverantes do Partido Comunista Português e saúda os sucessos que haveis obtido. O PCV tem a firme convicção que apesar da complexidade e das numerosas dificuldades que atravessa ainda a luta revolucionária em Portugal, os comunistas portugueses, com as suas belas tradições e a sua força, ultrapassarão todas as dificuldades, continuarão a fazer avançar a obra revolucionária e alcançarão novas e maiores vitórias.

Queridos camaradas e amigos,

Depois da vitória da primavera de 1975 que conduziu à libertação do Vietname do Sul e à reunificação do País, o povo vietnamita entrou na etapa da revolução socialista e começou a edificação socialista em todo o país. Mas, apenas começada a nossa obra da construção pacífica, tivemos que, mais uma vez, fazer face ao expansionismo e à hegemonia de Pequim, que conduziu efectivamente a uma espécie de

guerra de sabotagem multiforme contra os povos dos três países indochineses.

Esta situação colocou perante o nosso povo duas tarefas estratégicas a realizar: a edificação com sucesso do socialismo e a defesa da pátria socialista.

Com o seu espírito de luta indomável, o nosso povo ultrapassou as dificuldades e alcançou sucessos significativos nos domínios da edificação económica, do desenvolvimento cultural, da elevação do nível de vida da população e da defesa nacional.

Actualmente, desenvolve-se no nosso país um movimento de emulação empolgante com vista a realizar o Plano Estatal do ano de 1986, e a obter resultados que honrem o 6.º Congresso do nosso Partido, que terá lugar no fim deste ano.

Por outro lado, o nosso povo continua a reforçar a solidariedade com a URSS, os países socialistas, os partidos comunistas e irmãos e as forças democráticas, progressistas e amantes da paz, no mundo, e luta resolutamente contra a política belicista e a corrida aos armamentos do imperialismo, dirigida pelo imperialismo norte-americano, pela paz mundial.

O povo vietnamita é estreitamente solidário com os povos do Laos e do Kampuchea na luta em defesa da paz, da independência e soberania nacionais, e pela edificação dos seus países. Os três países da Indochina manifestaram mais que uma vez a sua vontade sincera de iniciar diálogos, de procurar com as partes interessadas a solução do problema do Kampuchea, e para transformar o Sudeste Asiático numa zona de paz, estabilidade e cooperação. Os três países reafirmaram o respeito e o desejo de restabelecer quanto antes a amizade de longa data com o povo chinês e consideram as relações de amizade e cooperação do Vietname e dos países indochineses com a China como um factor muito importante para assegurar a paz e a segurança no sudeste asiático. É neste espírito que o povo vietnamita persiste nos seus esforços com vista a que sejam retomadas, sem condições prévias, as negociações sino-vietnamitas para a normalização das relações dos dois países, ao serviço do interesse dos povos e dos países, pela paz no Sudeste Asiático e no mundo.

Apesar das dificuldades que ainda existem, estamos certos que o povo vietnamita derrubará os obstáculos e conduzirá à vitória a obra de edificação e defesa do país.

Queridos Camaradas e Amigos,

Os nossos dois partidos e os nossos dois povos estão ligados por relações de solidariedade de combate e de amizade tradicional baseadas no marxismo-leninismo e internacionalismo proletário. Através de duras provas, estas relações consolidaram-se ainda mais.

A visita ao Vietname no ano passado de uma delegação do PCP e a visita a Portugal da nossa delegação contribuirão para o reforço e desenvolvimento destas relações fraternais.

O povo vietnamita não esquece que no passado, quando Portugal estava ainda sob o domínio do regime ditatorial fascista, os comunistas portugueses, apesar da repressão, apoiaram sempre a justa luta do Vietname. No momento presente, os comunistas e os povos dos nossos dois países, ao mesmo tempo que realizam as suas tarefas concretas, continuam a solidarizar-se e a entreajudar-se.

Nesta ocasião queremos exprimir a nossa sincera e profunda gratidão para com o Partido Comunista, a classe operária e os trabalhadores portugueses, pelo seu precioso apoio, e estamos determinados a fazer todo o possível para reforçar e desenvolver a solidariedade e a amizade entre os nossos dois países.

Viva a amizade e a solidariedade entre o Partido Comunista do Vietname e o Partido Comunista Português!

Viva o Partido Comunista Português!

PCP

Vamos
construir
a

11ª FESTA
DO
AVANTE



Já?! Dirão uns.
Só agora?! Dirão outros.

Bem, mas o que interessa é que nos dias 5, 6 e 7 de Setembro (já não falta assim tanto...) teremos no Alto da Ajuda a 11.ª edição da Festa do Avante!

E como se trata de uma iniciativa que dispensa apresentações, o breve apontamento que aqui fica sublinha apenas e por agora que nas organizações do PCP já se pensa e já se trabalha para a Festa do Avante!

Os comunistas são gente que trabalha. E o trabalho exige planificação. É o que se está a passar com a Festa. O exemplo de hoje vem da Organização Regional de Setúbal (ORS). Circula nos 13 concelhos uma espécie de tarjeta divulgada pela SIP/DORS onde se salienta que «todas as organizações devem considerar a realização da Festa como uma tarefa fundamental e tomar as medidas necessárias para a sua plena concretização».

E acrescenta: «As jornadas de trabalho voluntário, a recolha de géneros e a venda da EP, que é o suporte financeiro da nossa Festa, são tarefas que se impõem na Organização Regional. Por isso, camaradas, todos ao trabalho. Vamos planejar as nossas tarefas».

Finalmente, uma outra ideia que vem do distrito de Setúbal e que seria bom alargar a todo o País:

Vamos alargar mais a ida à Festa do Avante!

Por outras palavras: vamos planejar e preparar as viagens com destino ao Alto da Ajuda. As excursões não podem ser organizadas em cima do joelho. Ao trabalho! ■

Plenários do Partido no Olival Basto e Póvoa de St.º Adrião

Os camaradas do Comité Central do PCP Gorjão Duarte (membro suplente) e Euclides Pereira vão participar nos plenários das organizações de Olival Basto e Póvoa de St. Adão (concelho de Loures), marcados,

respectivamente, para os dias 2 e 3 de Maio próximo.

A reunião dos comunistas do Olival tem início marcado para as 21 e 30 no CT local e a da Póvoa para as 15 horas, no salão da Junta de Freguesia.

Álvaro Cunhal no concelho de Santarém

«Tudo isto é Abril, é liberdade, é democracia»

«Nestas freguesias sente-se bem o 25 de Abril, a força do 25 de Abril e o muito que trouxe ao povo português: liberdade, democracia e a possibilidade de trabalhar para a resolução dos seus problemas.» As palavras são do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal e foram proferidas no último sábado em S. Vicente de Paul, uma das cinco freguesias APU das 19 em que se divide o concelho de Santarém.

Estava-se num jantar-convívio que reuniu perto de meio milhar de democratas, iniciativa que culminava uma visita começada logo pela manhã desse mesmo dia a várias freguesias do Vale de Santarém, uma zona de ter-

re e incapacidade dos eleitos de outros partidos.

Com efeito, em qualquer das freguesias visitadas onde a APU está em maioria (Vale de Figueira, Pombalinho e S. Vicente de Paul), foi possível constatar

que vai dar à Junta de Freguesia e o largo, trabalho que a Câmara, pelas suas contas, dizia demorar vários meses.» A afirmação é do Joaquim Caetano, militante comunista e actual presidente da freguesia de S. Vicente de Paul, a maior em extensão de todo o distrito.

Abertura e diálogo

Cumprindo o seu terceiro mandato, a APU mantém na fre-

tem visíveis no tratamento do local de culto e da zona que o circunda (pinturas e arranjos de muros) bem como no cemitério, hoje alargado e devidamente tratado (antes nem registo de mortos existia) com a dignidade e respeito que lhe são devidos.

Este foi, pois, outro dos aspectos que se evidenciaram ao longo desta deslocação, aspecto que se prende indiscutivelmente — como Álvaro Cunhal frisou em diversas ocasiões — com a «grande vontade de continuar Abril e de que sejam aproveitadas as potencialidades para resolver os problemas».

Problemas que no distrito, para além dos de carácter geral que afectam todo o País, dizem respeito sobretudo às tentativas de expulsão dos rendeiros por parte dos grandes proprietários, aos trabalhadores com salários em atraso e às longas distâncias que as crianças têm de percorrer para se deslocarem à escola.

Com o povo e para o povo

Mas se estes problemas ultrapassam largamente as esferas de competência e as possibilidades das autarquias, outros há — e isso também ficou bem patente — para os quais os eleitos APU não regateiam esforços, num trabalho estreito com o povo e para o povo, até à sua efectiva resolução.

Expressão desta cooperação e da criatividade e participação populares constitui, por exemplo, o Centro Recreativo e Cultural do Sobral, situado no lugar do mesmo nome, na freguesia de S. Vicente de Paul.

Como nos dizia com uma indistigável pontua de legítimo orgulho Cipriano Gonçalves, fundador e actual vice-presidente da

guesia uma política de total abertura e de diálogo com todas as pessoas e entidades, política essa que passa pela total liberdade e por um total respeito pelas opiniões e crenças de cada um e por um amistoso convívio social.

As excelentes relações existentes na freguesia com a Igreja são disso um exemplo, estando



Um diálogo animado com diferentes gerações, na Corredora

colectividade, a obra que hoje se ergue em Sobral (um magnífico pavilhão em cimento armado e tijolo) «foi toda construída exclusivamente com a ajuda da população, com o esforço e dedicação dos filhos da terra». «Tudo isto é Abril. É liberdade, democracia. A política é isto mesmo: servir o povo. É uma arte e actividade para resolver os problemas do País e do povo», afirmaria a propósito, no final, Álvaro Cunhal, numa breve alocução dirigida aos muitos sobralenses que o aguardavam dentro do vasto salão.

Vitalidade de Abril

Muitos outros casos, esclarecedores da vitalidade dos ideais de Abril, do empenho e da acção das massas populares na resolução dos seus problemas e na melhoria das suas condições de vida poderíamos citar em resul-

Num tom coloquial, perante uma assistência atenta composta maioritariamente por mulheres, Álvaro Cunhal alertou para as campanhas anticomunistas e de intoxicação da opinião pública levadas a efeito pela maioria dos órgãos de comunicação social, campanhas essas que, segundo lembrou, assumem as mais diversas formas, tanto podendo vir embaladas numa suposta canção de amor ou num simples filme de aventuras.

Sobre os salários em atraso chamou a atenção para o facto de o Governo pretender levar o trabalhador e rescindir o seu contrato e a receber uma indemnização inferior àquela a que tem direito, propósito este que interpretou como sendo uma tentativa de «transformar o trabalhador com salário em atraso em trabalhador desempregado».

A batalha da unidade

«Muitas empresas vão fechar por não terem condições para se aguentar», sublinhou ainda numa referência às consequências negativas que advirão para o País, em todos os sectores da economia nacional, com a entrada para a CEE.

Depois de classificar o recente ataque dos EUA à Líbia como um «acto de terrorismo de Es-

Preocupações em Coimbra

A grave situação que se vive em empresas como a Termec, Argus, Cescil, Estaco, CP, EDP e Barbosa e Rebelto, e a «desorganização dos vários serviços» do Centro Regional de Segurança Social foram aspectos abordados na recente reunião da Comissão Concelhia de Coimbra do PCP.

As conclusões da reunião, convocada para analisar a situação política e social naquele concelho, chama a atenção da opinião pública para a instabilidade e o agravamento dos problemas que atingem também os agricultores e os pequenos e médios comerciantes e industriais.

Emparelhamento piloto de S. Martinho do Bispo

Da nota com as conclusões da reunião, sobressai uma passagem relativa ao «Emparelhamento piloto de S. Martinho do Bispo». Depois de referir que se trata de «um instrumento de alteração e concentração da estrutura agrícola ao serviço dos grandes proprietários absentistas a emparelhar nas terras boas aniquilando a curto prazo os pequenos proprietários e rendeiros da área; os agricultores não es-

tão sequer esclarecidos sobre o processo arbitrário em que os envolveram», a Comissão Concelhia de Coimbra salienta que «o Grupo Parlamentar do PCP fez já um requerimento ao Governo pedindo a prorrogação do prazo de reclamações para que sejam desenvolvidas acções de esclarecimento junto dos agricultores do Baixo Mondego sobre o que se pretende com o emparelhamento e, devido às muitas queixas de que temos conhecimento, requereu informações sobre os critérios de avaliação dos terrenos e pontuações, distribuição e localização de parcelas, direitos dos rendeiros, bem como outros elementos que permitam ajuizar melhor sobre a clareza deste processo.»

Noutra passagem do documento já citado refere-se: «Pode-se dizer que a agricultura, o comércio, a indústria, os trabalhadores e a população em geral sentem já claramente os nefastos efeitos da política de integração no Mercado Comum, com o Governo Cavaco a querer aplicar aos portugueses os ditames vindos da CEE.

«A Comissão Concelhia de Coimbra realinha a imperiosa e patriótica necessidade de se renegociarem, com urgência, os desastrosos «acordos» que nos colocaram na dependência e à mercê da CEE.»



A porta do Centro de Trabalho do PCP, no Pombalinho

tado» e como «uma grande provocação», teve-se na nova situação decorrente das eleições presidenciais afirmando a dado passo que hoje «há melhores condições para a luta dos trabalhadores e dos democratas no sentido de modificar esta política de direita», executada por um Governo que considerou de «muito mau».

Mas o acento tónico das intervenções foi sem dúvida a necessidade de diálogo entre os democratas e a batalha do esclarecimento que é necessário travar, sem sectarismo, com abertura e persistência. «A batalha — disse — é aproximarmo-nos e convenceremos os que não estão convencidos.»

«Camarada que lutaste uma vida inteira», «quero dar um

abraço a este homem», «um amigo de todos os trabalhadores». Frases curtas, sentidas, ditas com emoção, entre beijos e abraços, apertos de mão e lágrimas. Rompendo a custo entre a pequena multidão esta é uma cena que invariavelmente se vai repetir ao longo do dia. É a festa. A festa onde não faltam foguetes, a música, os ranchos folclóricos, os bolos, o pelisco, a boa pinga da região.

Estávamos em Vale Figueira, freguesia onde a APU obteve maioria, pela primeira vez, nas últimas eleições autárquicas, mas a imagem que retemos é em tudo idêntica às que encontramos no Pombalinho, no Reguengo do Alviela, em S. Vicente de Paul, no Sobral, na Corredora ou na Torre do Bispo, tudo luga-

res que receberam a visita do secretário-geral do PCP.

Uma visita que, já o dissemos, foi de contacto com as realidades, de diálogo, de esclarecimento. Contudo, importa sublinhar, foi um esclarecimento mútuo, o diálogo teve, de facto, dois sentidos. Isto é, o dirigente comunista não se limitou a fazer intervenções. Foi mais longe. O micro passou de mão em mão. Em todos os locais por onde passou houve a preocupação de ouvir opiniões, auscultar queixas, pontos de vista, de questionar, saber de reclamações.

Finalmente, uma forma de fazer política, de viver a democracia que é filha de Abril.

«Tudo isto é Abril, é liberdade, é democracia.» Não estão de acordo?

Chaves: a Saúde de mal a pior Querem saber por quê?

Elevadas taxas de mortalidade infantil, partos sem assistência, falta de especialidades médicas essenciais e mau funcionamento de grande parte dos serviços de urgência, eis alguns dos graves problemas de assistência médico-hospitalar que afectam a região de Chaves, em Trás-os-Montes, e que determinaram uma tomada de posição da Comissão Concelhia local, do PCP.

«Que política de saúde é esta?», pergunta aquele organismo do PCP, acusando «a política da direita e de direita, seguida pelos sucessivos governos desde 1976», de serem «responsáveis pela actual situação; foi a política de direita que paralisou o Plano Integrado de Saúde (PIS), para a nossa região».

«É por causa da política de direita que faltam na região médi-

cos de clínica geral, especialidades, pessoal de enfermagem», «que subiu o custo da assistência médica e medicamentosa», que se «não criam condições à fixação de jovens médicos e demais técnicos de saúde», que «o Hospital de Chaves está na situação em que está».

«Sem querer minimizar eventuais casos de mau entendimento (se os houve que sejam investigados, nos termos da lei)», a CC de Chaves do PCP «mani-

festa o seu mais vivo repúdio pelo tom sensacionalista com que têm sido tratados por certa "imprensa" os problemas do Hospital de Chaves».

Finalmente a Comissão Concelhia de Chaves do PCP considera que «a única solução capaz para acabar com casos de má gestão, favores pessoais, jogos de poder (não será que está, agora, em jogo), tachos, etc., etc... é a lei democrática do Conselho de Gerência do Hospital, consagrada, aliás, na Lei e pondo-se, assim, termo a uma situação transitória na Direcção do Hospital, que só tem servido para alimentar e satisfazer interesses pessoais e partidários, no funcionamento e chefia do Hospital de Chaves».

Camaradas Falecidos

Manuel Martins Rosado

«Garantir-lhe que a luta continua é, sem dúvida, a melhor forma de lhe demonstrarmos a importância do seu exemplo de militante comunista e defensor intransigente dos interesses dos trabalhadores» (Rosa Rábais, da DORL e do Comité Distrital do PCP)

«O movimento sindical perde um dos seus construtores. O seu exemplo não foi em vão.» (Florival Langa, coordenador da USL e membro da C. Executiva da CGTP-IN).

Estas foram algumas das palavras ouvidas no cemitério de Benfica, na última segunda-feira, no momento em que centenas de pessoas prestavam as últimas homenagens a Manuel Martins Rosado, de 39 anos, militan-

te comunista, membro da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Lisboa (USL) desde 1977.

Vítima de uma doença que o reteve nos últimos meses no Hospital de Santa Maria, Manuel Rosado, prestigiado sindicalista da região de Lisboa, dirigente do Sindicato da Construção Civil, Mármores e Madeiras e da Federação sindical do sector, faleceu na madrugada de domingo, tendo o funeral saído da casa mortuária da Igreja de S. Domingos de Benfica, em Lisboa, acompanhado por muitos camaradas, amigos e companheiros, além dos familiares. Dirigentes de numerosos sindicatos e federações, representantes de comissões de trabalhadores e membros dos organismos executivos

da Inter estiveram no último adeus a Manuel Martins Rosado.

Francisco Nunes

Faleceu na passada sexta-feira no Barreiro, vítima de acidente de viação, o camarada Francisco José Prata Nunes. O camarada, com 28 anos de idade, trabalhava nas «Edições 70», tendo antes pertencido aos quadros da Central Distribuidora Livreira (CDL), empresas onde gozava da estima de todos os camaradas e colegas de trabalho.

Aos familiares, particularmente às viúvas e a todos quantos sentiram a morte dos nossos camaradas, o colectivo do «Avante!» manifesta as suas condolências.



Vale de Figueira, um dia de festa, em vésperas da grande festa da liberdade

PCP

Açores

O governo de Mota Amaral

Agressividade e separatismo na acção e nos objectivos

• Iniciativas do PCP para este ano

Os «Diálogos com o PCP-Açores 1986», conjunto de iniciativas político-culturais a realizar simultaneamente em várias ilhas, vão decorrer a 4, 5 e 6 de Junho próximo — revelou a DORAA do PCP em Ponta Delgada, após a recente reunião plenária de três dias que discutiu «diversos aspectos da actividades do Partido na região» e «várias questões relativas à situação económica, social e política que se vive no arquipélago».

No encontro com os jornalistas, realizado após os trabalhos do plenário, a Direcção do PCP na Região Autónoma anunciou outras iniciativas do Partido para este ano, nomeadamente o III Encontro Regional sobre Poder Local, a realizar nas Flores, em data que será divulgada brevemente, um Encontro Regional sobre questões laborais e sociais (Novembro, Angra do Heroísmo) e um conjunto de assembleias de organizações a nível de ilha, concelho e freguesia, entre as quais se pode desde já sublinhar a da ilha de S. Miguel, marcada para Outubro.

Na reunião plenária efectuada há dias em Ponta Delgada, a DORAA chamou a atenção da opinião pública para o aumento, na actuação do Governo de Mota Amaral, da agressividade e do cariz separatista de atitudes práticas e objectivos anunciados.

De acordo com outra conclusão do plenário, a DORAA «considerou não haver razão para retardar mais, na Assembleia Regional, a elaboração da proposta de lei de revisão do estatuto,

tendo a este respeito salientado que «sendo a autonomia constitucional património nacional e regional, compete a todos os partidos representados na Assembleia Regional tratar esta questão com alto sentido democrático e sem tentativas de hegemonização».

«O cargo de Ministro da República deve ser preenchido por uma personalidade que tenha comprovado apego aos ideais democráticos, que compreenda o modelo constitucional da autonomia e que possua interesse pelos problemas regionais» reafirmou a DORAA do PCP, que «considera que a naturalidade ou a condição de civil ou militar não devem ser tomadas como critérios de selecção para o exercício das funções de Ministro da República».

O aumento do custo de vida, as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, e as lutas dos trabalhadores da Função Pública, foram outros temas abordados na reunião e tratados na conferência de Imprensa que se realizou no final dos trabalhos.

Delegação da DORAA recebida pelo Ministro da República

Uma delegação da DORAA, constituída pelos camaradas José Decq Mota, Mário Abrantes e Artur Afonso, foi recebida no passado dia 14, em Angra, pelo Ministro da República para os Açores, general Conceição e Silva.

A audiência, pedida pela DORAA, destinou-se a transmitir ao Ministro da República a visão que a organização do Partido tem das recentes evoluções da situação política regional.

Em declarações prestadas no final da audiência, o camarada Decq Mota, declarou «não ser aceitável que o Governo regional se comporte como se não existisse a Constituição da República» e condenou «todo o estilo agressivo e toda a linguagem separatista que Mota Amaral adoptou uma vez mais, de há um mês a esta parte».

Respondendo a uma questão que lhe foi posta, o camarada Decq Mota declarou que a DORAA considera que o general Conceição e Silva, que em breve cessará as funções de Ministro da República, desempenhou o cargo «de forma, em geral, positiva pois demonstrou um elevado interesse pelos problemas regionais, um acentuado espírito democrático e de diálogo e um evi-

dente respeito pela Constituição».

Rebentamento à porta do CT em Ponta Delgada

As 23.20 horas do passado dia 15 de Abril rebentou, na porta do Centro de Trabalho do PCP em Ponta Delgada, um engenho explosivo de fraca potência e fabrico artesanal.

Muito embora não tenha havido danos pessoais e serem os prejuízos materiais muito pequenos, o rebentamento criou uma situação de sobressalto e tensão entre os muitos moradores da Rua de Santa Clara, onde se situa o Centro de Trabalho.

A ocorrência foi de imediato comunicada à PSP de Ponta Delgada.

Entretanto, o executivo da DORAA do PCP telegrafou ao Ministro da República dando conta da situação e o secretariado da Comissão de Ilha de S. Miguel tomou uma posição pública condenando mais este atentado à liberdade e à democracia nos Açores.

Recorde-se que na sua reunião de 11, 12 e 13 de Abril, a DORAA do PCP assinalava verificar-se nos Açores «uma modificação sensível, sendo patente o aumento da agressividade e do cariz separatista subjacente à prática e às propostas do PSD/A e do Governo Regional», chefiado por Mota Amaral.

Madeira

Que deputados são estes?

Este ano o deputado do PCP na Assembleia Regional da Madeira, camarada Mário Aguiar, já apresentou cerca de meia centena de requerimentos, dos quais apenas obteve resposta a 4. «Dado que a maior parte desses requerimentos se limitava a solicitar simples informação e dados oficiais que se julga necessários para o eficaz desempenho das funções de um deputado, esta recusa a responder revela uma total obstrução ao papel da Assembleia Regional», salientou o deputado comunista num recente encontro com os jornalistas, realizado no Funchal.

Tal obstrução, afirmou, apenas se pode interpretar como intenção de esconder situações pouco honestas. E, de facto, as irregularidades abundam... Pela sua parte, e apesar das limitações que encontra na sua actividade, o deputado do PCP não hesitará em levar ao conhecimento dos órgãos de Informação todas as irregularidades que se registem no arquipélago, perante o silêncio cúmplice do Governo e do partido de Alberto João Jardim.

Convocada para apresentar um «balanço da situação a nível da Assembleia Regional», a conferência de Imprensa realizada na capital madeirense registou uma intervenção inicial do deputado comunista, em que salientou aos profissionais da Comunicação Social:

O ano parlamentar aproxima-se da sua parte final. Verifica-se que o Plenário nunca reuniu tão pouco como no presente momento, sendo verdadeiramente escandalosa a forma como a Assembleia Regional se ultrapassada e desrespeitada, com a total complacência dos deputados do PSD.

Como exemplo, veja-se que, segundo o Decreto Regional n.º 4/85/M, a partir de 1/1/86 foi proibida a extracção de areia do fundo do mar. No entanto, o Governo Regional anunciou que ia propor o adiamento desse prazo e, desde então, continua a ser livremente extraída a areia, sem que a Assembleia Regional se preocupe em alterar o que anteriormente aprovou e sem que, por outro lado, se preocupe em fazer cumprir as suas decisões.

Este caso mostra a inconsequência da política do PSD, que é incapaz de enfrentar os problemas e encontrar-lhes alternativas correctas, cuja solução já tem sido proposta, e prefere esquecer as próprias leis que elaborou.

Máquinas de jogo

Uma outra situação verdadeiramente escandalosa é a das máquinas de jogo de azar que proliferam por aí, à margem de toda a legalidade causando a miséria em muitos lares.

Entretanto, a Assembleia Regional vai protelando misteriosamente a aprovação da legislação que regule e limite a utilização destas máquinas, combatendo o flagelo social que estas constituem.

É de perguntar quais os in-



teresses que se escondem por detrás do atraso que os deputados do PSD e em particular os da VIII Comissão Especializada, muito especialmente o seu presidente, põem relativamente à aprovação desta legislação cuja proposta se arrasta desde há um ano nessa comissão.

Os deputados do PSD que se recusam a cumprir com as suas obrigações são os mesmos que também se continuam a recusar a comemorar o 25 de Abril, demonstrando a sua má vontade perante a democracia e a data que permitiu a sua conquista.

«Democracia» na versão Jaime Ramos...

Má vontade relativamente aos princípios democráticos que foi recentemente bem demonstrada pelo sr. deputado Jaime Ramos quando declarou aos órgãos de comunicação que o PSD este ano iria deixar que os restantes partidos falassem na Sessão do Dia da Região, desde que estes não criticassem o Partido do Governo, que continua a sonhar em tornar-se partido único.

O sr. Jaime Ramos e todo o PSD podem estar seguros que o PCP irá afirmar a sua opinião, obviamente crítica e de posição à actual política, sem precisar de lhes pedir licença ou sem se atemorizar com as suas chantagens.

Entretanto, o desrespeito face à Assembleia Regional por parte dos organismos governamentais e autarquias da Região aumenta cada vez mais.

Porto A campanha dos 10 mil

Considerada como tarefa de primeiro plano para a organização local do Porto, neste ano de 1986, prossegue em bom ritmo a campanha dos 10 mil contos para o novo Centro de Trabalho do PCP na cidade invicta.

A campanha tem actualmente três iniciativas fundamentais: a venda das rifas para o grande sorteio de 2 de Maio, a passagem dos «cartões-compromisso» e as abordagens. Para concretizar estas direcções do trabalho, a organização local do Porto considera essencial sair para as ruas, levar os materiais da campanha para as empresas e bairros, numa palavra, para todos os locais onde vivem e trabalham os cidadãos portuenses, tendo, naturalmente, a preocupação de chegar junto dos camaradas, amigos e simpatizantes do Partido e, de uma forma geral, junto dos antifascistas.

E agora uma informação que se aguardava com alguma expectativa: os vencedores da emulação do mês de Fevereiro foram as organizações da freguesia do Bonfim e do sector dos gráficos, que vão à frente no cumprimento das tarefas.

Recorde-se, a propósito, que

a contagem para a emulação é feita na primeira sexta-feira de cada mês. Atenção, pois, ao próximo dia 2 de Maio.

Mais duas novidades sobre a campanha: no dia 3 de Maio será inaugurado o espaço de

convívio do novo Centro de Trabalho do Partido (os leitores do «Avante!» ficam desde já convidados para a pequena festa que a comissão de freguesia do Bonfim organizará nesse dia); a outra novidade fala da tómbola gi-

gante promovida pela comissão coordenadora da campanha, que irá, entre outras iniciativas, à Festa do «Avante!». A tómbola necessita, entretanto, de 10 mil objectos. Por isso é necessário recolher as ofertas. Mãos à obra!

Festa da Amizade 86

• Talento para o cartaz

Termina às 23 horas do próximo dia 30 o prazo para a entrega do projecto de cartaz da **Festa da Amizade 86**, marcada para os dias 4, 5 e 6 de Julho no Laranjeiro, concelho de Almada.

Os interessados em participar neste concurso («Amizade 86 — um cartaz, um amigo») devem contactar a organização do Partido no Centro de Trabalho Concelhio — Pombal, onde lhes serão prestadas todas as informações sobre o regulamento, que prevê a atribuição de lembranças especiais para os três primeiros classificados.

Recorde-se que a Festa da

Amizade é uma iniciativa de convívio popular com enraizadas tradições na margem sul do Tejo. A entrada permanente (PA — Porta Aberta) já está à disposição dos interessados por **250 amizades**.

Reunida pela primeira vez no último sábado, a comissão coordenadora da Festa da Amizade 1986 avançou já alguns dos temas que serão tratados no pavilhão central do certame. São eles o **centenário do 1.º de Maio**, o **10.º aniversário da Festa da Amizade**, a **juventude**, as **autarquias**, a **saúde** e naturalmente o **Partido Comunista Português**.

A festa deste ano também será

encerrada com um grandioso comício popular.

Excursão a Peniche

Por iniciativa da Comissão Local do Laranjeiro, vai realizar-se no próximo dia 11 de Maio uma excursão a Peniche. As inscrições funcionam no Centro de Trabalho do PCP no Laranjeiro até 28 de Abril. Preço da viagem: 600 escudos. O forte de Peniche/Museu da Resistência será alvo de uma pormenorizada visita. A partida do Laranjeiro está marcada para as 7 horas.

Assembleia da República

O Governo tem uma cassette «Não nos deixam governar!»

Prevista para terça-feira última, a votação da lei dos salários em atraso foi agendada para o próximo dia 30, na véspera, portanto, do 1.º de Maio. A votação final global deste diploma irá consagrar legislação que se opõe à proposta de lei apresentada pelo Governo Cavaco Silva e resulta da fusão dos projectos de lei apresentados pelo PS, PRD e PCP.

Entretanto, nos últimos dias a comunicação social ocupou as atenções de todas as bancadas. Primeiro, um debate sobre a situação do sector público de Comunicação Social. Em seguida, a apreciação do projecto de lei n.º 152/IV, do PS, regulamentando a alienação de bens do Estado em empresas públicas de Comunicação Social. Foi este o tema que maior controvérsia levantou.

Anteriormente, a Assembleia tinha procedido à apreciação conjunta de quatro projectos de lei (respectivamente do deputado independente Lopes Cardoso, do PS, PSD e CDS) sobre consultas directas aos cidadãos eleitores locais. Todas os diplomas foram aprovados na generalidade por maioria, com o voto contrário do PCP.

José Manuel Mendes que se ocupou do debate por parte da bancada comunista diria: **Não partilhámos da visão esfomeada dos que vêm na lei de desenvolvimento das consultas aos cidadãos, preconizadas no Artigo 241 da Constituição que nos rege, uma ténue manobra de caminhar para o referendo nacional.**

Intróito

O debate sobre a Comunicação Social estatizada requerido pelo PRD foi como que o intróito para a discussão do projecto de lei apresentado pelo PS no respeitante à alienação dos bens do Estado na Comunicação Social.

O deputado Alexandre Manuel, do PRD, congratulando-se por o debate se estar a verificar, lamentou, contudo, o facto de ser limitado na sua dimensão, **até porque, passados todos estes meses, do programa governativo, pouco mais parece restar que a alienação de boa fatia do sector público neste sector.**

Por seu turno, o secretário de Estado da Comunicação Social, Marques Mendes, que se treinar um pouco mais conseguirá ter a arrogância do ministro Cadilhe

face ao Parlamento, perpetrar um discurso todo escrito em maiúsculas, em que manifestou estar o Governo empenhado em contribuir para a melhoria da situação no sector e para a dignificação de todos quantos nele trabalham.

E foi mesmo mais longe ao afirmar estarem (o Governo!) **nesta perspectiva e como sempre, abertos ao diálogo, ao confronto de ideias e ao debate de soluções, por entendermos ser esse o comportamento mais construtivo e responsável.**

Contudo, perante esta boa vontade que não corresponde à realidade, o deputado Jorge Lemos levantou uma questão pertinente:

Só se poderá defender a interdependência e o pluralismo do sector público da comunicação social se houver sector público da comunicação social. Ora ele está ameaçado neste momento. Foi a decisão governamental de alienar o «Jornal de Notícias», são os propósitos conhecidos e não desmentidos de alienar mais jornais públicos e estações de rádio públicas.

E acrescentou:

Daí a necessidade premente de definição pela Assembleia da República de normativos legais que impeçam o leilão-atributório do sector público pretendido pelo Governo. A inscrição na Ordem do Dia da próxima sessão plenária do projecto de lei n.º 152/IV, do PS, pode e deve ser um primeiro passo para que tal objectivo seja alcançado.

No prosseguimento da sua intervenção, Jorge Lemos deu especial destaque à RTP que, pela importância que assume em termos de opinião pública, é bem o exemplo do que não deve ser um órgão público de comunicação social.

Referindo a manipulação de cariz governamentalista a que a **informação televisiva tem vindo a ser sujeita, confundindo informação com comentário,** acrescentou:

Recordo aqui, a tal propósito, palavras do insuspeito comentador político M. Rebello de Sousa que, no «Semanário» do passado sábado, ao referir-se ao Primeiro-Ministro Cavaco Silva escrevia: **«Ele tem sabido usar com mestria a televisão, onde, de resto, esse caso invulgar de qualidade e imaginação chamado «24 Horas» tem sido uma arma essencial para a estratégia do Governo (com relevo para a prioridade e o tom pedagógico imprimeis em matéria económica)»** — fim de citação. Serão necessários mais comentários?

Guloseimas

Mas os comentários surgiram em força quando da discussão do projecto de lei do PS, aprovada por maioria na generalidade, na sessão plenária de terça-feira última. Votaram a favor o PS, PRD, PCP e MDP/CDE e contra o PSD e o CDS; absteve-se o deputado independente do PS, António Barreto.

A direita e o Governo pretendiam centrar o debate numa visão constitucionalista. No artigo único do projecto de lei n.º 152/IV estabelece-se no seu número dois que a alienação de quaisquer bens só poderá ser feita por concurso público e terá a forma de decreto-lei onde constarão, obrigatoriamente, todas as normas e demais condições a que deverá obedecer o concurso público.

Enjeita esta decisão o Governo com o pretexto de que quer governar e deste modo a AR se intromete em questões do seu foro exclusivo. Contrapõe a maioria democrática que quem quer transparência não a deve querer só para questões onde pode auferir dividendos eleitorais.

Mais se disse e a isto o Governo nunca respondeu: se é verdade que a Comunicação Social estatizada é deficitária, por que razão se aliena a parte lucrativa desse sector, como sucedeu com o «Jornal de Notícias» e não se dá conhecimento dos termos em que foi feito o concurso público que alienou os títulos do «Século»?

Conhece o leitor as respostas? Pois os deputados ficaram na mesma. No entanto, Borges de Carvalho, deputado independente do CDS, acabaria por se descair, já no final do debate, ao chamar à Comunicação Social uma «guloseima», ao que José Luís Nunes, do PS, retorquiu ser uma concepção gastronómica da comunicação social.

Da bancada comunista, Jorge Lemos, salientando que o que se visa é transferir para o sector privado um importante sector rentável da empresa pública, recordou que em 1985 a empresa «Jornal de Notícias» realizou um saldo positivo de 55 mil contos.

O projecto de lei, como dissemos, foi aprovado e baixou à Comissão Parlamentar respectiva para ser analisado na especificidade.

Estão a matar os matadouros

O encerramento já verificado e o que se avizinha de grande parte dos matadouros nacionais por pretensa imposição da adesão de Portugal à CEE tem vindo a levantar uma onda de protestos de agricultores, como referiu o deputado comunista Álvaro Brasileiro, na intervenção que fez no passado dia 17 de Abril, no Parlamento.

Assunto que não é pacífico, por isso mesmo não encontra eco favorável em todas as bancadas representadas na AR. Só que, nalgumas, as vozes discordantes são obrigadas a ficarem mudas.

Focando esta questão diria Álvaro Brasileiro que a partir de 1 de Abril, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 304/84, implica o fecho de todos os matadouros que não foram licenciados, o que conduz simultaneamente à concentração das matanças.

Apontando as críticas que se podem formular a todo este processo, citou algumas: foram apresentados estudos prévios e projectos de remodelação de matadouros que não tiveram qualquer resposta ou em que esta se resumiu à informação de que não seriam renovadas as licenças dos mesmos, com a alegação de que não tinham condições; foram fechados matadouros concelhios e canalizados as matanças para matadouros de âmbito regional, sem condições técnico-sanitárias, nem capacidade de laboração.

Salientou, ainda, o deputado comunista que o Decreto-Lei prevê o licenciamento de novos matadouros e a ampliação e remodelação de outros existentes, mas isso só é possível com a aplicação de um conjunto de medidas que possam viabilizar es-

ses projectos. Ora sabendo-se que não havendo gabinetes de projectos com suficiente capacidade técnica para elaborá-los em prazos curtos, é pois imperioso considerar este problema para que sejam salvaguardados os casos sérios de intenção de melhoria de instalações existentes, de construção de novas unidades locais ou de centros de abate a criar.

Dilatar o prazo

Destacou o deputado Álvaro Brasileiro que noutros países da Europa as leis regulamentadoras dos matadouros tiveram períodos de implementação muito mais longos do que o ano e meio considerado no nosso País.

Convém, aliás, referir um parecer emitido pelo organismo que superintende a este assunto na CEE. Nele se diz que «a extensão da directiva 83/90/CEE modificando a directiva 64/433/CEE, aos matadouros trabalhando unicamente para o mercado nacional, depende estritamente da competência das autoridades do estado membro e não das autoridades comunitárias. Por esta razão toda a definição de um prazo de aplicação será decidido pelas autoridades nacionais».

O que sucedeu entretanto e levanta muitos protestos é que quando os industriais pretendam conformar os seus matadouros com o decreto-lei referido — denunciou Álvaro Brasileiro — foi-lhes dito pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários que não executassem quaisquer obras antes da vistoria.

Feitas as vistorias, nunca os resultados foram comunicados aos interessados para que pudessem fazer as obras necessárias, contrariando o prometido.

A instalar-se a nova situação, muitos agricultores serão obrigados a deslocarem o seu gado a mais de 30 quilómetros e nalguns casos cerca de 100, com reflexos nos preços, para além de deixarem de ter garantias os abates de emergência, o que num caso com um acidente com um animal poderia ocasionar prejuízos de dezenas, senão centenas de contos.

Outra questão levantada por Álvaro Brasileiro é o facto da concentração de abate feita arbitrariamente beneficiar cerca de vinte empresas, a maior parte das quais em situação de insolvência técnica, em detrimento de mais de 700.

De todos os pontos do país surgem os protestos face aos encerramentos já verificados (Amarante, Montemor-o-Novo, Santo Tirso, etc.). A própria Associação Nacional dos Industriais de Carnes apresentou uma contra-proposta viável para ultrapassar os problemas que o Decreto-Lei vem causar e sem fugir às condições de higiene que se exigem.

Greve na CP

Alguém está interessado no arrastar do conflito

Só por manifesta má-fé se pode concluir que os trabalhadores são avessos ao diálogo. Mas nem sempre, o diálogo resulta... pela simples razão que os gestores não querem dialogar. E quando não querem dialogar pouco se importam com os prejuízos que isso possa causar.

Veja-se o que se está a passar na CP onde, devido à falta de diálogo por parte do Conselho de Gerência, o conflito originou a completa degradação, a nível de comodidade e segurança, no transporte de passageiros e a supressão de inúmeras composições de mercadorias, o que afecta já a agricultura e a indústria.

Falando deste assunto no período de antes da Ordem do Dia, na passada quinta-feira, o deputado Jerónimo de Sousa denunciou a obscuridade de algumas intenções que se prendem com esta falta de diálogo, que dura há mais de um mês.

Como é que um Conselho de Gerência — interrogou — tão cé-

lere nos aumentos de subsídios, vencimentos e benesses para si próprio se tenha limitado a informar ao longo de cinco reuniões, entretanto realizadas, no decurso do conflito, que nada tinha a acrescentar à reunião anterior? Só porque se ia embora e «quem viesse atrás que fechasse a porta»?

E acrescentou:

Agora que o Conselho de Gerência foi substituído por outro de responsabilidade do actual Governo, mais urgente se torna reparar as injustiças que estão na génese do conflito existente na CP. O público utente reclama-o. Os interesses nacionais exigem-no.

Considerando inaceitável que o secretário de Estado dos Transportes se comporte como Pilatos e que o Ministério do Trabalho, que antes se limitava a marcar as reuniões entre as duas partes nem já isso faça, Jerónimo de Sousa considerou que seria importante saber quais as razões que levaram o anterior Conselho

de Gerência a cometer a discriminação no regulamento de carreiras, privilegiando dois sectores e arredando subitamente a esmagadora maioria dos trabalhadores ferroviários, justamente em luta pelo restabelecimento do equilíbrio escalonar.

E, ainda, por que razão o próprio Conselho de Gerência, que considerou em comunicação interna «não poder ceder às pressões de uma organização sindical que queria ascender a escalões superiores por ser gerador de conflitos na empresa» e depois, passados dias, vem precisamente concretizar a discriminação? Por pressões de quem?

Para sermos mais precisos — alguém está interessado em que o conflito se arraste. Não os trabalhadores da empresa, conscientes das dificuldades por que passa o público utente. Mas quando o diálogo não é possível não se pode dizer: «Pronto! Não se pensa mais nisso!»

Vizela finalmente

O PCP tomou a iniciativa de propor, na Conferência de Líderes Parlamentares, o agendamento dos projectos de lei de criação do município de Vizela, no que foi acompanhado pelo PS, PRD e MDP/CDE.

Apesar da oposição do PPD e CDS, o debate dos referidos diplomas ficou marcado para o próximo dia 15 de Maio. Caso estes dois partidos de direita não subvertam a iniciativa, a população de Vizela, dentro em breve, festejará a criação do município por que tanto lutou.

Juventude

III Conferência Nacional do Ensino Superior

Discutir é palavra de ordem



Realizou-se no passado fim-de-semana, em Lisboa, a III Conferência Nacional do Ensino Superior (CNES) da JCP. Das conclusões, ressalta a programação de um debate nacional sobre o sistema de acesso à Universidade. Também para discussão, os jovens comunistas agendaram o sistema de gestão universitária ao longo destes últimos dez anos. A culminar os debates, a III CNES marcou a realização de duas iniciativas nacionais, uma sobre cada tema.

Estas duas conclusões são, por si só, a prova de que esta iniciativa não foi o culminar sobre a Universidade e os problemas dos seus estudantes. Constituiu, isso sim, um impulso para a persecução do debate. Neste âmbito, os jovens comunistas, constatando o individualismo incutido no espírito do jovem universitário, alertaram para a necessidade de promoção de actividades de convívio e solidariedade estudantil. Como e em que termos, há que o discutir.

Discutir é palavra de ordem

para os jovens comunistas, como se pode ver. Exemplo disso é o convite ao diálogo endereçado às organizações juvenis do PS, do PRD e do MDP. No documento preparatório, afirma-se que «é indispensável a intensificação dos contactos e do diálogo com as organizações políticas juvenis democráticas com o objectivo de conhecer e dar a conhecer de viva voz, opiniões, posições e propostas, quebrar o gelo político existente, procurar os pontos de acção comuns ou convergentes e contribuir, decisivamente, para a criação das bases de consenso político que, sem intromissão na esfera própria de actuação do Movimento Associativo e da sua dinâmica de massas, facilite ou viabilize a unidade e a acção, no âmbito do Movimento Associativo».

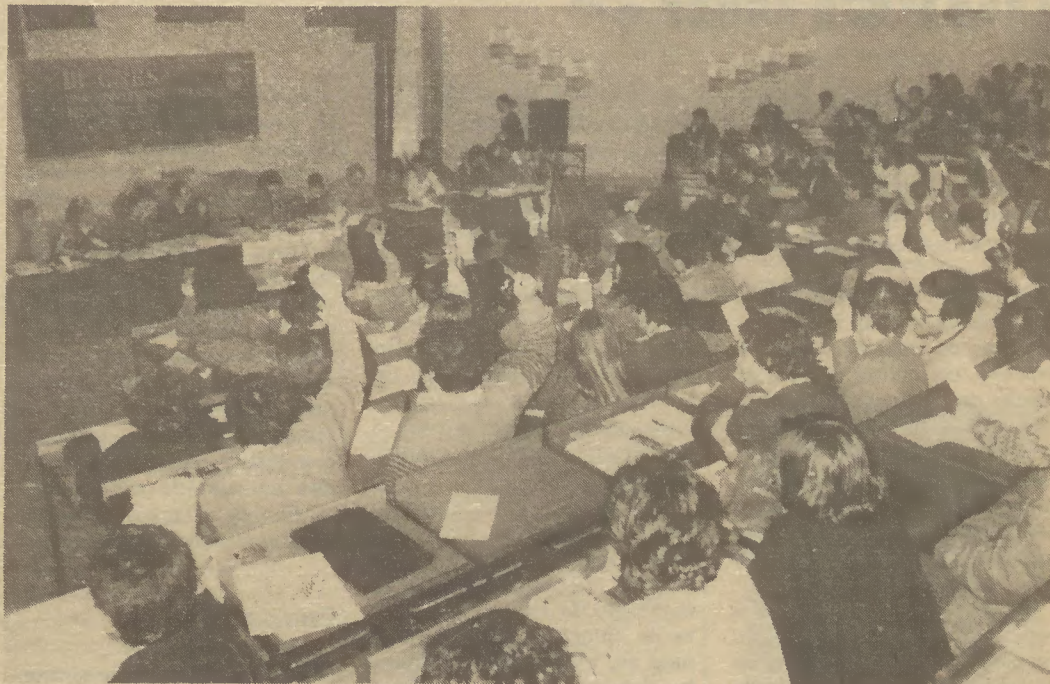
A Conferência, que se realizou nas instalações do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, trabalhou em plenário no princípio e no seu encerramento. Ao longo de sábado

e domingo, a iniciativa funcionou em sessões, tendo-se os jovens comunistas e seus convidados debruçado sobre problemas de organização, movimento estudantil e reestruturação do Ensino Superior.

Ao longo dos trabalhos, que contaram com a presença do camarada Jorge Araújo, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, participaram cerca de 150 jovens estudantes universitários.

A par com questões concernentes à vida universitária, nomeadamente ao apoio social estudantil — para o qual a JCP propõe alterações significativas na definição e no montante das bolsas de estudo —, nesta III Conferência Nacional do Ensino Superior abordou o Ano Internacional da Paz, questões sobre o movimento cultural, a intervenção política e ideológica, as saídas profissionais e a importância do trabalho em unidade.

No decorrer dos trabalhos, os jovens comunistas aprovaram



uma moção de condenação da agressão norte-americana contra a Líbia.

Esta conferência realizou-se

numa altura em que os jovens comunistas consideram ter-se conseguido inflectir a tendência para a quebra da intervenção da

JCP junto dos estudantes, e nela foi eleita a nova Direcção Central da Organização do Ensino Superior da JCP.

Poder Local

Évora: comunistas debatem trabalho autárquico

Se o que se fez está bem é altura de melhorar!

A obra notável realizada pelos comunistas e seus aliados (MDP e democratas sem partido) nos órgãos autárquicos do distrito, contribuiu decisivamente para melhorar as condições de vida das populações e a sua própria participação na resolução dos seus problemas, concluiu o Plenário de militantes do PCP do Distrito de Évora sobre o trabalho nas Autarquias, promovido pela Comissão Distrital de Évora do PCP e realizado no passado fim-de-semana no palácio D. Manuel, com a participação de cerca de 100 quadros. A par do balanço — definido como muito positivo — do trabalho realizado pela APU no distrito, o Plenário apontou deficiências e correcções a introduzir, deu particular ênfase à necessidade de se aprofundar a unidade, criticou a política do Governo, que está a agravar os problemas económicos e sociais do distrito e aprovou, por unanimidade e aclamação, um apelo dos comunistas do distrito à luta pela paz.

O reforço do funcionamento democrático dos órgãos autárquicos, a aceleração da resolução dos problemas das populações e a concretização de um maior empenho das populações na resolução dos seus próprios problemas, foram objectivos definidos como necessários para a correcção das deficiências detectadas no trabalho autárquico. Daí «a necessidade das organizações do Partido e dos eleitos nos órgãos autárquicos do distrito empenharem esforços para reforçar o trabalho de direcção política das organizações do Partido, aos diver-

sos níveis distritais, nesta frente».

Sobre a ligação dos autarcas às populações e funcionamento democrático dos órgãos, o Plenário considerou a necessidade de:

- Desenvolvimento da política de unidade em torno da solução dos problemas concretos das populações;

- Funcionamento regular dos órgãos autárquicos através de um estilo de trabalho colectivo e aberto;

- Reforço do trabalho de informação às populações, através de plenários, reuniões específicas, boletins municipais, avisos e comunicados, meios audiovisuais, placards, etc.;

- Reforço do contacto regular dos eleitos com as populações, através de reuniões nos locais, visitas previamente divulgadas e organizadas, atendimento com dias e horas marcadas e divulgadas;

- Dinamização da participação popular na discussão da resolução dos seus problemas e na organização do trabalho voluntário;

- Criação de comissões especializadas para a ligação a camadas específicas da população (idosos, deficientes, etc.) e às áreas concretas do trabalho, ligando-as ao movimento popular (grupos, associações, colectividades, comissões, em campos como a cultura e o desporto, a saúde, o ensino,

etc.);

- Encarar a criação das Comissões Municipais da Juventude;

- Apelo ao desenvolvimento de acções concretas no sentido de sensibilizar as populações para a sua participação em iniciativas de defesa da Paz;

- Assegurar uma correcta relação com os trabalhadores da administração local, através da realização de reuniões regulares em plenários e por sectores, com as suas organizações representativas, sua sensibilização para o papel importante que têm na resolução dos problemas das populações e encontrando as melhores formas de resolver os seus problemas enquanto trabalhadores;

- Promover a coordenação dos Planos de Actividades entre Municípios e Freguesias, de forma a responsabilizar claramente cada um dos órgãos;

- Descentralizar e desconcentrar tarefas administrativas dos Municípios que melhor possam servir as populações, se tratados nas freguesias;

- Realizar reuniões regulares entre os vários órgãos autárquicos do concelho e procurar formas concretas de coordenação de trabalho entre si.

Acerca do trabalho de unidade, concreto, com outras forças, os comunistas manifestaram

o seu desejo de aprofundar as relações de colaboração com os seus aliados na APU (MDP e democratas sem partido) assim como com democratas eleitos por outros partidos que, sinceramente ou sem preconceitos anti-comunistas, se disponham a congregar esforços com vista à promoção do bem-estar material e cultural das populações e desenvolvimento económico do Distrito de Évora.

Como referimos, o Plenário constatou ainda que a situação económica e social no Distrito de Évora está a agravar-se de forma preocupante, em resultado da política do Governo de Cavaço e Silva, explicitando que «a situação na agricultura continua a degradar-se; numerosas empresas encerraram e outras caminham para o encerramento. Muitas continuam a laborar devendo aos trabalhadores muitos milhares de contos de salários e outras remunerações em atraso. O desemprego alastra, sobretudo entre a juventude e as mulheres».

Finalmente o Plenário considerou «que o trabalho dos comunistas, no Poder Local Democrático, insere-se na luta geral dos trabalhadores e do povo português por melhores condições de vida e pela denúncia e combate às medidas antipopulares que o Governo minoritário PSD procura, demagogicamente, impor ao nosso povo».



Nacional

Almodôvar

Não à estação de rastreio

Almodôvar é nome pouco conhecido em Portugal. E no entanto, sobre esta terra alentejana recai a ameaça muito real de vir a albergar uma estação de rastreio de satélites, componente do projecto norte-americano da «guerra das estrelas». O que representaria a integração do nosso país no mais perigoso projecto belicista dos nossos dias, que põe em causa o indispensável processo de desarmamento a nível mundial. E simultaneamente nos colocaria no plano de alvo prioritário — facto de que se não deve escamotear a gravidade, mesmo no quadro de uma era em que uma guerra generalizada é sinónimo do fim do planeta.

No Ano Internacional da Paz, cabe a cada povo (e mais ainda quando os respectivos governos, que entretanto aprovaram a decisão da ONU, nada fazem pela sua concretização), lutar para que o seu país desenvolva acções no sentido do desanuviamento e do desarmamento e não no do agravamento da escalada armamentista.

Portugal é, sob várias formas, base de estruturas militares da NATO e dos Estados Unidos. Vulgarmente designado mesmo como: ponto estratégico. O que entra em choque aberto com a própria letra da Constituição.

A luta contra a instalação da estação de rastreio em Almodôvar insere-se assim na batalha contra a corrida aos armamentos, no plano que mais directamente nos diz respeito: o que se passa no nosso país.

Um acampamento em Almodôvar

«Repudiamos o crescente envolvimento de Portugal em estratégias belicistas como a «Iniciativa de Defesa Estratégica» dos Estados Unidos e os acordos existentes para a colocação em Almodôvar de uma estação de rastreio de

satélites, única na Europa, integrada neste projecto» — afirma-se em documento assinado pelas diversas organizações promotoras de uma jornada de protesto e sensibilização realizada no passado fim-de-semana, em Almodôvar.

No âmbito desta jornada — que contou, entre os seus organizadores, com os «Verdes», o Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal, a Associação Livre dos Objectores de Consciência, a Comissão de Paz de Beja, a coordenadora das Associações de Estudantes do Distrito de Beja, o Movimento «Deixem o Algarve em Paz», o Conselho Português para a Paz e Cooperação, a Coordenadora dos Partidários da Paz de Setúbal, o Movimento Democrático de Mulheres, a Comissão de Paz de Lisboa — mais de duzentos jovens estiveram acampados nessa localidade do Baixo Alentejo e participaram num conjunto de realizações, que incluiu um desfile, à luz de velas, na noite de sábado, pelas ruas de Almodôvar, com distribuição de um documento à população; a pintura de um painel na manhã de domingo no pico de Mú, para onde está prevista a instalação da estação de rastreio, e um desfile, com música popular, durante a tarde, em Alvíto.

Um pouco de história

A diplomacia secreta é componente indispensável de políticas antipopulares. Por isso escassos foram os elementos a pouco e pouco surgidos quanto às negociações que decorriam para a instalação da estação de Almodôvar. E ainda hoje é bem limitado o que se sabe.

Em Janeiro de 84, o então embaixador norte-americano em Portugal, Allen Holmes, em entrevista concedida ao Diário de Notícias, falava directamente da intenção (só muito vaga e limitadamente conhecida antes) dos EUA instalarem em Portugal uma estação de rastreio de satélites. Duas semanas depois, Mota Pinto, na qualidade de ministro da Defesa, anunciava em S. Francisco da Califórnia (e não em Lisboa...) o início de conversações entre os governos dos dois países sobre a referida estação.

Em Fevereiro, aos microfones da Rádio Renascença, Jaime Gama falava já de «contrapartidas» e da assinatura para breve dos termos de um acordo de que iria resultar «uma ampliação significativa da ajuda americana a Portugal por via do fundo de auxílio económico dos EUA». Tal «ajuda» destinava-se a ser investida na fundação luso-americana — já existente, e ligada ao conhecido nome de Carluci, antigo embaixador norte-americano em Lisboa e destacado elemento da CIA — que aparece com o «pacífico» objectivo de «implementar as relações de Portugal com os EUA a nível da ciência, tecnologia, comércio e investimento em Portugal».

Simultaneamente, o «Washington Post» referia que a rede mun-



dial norte-americana de unidade de rastreio espacial ficaria completa com a construção da quinta estação em Portugal no prazo de 18 meses (as outras estações similares estão localizadas nos seguintes locais: Estado do Novo México (EUA) Hawaii, Coreia do Sul e Diego Garcia, no Oceano Índico).

Em 27 de Março de 1984, o Governo português assinou um acordo com o governo norte-americano autorizando a instalação da estação de rastreio de satélites em território de Portugal Continental.

E agora?

Nada foi ainda colocado no pico de Mú. O que o mesmo é di-

zer que a batalha contra a instalação da estação de rastreio tem toda a oportunidade. Se é verdade que os soldados norte-americanos ainda não começaram a aparecer pelas ruas de Almodôvar, não é menos verdade que a política que levou à assinatura do acordo se mantém igual.

Para que dúvidas não pudessem subsistir quanto à vontade de fazer participar o nosso país nos mais agressivos projectos do imperialismo, na Assembleia da ATA (estrutura da NATO), realizada no Porto em Setembro passado, foi afirmado com clareza que Portugal entendeu «aceitar participar na fase de investigação de Iniciativa de Defesa Estratégica».

E agora, no Parlamento Europeu, o ex-dirigente do CDS, Lucas Pires, impediu que fosse agenda-

da para a sessão de Maio um debate sobre a instalação em Almodôvar da estação de rastreio, proposta apresentada pelos «Verdes» da RFA. Posição significativa, ainda que não seja naturalmente em Estrasburgo, mas em Portugal, que tais problemas virão a ser resolvidos.

A batalha contra a instalação da estação de rastreio é uma componente da luta contra uma política externa que se caracteriza pela mais evidente subserviência às doutrinas e à prática militarista desenvolvidas pela Casa Branca e o Pentágono. Isso foi uma vez mais confirmado pelas declarações do primeiro-ministro Cavaco Silva em Berlim Ocidental. E pelas omissões. Não houve uma palavra contra a agressão à Líbia. E sobram as mais primitivas declarações anticomunistas.

Saudação ao XXV Congresso do Partido Comunista da Bélgica

Por ocasião da realização do XXV Congresso do Partido Comunista da Bélgica, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou à reunião máxima dos comunistas belgas a saudação que a seguir transcrevemos:

Queridos Camaradas
Saudamos calorosa e fraternalmente o 25.º Congresso do Partido Comunista da Bélgica e por vosso intermédio todos os membros do vosso Partido. Ao fazê-lo expressamos-vos a solidariedade do PCP à vossa acção para fazer frente à ofensiva antioptimista e antidemocrática conduzida pelo actual governo, em defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares, contra a política de alinha-

mento com os EUA e a instalação de misséis nucleares norte-americanos no vosso país, em defesa da paz.

No plano internacional os sectores mais reaccionários do imperialismo, em primeiro lugar dos EUA, conduzem uma política abertamente antioptimista e antipopular, militarista e agressiva, a qual é responsável pelo agravamento da tensão internacional e aumento dos perigos de holocausto nuclear. Tentam assim opor-se ao avanço do socialismo, sustentar o desenvolvimento da luta libertadora dos povos, resolver em favor do grande capital as insanáveis contradições em que se debate o sistema capitalista. Em nossa opinião tornaram-se ainda mais decisivos o papel da classe operária e do seu Partido Comunista na luta popular e democrática em cada

país, o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional, o reforço da cooperação e acção comum de todas as forças democráticas, revolucioná-

Em representação do Partido Comunista Português, deslocou-se a Bruxelas o camarada Henrique de Sousa, membro do Comité Central do PCP, para assistir ao 25.º Congresso Nacional do Partido Comunista da Bélgica, que decorreu de 18 a 20 de Abril.

rias e amantes da paz. A luta pelo desarmamento, e em primeiro lugar o nuclear, para impedir a militarização do espaço, adquire no momento actual uma extraordinária importância e urgência. Neste sentido o PCP valoriza altamente as propostas de desarmamento do Partido e do

Estado soviéticos, designadamente as apresentadas pelo camarada M. Gorbatchev para a completa liquidação das armas nucleares até ao ano 2000 e o

programa de paz aprovado no XXVII Congresso do PCUS.

Em Portugal prossegue a luta em defesa das conquistas da Revolução de 25 de Abril e do regime democrático que as consagra. A grave crise económica, social e política em que o nosso país se debate é consequência

em primeiro lugar da política seguida há mais de dez anos por sucessivos governos visando a restauração do poder dos monopólios e dos latifúndios que a revolução liquidara.

No momento actual, o nosso Partido orienta os seus esforços para a mobilização da classe operária e das massas populares e para a cooperação e unidade das forças democráticas no combate à política reaccionária e antinacional do governo minoritário do PSD e para a criação de uma alternativa democrática que assegure a defesa e consolidação do regime democrático e a solução dos mais urgentes e graves problemas nacionais. A situação é sem dúvida difícil e complexa. Porém os importantes sucessos alcançados pelo movimento popular e democrático nas batalhas travadas em 1985 e a derrota

imposta, com a contribuição decisiva do PCP, ao candidato fascizante nas eleições presidenciais de Fevereiro último, abriram novas e mais favoráveis perspectivas à luta por uma viragem democrática na vida nacional.

Queridos Camaradas
Desejamos ao 25.º Congresso os melhores sucessos e expressemos a nossa vontade de fortalecer as relações de amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, no interesse da causa comum do socialismo e da paz.
Viva o 25.º Congresso Nacional do Partido Comunista da Bélgica!
Viva a amizade e a solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Bélgica!
Viva o internacionalismo proletário!

Internacional

XI Congresso do PSUA

Da nossa enviada especial
Ivone Dias Lourenço



Com a eleição do novo Comitê Central terminou na segunda-feira o XI Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha, que durante cinco dias decorreu no Palácio da República em Berlim, capital da RDA. Na sua primeira reunião, o CC elegeu a Comissão Política e o Secretariado e reafirmou no cargo de secretário-geral o camarada Erich Honecker.

No Congresso participaram 2675 delegados, dos quais 65% operários, representando os mais de dois milhões de militantes do PSUA, designados pelos seus colectivos «porque demonstraram mais saber, capacidade e espírito revolucionário e deram uma importante contribuição pessoal para concretizar com êxito as decisões do X Congresso».

Aliás, o Congresso saudou todo o povo da RDA pelo cumprimento dos planos e metas decididos há cinco anos, e sublinhou o papel dos comunistas nos resultados alcançados. «O nosso Partido cumpriu a sua palavra», afirmou o secretário-geral do PSUA no balanço com que inicia o relatório do CC — um extenso documento centrado nas questões do desenvolvimento económico acelerado que os níveis já atingidos possibilitam.

base técnico-material da economia já corresponde às exigências de um moderno Estado industrial socialista». Para só referir alguns dos índices mais perceptíveis: nos últimos seis meses de 85 o rendimento nacional corresponde ao de todo o ano de 1970; nos últimos cinco anos a RDA produziu a mesma quantidade de mercadorias que nos 20 anos que medeiam entre 1949 e 1968, os bens de consumo duplicaram no mesmo período; em 15 anos duplicou o rendi-

mento real da população.

«Podemos constatar com orgulho — afirmou o camarada Honecker — que há poucos países no mundo que tenham apresentado um desenvolvimento económico sólido e dinâmico durante um tão longo período e que tenham conseguido transformá-lo em progresso social». E, acrescenta, «é sintomático que o incremento dos rendimentos económicos resulte, de modo crescente, dos resultados obtidos pela ciência e pela técnica, como o comprovam, nomeadamente, as taxas de crescimento a nível da microelectrónica e da técnica dos robots. Enquanto que em 1970 ainda não dispúnhamos de nenhum robot industrial, nos finais de 1985 estes já eram mais de 56.600. De considerável importância para a economia é também a introdução da técnica CAD/CAM-Concepção e Produção Assistidas por Computador».

Pelo bem-estar do povo

O Plano e as propostas definidas e aprovadas pelo XI Congresso de produção e utilização crescente das novas tecnologias, numa estratégia económica com vista ao ano 2000, têm por objectivo **interligar ainda mais eficazmente as vantagens da sociedade socialista avançada com as conquistas da revolução técnico-científica.**

Principal campo de batalha definido é o da **unidade entre a política económica e a política social**: trata-se, por exemplo, de aumentar nos próximos 5 anos o rendimento *per capita* em 20%-23%. Para vencer, a RDA conta

já com essa base fundamental que são os complexos industriais, cuja eficácia resulta decisivamente da «gestão unitária de todas as fases importantes do processo de reprodução, a partir sobretudo da ligação orgânica entre a produção e a ciência, com base na economia». Segundo o relatório da CC, «com vista às novas exigências dos próximos anos, os complexos industriais têm de ser remodelados de tal modo que constituam a mais ampla base para um desenvolvimento económico eficiente e para a aplicação de tecnologias-chave».

A cooperação socialista

A resolução de tantas e tão complexas questões novas de-

mo se libertem, atingindo uma nova qualidade».

O camarada Mikail Gorbachov, que chefiou, pela URSS, uma das 140 delegações estrangeiras convidadas para o Congresso, pronunciou no 2.º dia dos trabalhos um importante discurso sobre questões candentes como a Paz e as novas tarefas decorrentes das decisões do XXVII Congresso do PCUS, «neste momento de viragem histórica». No seu discurso referiu-se também ele longamente às questões da economia, do progresso técnico-científico e da cooperação no quadro do CAME, considerando que, apesar dos grandes êxitos alcançados neste domínio, «as possibilidades de acção conjunta dos países irmãos» não estão a ser completamente aproveitadas, e é do nosso interesse comum — e «está ao nosso alcance», acres-

bro da Comissão Política e do Secretariado do CC, que, juntamente com o camarada Manuel Sobral, do CC, se deslocou a Berlim a convite do PSUA.

Na saudação do CC do PCP transmitida ao Congresso, Joaquim Gomes reafirmou que a realidade dos países socialistas é para os comunistas portugueses «o factor determinante do progresso da humanidade e da defesa da Paz. Por isso valorizamos a importância e o significado do XXVII Congresso do PCUS. Por isso nos sentimos profundamente solidários com os comunistas e o povo trabalhador da RDA na sua actividade orientada para a aceleração do desenvolvimento económico e do progresso social, para o aprofundamento constante da democracia socialista.

Neste domínio, prossegue a saudação, se afirma a superioridade imensa do socialismo sobre o capitalismo e as suas extraordinárias possibilidades para dar satisfação às seculares aspirações da humanidade de bem-estar e justiça social».

Noutro passo da saudação, o CC do PCP considera fundamental para a defesa da Paz «o fortalecimento da unidade do movimento comunista e operário internacional, bem como a consolidação da amizade e cooperação entre todas as forças revolucionárias, anti-imperialistas e amantes da Paz».

Além de terem participado nas sessões do Congresso e em todos os outros grandes acontecimentos que o rodearam, nomeadamente na grande manifestação de mais de 100 mil jovens da FDJ, no dia 18, frente ao Palácio da República, e nos actos comemorativos do 40.º aniversário do PSUA, que coincidiu com o encerramento do Congresso, os nossos dois camaradas participaram num comício de solidariedade com os trabalhadores da «Pneumant», um grande complexo industrial que assegura, com alta qualidade, cerca de 50% da produção nacional de pneus.

Gorbatchov em Berlim alerta contra a guerra e faz propostas de paz

As duas macabras explosões nucleares efectuadas em Nevada meteram a pique a oportunidade singular de dar início efectivo ao processo de desarmamento. Coloca-se, ao mesmo tempo, a questão da arrogante operação norte-americana contra a Líbia, susceptível de provocar uma grave degradação da conjuntura mundial.

As palavras são do secretário-geral do PCUS, camarada Mikhail Gorbatchov, ao intervir no XI Congresso do Partido Socialista Unificado Alemão, na República Democrática Alemã. No seu importante discurso, Gorbatchov recordou algumas das principais decisões tomadas no recente Congresso do PCUS, sublinhando a importância das boas relações existentes entre os países socialistas para que muitas delas

possam dar os seus frutos e tornar-se um factor de ainda maior atracção pelos ideais do socialismo.

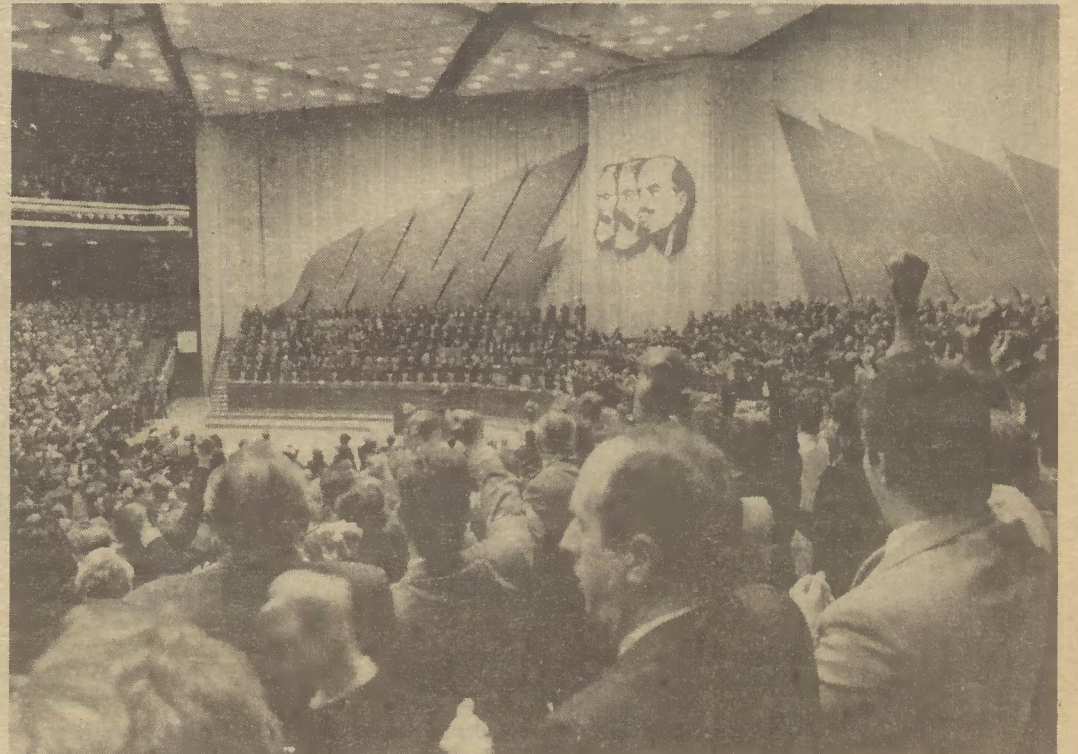
As questões da paz e do desarmamento ocuparam, como seria de esperar na actual conjuntura política internacional, um lugar de relevo na intervenção de Gorbatchov, que condenou firmemente a escalada agressiva norte-americana, acentuando que Washington e as capitais europeias devem tomar consciência de que tal procedimento lesa directamente o diálogo entre a URSS e os EUA e entre o leste e o ocidente em geral, não obstante ter deixado claro que as propostas soviéticas com vista à liquidação das armas nucleares e à contenção da corrida aos armamentos continuam em vigor.

Propostas que foram reforça-

das com uma nova iniciativa anunciada pelo dirigente soviético, respeitante aos armamentos convencionais e às forças armadas.

A URSS — disse — propõe que se chegue a acordo acerca de reduções significativas de todas as componentes das tropas terrestres e da aviação táctica dos países europeus, bem como das respectivas forças dos EUA e do Canadá estacionadas na Europa. As unidades sujeitas à redução seriam desmobilizadas e os seus armamentos destruídos ou armazenados nos respectivos territórios nacionais. A zona geográfica da redução deve, naturalmente, abranger toda a Europa: desde o Atlântico até aos Urais.

A iniciativa está agora, uma vez mais, no ocidente. Há que aguardar as respostas.



Internacional

LÍBIA

Um país por conhecer

Salvo raras e honrosas excepções, e não obstante ter estado no centro das atenções de todo o mundo, da Líbia se tem falado numa nota só. A saber, a do terrorismo. Fazendo fé em tal concerto, qualquer cidadão comum seria levado a pensar que os líbios se alimentam de balas, bombas e produtos afins, ocupando os dias na elaboração dos ditos, sobretudo para exportação, e na congeminção dos mais maquiavélicos planos para a destruição do mundo «livre». Tudo como é evidente sob a suprema orientação do arquimaquiavélico coronel Muammar Khadafi. Pelo que há uma resposta que se impõe à pergunta que certamente muitos se terão colocado a si próprios, quanto mais não seja levados pela curiosidade: Afinal, o que é a Líbia?

É a isso que nos propomos responder neste breve relance sobre a história recente do país que o imperialismo norte-americano tanto se tem empenhado em denegrir. No fim, será certamente mais fácil entender o porquê.

Unificado pelos árabes no século VII, a Líbia resistiu durante muito tempo às tentativas de colonização europeias. Todavia, em 1911, a Itália consegue ocupar a Tripolândia, a parte oeste do país, avançando depois para Fezzan e Cirenaica. Não foi um processo pacífico. Os sentimentos nacionalistas dos líbios mobilizaram-se na luta contra o colonialismo, sendo lendários alguns dos chefes guerrilheiros, como é o caso de Omar al-Mokhtar, que viria a ser enforcado nos princípios dos anos 30. Também, no exterior, se tornaram então conhecidas algumas figuras da resistência à ocupação, tal como Idris al-Sanussi, que privilegiava as boas relações com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos enquanto recolhia, no estrangeiro o prestígio da luta que se travava no interior do país.

A anexação do território líbio ocupado ao império fascista italiano, por Mussolini, em 1932, transforma o deserto líbio numa das zonas de confronto da II Guerra Mundial. O que vai permitir, finda a guerra, que as Nações Unidas se pronunciem sobre a independência das três colónias federadas no reino da Líbia, com Idris al-Sanussi como rei.

O petróleo não tinha ainda sido descoberto, mas as boas relações de Idris com os britânicos e os norte-americanos eram promissoras. Ambos os países não tardaram a ter as suas bases na Líbia. Nos anos sessenta chegam as multinacionais ao cheiro do petróleo entretanto descoberto.

A vida dos líbios não era fácil. O país encontrava-se entre um dos mais pobres do Norte de África; o analfabetismo rondava os 90 por cento. Se alguma coisa progredia então na Líbia era a injustiça social, a exploração e a dependência do estrangeiro.

Uma situação que provocava o descontentamento popular e a revolta de alguns sectores militares, particularmente entre os jovens oficiais.

Muammar al-Khadafi, filho de beduínos nómadas que estudara em Londres técnicas militares, era um desses oficiais. Ainda em Londres, em 1966, funda a União dos Oficiais Livres, que

vai ser o embrião da revolução. Em 1 de Setembro de 1969 começa em Sebha a insurreição que derruba a monarquia e leva ao poder um Conselho da Revolução liderado por Khadafi que se proclama muçulmano, nasserista e socialista.

Começa então uma nova era na história da Líbia.

(...) Antes de Kadhafi ter tomado o poder, em 1969, o povo da Líbia era amigo dos Estados Unidos. Estou convencido de que a maioria dos líbios tem hoje vergonha e desgosto face a este homem que transformou o seu país numa terra sinónimo de barbárie em todo o mundo. (...)

(Do discurso de Reagan, na noite de 14 de Abril, anunciando o ataque à Líbia).

O caminho do desenvolvimento

Para levar a cabo um dos objectivos básicos da revolução, a criação do homem livre, o Conselho da Revolução — que prontamente recolheu um apoio popular generalizado, começa por liquidar as bases militares estrangeiras existentes no país, assumir o controlo da exploração do petróleo e restringir drasticamente a actividade das firmas multinacionais que operavam na Líbia. O paraíso líbio para os interesses estrangeiros havia chegado ao fim.

Múltiplas medidas foram tomadas entretanto para melhorar o nível de vida da população: atribuição de 10 hectares de terra por família, um tractor, uma casa, alfaías agrícolas e meios para irrigação da terra; previdência social e abonos de família; assistência médica gratuita; ensino elementar gratuito e obrigatório, bolsas e outros estímulos para o ensino médio e superior; incremento da construção de habitações e aprovação de legislação para que todos tenham casa própria, não alugada.

Foram abertos mais de um milhar de poços artesianos; recuperaram-se dois milhões de hectares de terra ao deserto; investiu-se a fundo na indústria e na agricultura com o objectivo, neste último campo, de conseguir o auto-abastecimento alimentar. A

grande riqueza petrolífera da Líbia e os rendimentos provenientes da sua exportação foram aplicados plenamente no desenvolvimento económico: foi construído um complexo de indústria petroquímica, uma refinaria de petróleo, um grande complexo siderometalúrgico, empresas têxteis, de indústria de calçado, de confecções, fábricas de cimento, desenvolveu-se a indústria eléctrica, transportes e telecomunicações, construíram-se estradas, aeroportos e portos marítimos.

A luta contra o deserto é uma preocupação constante. Em Setembro de 1984 é lançada uma obra gigantesca de construção de um «Grande Rio Artificial»



Elementos básicos

A Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista (designação adoptada em 2 de Março de 1977) situa-se no norte de África junto ao Mediterrâneo.

Faz fronteira a noroeste com a Tunísia, a oeste com a Argélia e Níger, a sul com o Chade, a sudeste com o Sudão e a leste com o Egipto. O território tem 1 759 540 km², sendo o quarto maior Estado de África.

A população da Líbia é estimada em 3 500 000 habitantes, sendo o crescimento populacional da ordem dos 4 por cento. A densidade po-

pulacional é de um habitante por quilómetro quadrado.

O idioma nacional é o árabe e a religião praticada pela maioria da população é a muçulmana.

A moeda líbia é o dinar, que equivale a cerca de quatrocentos e setenta escudos.

O petróleo e o gás natural são os principais produtos de exportação e fonte de rendimentos da Líbia, que têm permitido o incremento da indústria e da agricultura, para além de outros sectores básicos da economia. Nos últimos 15 anos esses investimentos atingiram os 20 459 milhões de dinares.

de isolamento, em especial das as divergências árabes quanto à questão palestiniana. O mesmo sucede no seio da OPEP, de que a Líbia faz parte, e onde muitas vezes fica isolada ao não aceitar as posições de países pró-ocidentais como a Arábia Saudita e os Emiratos.

Sucede porém que a posição anti-imperialista da Líbia recebeu nos últimos tempos uma valiosa ajuda, devido às transformações políticas registadas em países como o Sudão, Gana, Burkina Fasso, onde forças progressistas tomaram o poder. O que significa, em termos regionais, que a Líbia deixou de estar isolada. Ou

seja, que os interesses do imperialismo na região estão agora mais ameaçados.

Evitar a todo o custo a consolidação de regimes progressistas nas «suas» áreas de influência é a preocupação dos EUA. Para isso, importa atacar o centro de apoio de eventuais ajudas, no caso a Líbia, mesmo que para tal seja necessário pôr em causa a paz numa zona estrategicamente tão sensível como é a do Mediterrâneo.

O repúdio generalizado ao terrorismo de Estado norte-americano pode ser um aviso de que o feitiço às vezes se vira contra o feiticeiro.

Do Vietname

um comentário oportuno

A intervenção militar norte-americana no Vietname do Norte, em 1964, começou com uma provocação no golfo de Tonkin. Nessa altura, o navio de guerra dos EUA, «Madox», aproximou-se das costas vietnamitas, provocando disparos de defesa que de resto não o atingiram. Como «represália», os EUA desencadearam uma guerra que só viria a terminar em 1975 com a estrondosa vitória do Vietname.

Aproveitando a presença em Portugal de uma delegação do Partido Comunista do Vietname, a convite do PCP, o «Avante!» solicitou aos camaradas vietnamitas um comentário sobre a similitude daquele acto criminoso com a recente provocação norte-americana à Líbia, no golfo de Sirte, que passamos a transcrever:

Dos incidentes do golfo de Tonkin, em 1964, provocados

pelo imperialismo norte-americano contra o povo vietnamita, aos bombardeamentos criminosos dos aviões americanos contra a Líbia, passando pela intervenção dos EUA na América Central, ajudando financeira e militarmente as forças contra-revolucionárias e reacclonárias nesta região, tudo demonstra que a natureza do imperialismo americano não mudou. A administração Reagan, tal como as administrações precedentes nos EUA, continua a prosseguir a política agressiva, aventureirista e de força contra os povos em luta pela sua independência e liberdade, contra os países independentes e progressistas.

Mas a vitória do povo vietnamita sobre a guerra de agressão do imperialismo americano mostrou que já passou o tempo em que o imperialismo americano podia deci-

dir sobre o bom tempo e a chuva, impor o seu «diktat» aos outros povos. As forças revolucionárias, do socialismo, dos movimentos de libertação nacional, as forças democráticas, progressistas e da paz no mundo são capazes de fazer parar a mão criminoso do imperialismo americano. Sendo um mau aluno, teimoso, que não aprendeu, e que não quer aprender, as lições da sua derrota no Vietname, o imperialismo americano continua a sua política agressiva. Pois bem, cabe aos povos do mundo obrigá-lo a repetir a lição.

Na ocasião, os camaradas do Vietname salientaram ainda as relações de amizade e solidariedade que desde longa data ligam o PCP e o PCVN, sentimentos cada vez mais importantes nos dias de hoje, quando a defesa da paz e da coexistência

pacífica ocupam um lugar cimeiro nas preocupações da Humanidade.

Cada partido, afirmaram os camaradas vietnamitas, actua nas suas condições nacionais concretas, com tarefas concretas a cumprir. Mas isso não impede de modo algum que os nossos dois partidos consolidem e intensifiquem as nossas relações de amizade e de solidariedade militante. Porque os princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário guiam os nossos dois partidos nas suas acções, os ideais da paz, da independência e do socialismo unindo-os na luta comum anti-imperialista dos povos do mundo pela paz, a independência nacional, a democracia e o progresso social. Por isso a nossa luta continua e a nossa vitória será certa.

Operação «Eldorado» contra a Líbia

A decisão do senador Robert Dole, chefe da maioria republicana no Senado dos EUA, de apresentar uma proposta de lei que visa dar a Reagan poderes extraordinários no chamado combate ao terrorismo, incluindo autoridade para mandar assassinar líderes estrangeiros, sem consulta prévia ao Congresso, elimina quaisquer dúvidas que existissem sobre a disposição das autoridades norte-americanas em prosseguir de forma cada vez mais institucionalizada o terrorismo de Estado.

Surgida na sequência do ataque à Líbia, em que o principal objectivo, matar Kadhafi, como revelou a imprensa dos EUA, não foi atingido, a iniciativa legislativa do Partido Republicano a que Reagan pertence não podia ser mais preocupante. Com efeito, a ser aprovada a referida proposta, o presidente dos Estados Unidos fica «legalmente» com capacidade para utilizar a força contra outros países a seu bel-prazer, mandar assassinar quem tenha por bem classificar de terrorista, e tudo isso sem ter de passar cavaco a ninguém.

Importa referir que a generalidade dos órgãos de informação, sempre tão prontos a falar de prepotências e totalitarismos, que as mais das vezes inventam, não se interessaram particularmente pela notícia. Como se se tratasse de coisa comezinha, irrelevante e inconsequente. Que não é.

Pelo que representa de perigosa escalada na acção inter-

vencionista norte-americana em todo o mundo. Pelo que significa de desprezo pelos aliados, em particular na Europa. Pelo que traduz da raiva da administração Reagan de não ter podido contar com o apoio declarado dos seus aliados, pese embora a forma tubeante como foi condenada a utilização da força contra a Líbia.

Como não são irrelevantes as informações que têm vindo a público sobre a operação «Eldorado» — nome de código da acção terrorista contra a Líbia — e que, não fora a forma dispersa com que os órgãos de informação as vêm divulgando, já teriam permitido à generalidade da opinião pública aperceber-se da sua gravidade e dos perigos que representam para a paz mundial.

Como, por exemplo, a notícia veiculada pelo «Washington Post», segundo o qual a esperança de matar Muammar Kadhafi durante o ataque à Líbia levou a que fossem dadas ordens expressas para o bombardeamento intensivo do quartel-general de Trípoli, onde presumivelmente o dirigente líbio se encontraria. A ordem foi cumprida: quatro bombas de mil quilos cada guiadas por laser foram lançadas sobre o alvo, mesmo com conhecimento de que a sua explosão poderia causar estragos nas proximidades do edifício.

A esperança de matar Kadhafi era tal que, segundo o mesmo jornal, o Conselho de Segurança Nacional dos EUA já havia redigido a respectiva notícia, descrevendo a morte como «fortuita».

Mas os planos visavam ainda mais longe, como o secretário de Estado George Shultz e o embaixador Vernon Walters acabaram por reconhecer, em encontros com a imprensa. O primeiro,

Uma ponta do iceberg
do terrorismo de Estado
dos EUA

ao afirmar que os objectivos visados no ataque incluíam os contingentes de guardas revolucionários líbios, de modo a favorecer eventuais reacções de opositores a Kadhafi que afinal não apareceram, apesar das campanhas propagandísticas desencadeadas pelos EUA sobre «tiroteios» e «revoltas» em Trípoli que não existiram; o segundo, ao confessar que os EUA pensaram que o ataque poderia encorajar certos opositores (sic) a derrubarem o regime liderado pelo coronel Kadhafi.

A acentuar a gravidade de toda esta situação há ainda as declarações de George Bush e Caspar Weinberger, respectivamente vice-presidente e secretário

da Defesa dos EUA, que não excluem a possibilidade de novos ataques à Líbia.

Segundo Weinberger, a intervenção militar dos EUA pretendeu «demonstrar à Líbia quanto custa o terrorismo», contradizendo assim afirmações anteriores de que se destinava a pôr-lhes cobro. **Teremos de esperar, disse, e ver se foi suficiente.**

A apressada iniciativa legislativa do senador Robert Dole é uma resposta esclarecedora para esta ameaça implícita.

A administração Reagan costuma apresentar Kadhafi como um «cão raivoso». Que mais será necessário para se perceber que a «raiva» assentou arraiais na Casa Branca?

Agressão à Líbia condenada em Lisboa e no Porto

A exemplo do que sucedeu em quase todas as capitais da Europa, no mundo árabe e nos próprios EUA, realizou-se em Lisboa, na passada quinta-feira, uma manifestação de protesto contra a agressão norte-americana à Líbia, país independente e soberano.

A iniciativa, promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), foi apoiada por inúmeras associações cívicas, religiosas e sindicais, para além de diversas individualidades, tendo levado à concentração de milhares de pessoas frente à embaixada dos EUA em Lisboa.

Como foi salientado pelos vários intervenientes, a concentração manifestou uma inequívoca condenação pela flagrante violação dos princípios e normas do Direito Internacional da Carta das Nações Unidas, que não pode ser justificada com o pretexto de combate ao terrorismo, o qual importa condenar claramente sob todas as formas, incluindo o terrorismo de Estado que esta agressão representa.

Esse aspecto seria de resto sublinhado por um comunicado divulgado a propósito pelo CPPC, onde se afirma que invocando o pretexto fabricado de recentes actos terroristas, repudiados pelos dirigentes líbios e que podem muito bem ter sido manipulados e fomentados por serviços especiais americanos, a administração Reagan pratica e provoca ela própria o terrorismo, todo ele condenável, recorrendo a uma das suas formas mais graves e perigosas: o terrorismo de Estado.

Trata-se, acrescenta o CPPC, de uma agressão colonialista e racista anti-Líbia e anti-Árabe da parte da administração Reagan dos EUA, premeditada e arrogantemente anunciada ao mundo, e que nada tem que ver com qualquer combate ao

terrorismo mas antes com o propósito prepotente de derrubar o governo legítimo, e mesmo eliminar dirigentes, da Líbia e do seu povo — à semelhança do que simultaneamente a mesma administração Reagan procura fazer noutras áreas do globo, nomeadamente em relação à Nicarágua e a Angola.

Como faz notar o documento que citamos, o que o ataque dos

condena a subserviência dos diversos órgãos de comunicação social, em especial a RTP, em relação às centrais de desinformação e à administração norte-americana.

Também no Porto, ao apelo da Comissão da Paz do Porto, responderam muitos jovens e mulheres que na passada sexta-feira se concentraram frente ao consulado dos EUA protestando contra a agressão americana à Líbia e exigindo paz.

Os manifestantes, que começaram a concentrar-se cerca das 17 e 30 horas, viram-se confrontados com uma força de dezenas de polícias que pretenderam



EUA à Líbia vem pôr em causa é a soberania dos povos e os próprios fundamentos da Paz, pois nenhum Estado pode arrogar-se o direito ou tem mandato da comunidade internacional para, fora das Nações Unidas e contra as Nações Unidas, como «parte» e «juiz» ao mesmo tempo, «condenar» e «punir» arbitrariamente outro Estado. Este seria e é o caminho da violência, do caos e da guerra nas relações internacionais encetadas pela Administração Reagan.

Ainda durante a concentração efectuada em Lisboa foi denunciada a campanha de desinformação levada a cabo para fazer aceitar como «natural e até benéfica» a agressão contra a Líbia, tendo os manifestantes aprovado uma moção em que se

fazer dispersar as pessoas. Sentados no chão os manifestantes não arredaram pé e gritaram palavras de ordem «Paz no Mundo», «Reagan Terrorista», «Reagan, deixa a Líbia em paz». Numa pequena alocução, foi lembrado que Portugal já tinha vivido uma guerra e as suas consequências, e condenada a atitude da polícia no Portugal de Abril. Uma delegação da Comissão da Paz do Porto dirigiu-se então ao consulado com o objectivo de entregar uma mensagem. Este objectivo não foi conseguido visto os serviços do consulado terem encerrado, segundo informação da segurança; no entanto ficou a condenação de jovens e mulheres do Porto à política agressiva dos Estados Unidos e de Reagan e a sua disposição de lutar pela paz.

A oportuna confusão

Não poucos analistas políticos, de todos os quadrantes e de todas as nacionalidades, têm feito notar a propósito da situação criada no Mediterrâneo — e independentemente das opiniões sobre o dirigente líbio Muammar Kadhafi — que a administração Reagan exporta hoje a guerra, como já exportou a crise económica, para longe das suas fronteiras.

Quase seria caso para dizer: elementar, meu caro Watson! Só que pelos vistos não é, a avaliar pelas reacções contraditórias (ou se calhar nem tanto) dos aliados europeus dos EUA, na sequência do ataque à Líbia, tendo como pano de fundo o terrorismo.

Enquanto o Parlamento Europeu condenava a agressão norte-americana, os ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE, incluindo Portugal, vergavam-se às pressões dos EUA aprovando medidas diplomáticas contra a Líbia, aceitando implicitamente que o terrorismo tem sede naquele país, ao mesmo tempo que os debates no Conselho de Segurança da ONU chegavam a um impasse com a maioria dos países do Terceiro Mundo a apoiar uma proposta de condenação enérgica dos EUA, por um lado, e o mais que previsível veto norte-americano por outro, com a decidida indecisão da Europa ocidental pelo meio.

Enquanto o Movimento dos Não-Alinhados enviava à Líbia uma delegação encarregue de expressar a solidariedade firme do Movimento com o povo líbio, na Grã-Bretanha e histeria anti-Líbia subia de tom com o governo de Thatcher a «justificar» o seu apoio passado e futuro a Washington com o pretenso auxílio de Trípoli ao IRA, na Irlanda do Norte (movimento independentista que por acaso existe desde o princípio do século...).

As propostas de desarmamento do dirigente soviético Mikhail Gorbachov passaram quase despercebidas nesse cenário deliberadamente confuso, onde nuvens de fumo «made in USA» procuram fazer esquecer que as «provadas provas do terrorismo líbio» continuam por apresentar em nome de uma conveniente confidencialidade e, o que é mais importante como até o moderado «Le Monde» reconhecia, que as causas do terrorismo não revelam apenas a perversão de certos espíritos e das intrigas de certos Estados, mas também a desordem geral do mundo.

Como por exemplo, a sempre adiada questão palestiniana.

«A base aérea e naval de Guam, serviu de teatro aos mais altos dignitários de Washington para a realização de uma nova conferência de guerra, visando intensificar a escalada do Vietnam.

«A «ofensiva de paz» de Johnson apareceu em Guam à sua verdadeira luz. Nem teve sequer a preocupação de disfarçar-se com a roupa do costume. Trata-se da elaboração de novos planos de guerra para tentar, mais uma vez e sem resultado, submeter o Vietnam ao seu domínio.

«Por cada nova conferência, uma nova escalada da guerra.

«Os Estados Unidos — disse o comandante em chefe das tropas americanas, general Westmoreland — acabarão por resolver este problema com paciência, canhões e tempo».

«As propostas formuladas por Ho Chi Min e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da República Democrática do Vietnam, para a suspensão incondicional dos bombardeamentos e dos outros actos de guerra, a fim de se poderem iniciar conversações de paz, os círculos dirigentes dos Estados Unidos responderam com a intensificação dos bombardeamentos, com o recrudescimento das operações, com a conferência de guerra de Guam.

«Anteriormente, os governantes americanos procederam a um conjunto de diligências junto dos países membros da NATO, para que enviassem tropas para o teatro de guerra do Vietnam. As diligências não foram coroadas de sucesso, mas a gravidade das ameaças que pesa sobre a Humanidade mantém-se, em resultado da agressão americana ao Vietnam. Do território da Tailândia partem aviões dos Estados Unidos para a sua acção destruidora sobre a terra vietnamita.

«Cresce no mundo a solidariedade ao Vietnam. Solidariedade activa e multiforme dos países do campo socialista, tendo a União Soviética em primeiro plano. Solidariedade da classe operária, dos partidos comunistas, dos trabalhadores do mundo inteiro.

«Com uma força dia a dia maior, os trabalhadores portugueses, as forças democráticas, os nossos homens de pensamento, os nossos artistas, os nossos jovens, as mulheres portuguesas devem unir-se cada vez mais ao poderoso movimento de solidariedade internacional ao Vietnam heróico.

«Reclamai junto da embaixada dos Estados Unidos, escrevei por toda a parte: AMERICANOS! TI-RAI AS MÃOS DO VIETNAM!» («Conferência de Guerra Contra o Vietnam» — «Avante!», VI série, n.º 377, Abril de 1967)

Avante!

«A luta contra a guerra colonial que tem vindo progressivamente a tornar-se mais aberta e com maior amplitude, com novas acções que demonstram bem como o povo português, e a juventude em particular, odeia a política governamental.

«(...) Nos quartéis a agitação anticolonial é cada vez mais frequente e recebida com entusiasmo, suscitando a discussão do problema pelos soldados. Tarjetas e colantes apareceram em diversos quartéis e num deles duas inscrições: «morte aos assassinos de Amílcar Cabral» e «abaixo a guerra colonial».

«O descontentamento e desânimo pelo prolongamento da guerra atinge já oficiais do quadro de que é reflexo o «movimento dos oficiais» sendo alguns dos objectivos coincidentes com as reivindicações democráticas. O «movimento dos oficiais» repudiou a manifestação servil dos generais a Marcelo Caetano e coloca claramente «a realidade incontroversa e irreversível da aspiração dos povos africanos a governarem-se a si próprios».

«As condições para um novo impulso da luta popular em Portugal contra a guerra são favoráveis. Aproveitando a situação, não dando tréguas aos colonialistas, impõe-se aos democratas e antifascistas reforçar a organização e multiplicar as acções contra a guerra.» («Pôr Fim às Guerras Coloniais: Uma Exigência Nacional» — «Avante!», VI série, n.º 464, Abril de 1974)

25 de Abril

No 25 de Abril, há doze anos, o povo português tomava de madrugada um transporte muito especial — o transporte para o futuro. Um transporte verdadeiramente colectivo, onde cabiam todos — os militares que saíram primeiro e o povo que logo às primeiras horas não deixou de tomar o seu lugar. Para a História ficou, entre muitos documentos, a imagem épica do chaimite, com a lotação completamente esgotada de povo que pretendia não parar no término enquanto a democracia não fosse de verdade. A viagem iniciada então, ainda não acabou. Revelou-se, como era de esperar, acidentada, teve paragens, recuos, curvas perigosas e apertadas, alguns apostaram desde a primeira hora em levar ao precipício o carro e as gentes, a pulso tem a carreira seguido o caminho árduo. Muitos dos que haveriam de correr atrás, com medo de perder o transporte ou de perder-se, já abandonaram, houve quem se dedicasse a deitar areia na engrenagem, em abrir barrancos no caminho, em levantar obstáculos. Mas porque as massas é que empurram este carro, ele há-de seguir avançar. Amanhã é 25 de Abril. Em todo o país se comemora. Sempre. O povo vai sair às ruas das cidades e das vilas, não só para lembrar mas para fazer projectos. Daqueles que são para cumprir. O 25 de Abril vai de novo tomar a palavra por esse Portugal fora,



os transportes

na voz de trabalhadores e de capitães, de democratas. E em muitas dessas vozes vai certamente mostrar-se como Abril mudou a face do país, como não há zona da nossa vida colectiva em que Abril não tenha posto o dedo e não mostre o caminho.

Comemorar Abril. Lembrar o que foi e tem sido, mostrar o que é. É só pegar por um fio qualquer e Abril vem à conversa e a propósito. Por exemplo, dizemos nós: porque não pegar num tema e ver como Abril lhe deu a volta. Transportes, por exemplo, como nos sugere a imagem deste carro militar que sobe rumo ao futuro carregado de povo...

Transportes é também tema de preocupações, nestes tempos de desgovernação cavaquista. Transportes ao serviço do povo é o que não temos, e temos cada vez menos depois das esperanças lançadas em 1975 com as nacionalizações.

Transportes é ainda terreno de luta para os trabalhadores que exigem melhores condições de vida e de trabalho nesse ramo de actividade. Transportes, pois.

Então, cada um a seu modo, escreveu sobre.

Como era antes e deixou de ser, como é agora, como terá de vir a ser, custe o que custe aos que querem inverter a marcha iniciada há doze anos.

Barcos e comboios, carros, camiões, cruzando e descruzando as estradas do país, saindo e entrando. Com gente dentro. E uma grande vontade de seguir avançar.

■ **Leandro Martins**

Furgão

Mudanças. De tempos, de hábitos, de paisagens mesmo. De vida. Pouca-terra que se abandona, com um nó a estrangular por dentro uma memória fresca. Por exemplo a mulher com os filhos ao colo, que só os voltaremos a ver a todos em retrato durante tanto tempo. Retratos velhos que se mudam mais tarde a cores, instantâneos de nova tecnologia, mudança que não altera o fundo das coisas, isto é o despedir-nos. Mas quem sabe um dia? O dinheiro amealhado, a **malson** na serra a mostrar gritante quanto mudámos embora sejamos os mesmos ou talvez não. Ir. Voltar. Mudar. Que mudou?

Este comboio já o vi resfolegar, há quanto tempo passou esse momento em que o vi quieto a respirar de noite, à espera de lançar-se pela madrugada fora, demandando Espanha.

A mala de cartão. O cesto. Mãos repartem pão e estendem-no, partilham esta viagem. Sentamo-nos no desengonçado desta nave que não procura mundos novos, apenas rumoreja pelo carril surdo, pouca-terra, pouca-terra. Cabeceamos, mas o coração alerta, aí vem o pido a arrancar-nos suspeitosamente os passaportes das mãos.

Quantos somos aqui, neste comboio, à luz mortiça, embalados pela solidão, que estes sonhos de França e de Alemanha não se partilham, nem sonhos chegam a ser, vamos empurrados para esta sorte de emigrante, ele há tanta maneira de fugir, com passaporte ou sem ele, por alguma vereda escura, também de madrugada, os campos sabem destes caminhos, os descampados, o salto. Ou a furgoneta do passageiro, onde deixamos o dinheiro e mesmo boa parte da esperança; ou da fé nos homens. Ou então neste trem que rumoreja pela noite fora, como num fur-



gão, a manhã a chegar e a gente chegado uns aos outros, a mala de cartão a desfazer-se, o cesto quase vazio, o garraão foi um ar que lhe deu.

Mudanças. Um dia veio, chamava-se 25 de Abril. O comboio era, se calhar, o mesmo. Não notámos. Voltávamos, como suspensos, na viagem de regresso. Acendiam-se esperanças. Trabalho, dizia-se, melhor paga, a gente de cabeça levantada. Mudanças. Os

pídes tinham-se sumido nestas brumas, quando chegámos a Vilar Formoso até gente sem os papéis em ordem entrou, diziam que eram exilados, os guardas fiscais sorriam como se achassem graça. Mudanças. Aí está a estação da minha terra, não preciso mais de retratos, olha o que lhes faço, mais vale a vossa imagem viva, como cresceram todos! Ou será que vos corre no sangue uma cor mais vibrante, como

nos cravos?

Comboios? Nunca mais. Que vão e que venham eles sobre os carris, a atravessar Espanha crestada de sol, a subir o azul dos campos franceses, muita-terra, muita-terra. Nunca mais estes comboios-furgão, que emigrante também é gente digna, não serve apenas de discurso. Que eles venham pelo Natal, pelas férias, em velozes trens, melhores, abertos sobre esta paisagem

que vale a pena agora, mudada que a fizemos.

A mala de cartão criou bolor em cima do guarda-fatos. Um dia deitámo-la fora, anos depois, sei lá, o tempo passou tão depressa, creio que foi um dia de sol. Nuvens vieram, porém, remudar tudo, caíram sombras, discursos velhos tomaram conta das ondas, de túneis se falou — e de uma luz a brilhar ao fundo. Foi quando os comboios se começaram a encher de novo.

O mesmo comboio, se calhar. Nem o olhei, a despedir-me na estação, de amigos. Ninguém vai já a salto. Alguma coisa mudou, os passaportes até cantam, de novos, no bolso do casaco. As malas são de plástico, agora, vejo eu abraçando alguém, podia ser eu próprio voltando à viagem amarga, pouca-terra.

É o mesmo comboio decerto, os bancos estafados e azuis, a gente a dormir, a monte, a recozer os sonhos talvez. Mas não, que os sonhos são do lado de cá desta fronteira, daqueles que se podem tornar carne viva, tocar-se-lhes quando a espessura lhes vem de os fazermos viver. Por obra e graça das nossas próprias mãos.

Há gente que vai, porém. Empurrada, diria. Amassada no furgão, Austerlitz ainda à espera, mais fria, se é que pode haver um gelo assim. Que se o trabalho por lá não é muito, dizem, mas o salário é pago. Sonhos, pesadelos.

Um dia virá, dizemos. Sem marcações nem horário de trem. Imaginem um comboio novo — este não, que se afasta sem que lhe reparemos na cor —, um comboio de viagem entre esta terra e as outras, onde viajemos sem retratos guardados nos bolsos. Esse comboio é preciso ir, peça a peça, construindo. ■

■ **Henrique Custódio**

Do burro à estrada

A intervenção do Poder Local na área dos transportes é uma realidade que aí está, na generalidade do País, a provar não apenas que o 25 de Abril existiu e fez coisas, mas sobretudo que está vivo e com o futuro por fazer. Por nós, connosco, sempre com ele.

À data do 25 de Abril, Portugal vivia nos arredores de Lisboa, Porto e Coimbra, mas com difíceis acessos a esses centros, sobretudo quando a deslocação tinha a ver com sirenes de ambulância e hospitalização de urgência. Tal

acontecia assim porque a rede de transportes e comunicações e a generalidade dos serviços sociais, que deviam cobrir todo o território numa malha minimamente nacional, ou eram escassos, indigentes e mal dimensionados ou, simplesmente, sofriam da inexistência crónica. E no «simplesmente» ficava a maioria do território e da população.

Quem olhe a situação actual, pode aproveitar o choque que lhe causarão os hospitais centrais, superlotados, os distritais que funcionam mal, os conceelhos a quem encostaram as portas ou os postos da Caixa que não sabem para onde se virar, para se restabelecer com a seguinte consideração: há 12 anos, em pleno fascismo, ou se morria em casa, na «grande província», ou se ia de burro à cata do médico mais próximo — que normalmente morava longe que se fartava. Isto apesar das Casas do Povo e dos Hospitais concelhios e distritais com que o fascismo, nos últimos anos, coreografou o entremez da Assistência Social, esquecendo-se, por exemplo, de adjacências tão determinantes como uma rede de estradas e de acessos ou um serviço nacional de ambulâncias. E é para não falarmos do dinheiro que a esmagadora maioria da população não tinha nem para mandar cantar um cego, quanto mais pagar emergências no tremidinho duma ambulância.

Damos relevo à assistência médico-hospitalar, pela importância e gravidade do problema no âmbito mais geral da (falta de) qualidade de vida das populações, no nosso país. Mas não esquecemos que por trás se perfilam outras carências — os já citados acessos

e vias de comunicação, escolas, recintos desportivos, espaços culturais e de lazer, habitação, etc, etc.

E não esquecemos, sobretudo, que tais carências, se hoje são grandes e graves, num passado recente eram quase totais e sempre dramáticas.

Ora tudo isto — que está mal — não está pior porque existe uma nova realidade político-regional no nosso país: o Poder Local democrático. Mais: tudo isto — que estava incomparavelmente pior no tempo do fascismo — melhorou e tem-se defendido graças ao Poder Local democrático saído da Revolução do 25 de Abril.

Temos, a atestá-lo, os milhares de quilómetros de caminhos, estradas e ruas abertos ou recuperados pelas Autarquias, esboçando pela primeira vez o que um dia virá a ser uma verdadeira rede de comunicações nacional e eliminando, em vastas zonas do território, o isolamento ancestral das populações.

Temos, a atestá-lo, a luta reivindicativa levada a cabo pelas Autarquias, em conjunto com as populações, pela criação de novas carreiras de transportes públicos, assim como a racionalização e ordenamento dos trânsitos regionais realizados em numerosos municípios, preferenciando a fluidez do transporte público e a preservação do património.

Temos, a atestá-lo, a aquisição de viaturas de transporte colectivo de passageiros feita por tantos e tantos municípios, para os colocar à disposição e ao serviço das escolas e dos organismos populares locais, nas deslocações culturais, desportivas ou de lazer que necessitem.

Temos, a atestá-lo, as numerosas ambulâncias que se encontram hoje ao

serviço das populações e expensas exclusivas dos municípios, que ou as adquiriram directamente ou as ofereceram ou subsidiaram aos organismos locais de solidariedade social, nomeadamente corporações de bombeiros.

Isto para só falarmos de transportes e, através deles, ilustrarmos como uma conquista de Abril, tão importante como o Poder Local democrático, soube e sabe intervir, determinadamente, no melhoramento da qualidade de vida dos portugueses.

Ao arripio da actuação de sucessivos governos de direita, sempre apostados no estrangulamento das Autarquias e no centralismo restauracionista.

No confronto permanente com as dificuldades orçamentais impostas, em crescendo, por esses governos.

Numa luta que, movendo-se num quadro de actuação concreta — a defesa e consolidação do poder autárquico — se insere na luta mais vasta dos trabalhadores em defesa do Portugal de Abril e dos caminhos de progresso, liberdade e justiça social com ele abertos e prosseguidos.

Querem provas ao pé de casa de que o 25 de Abril existiu e transformou radicalmente o quotidiano português? Pois basta olhar a vossa volta e não-de encontrá-las nos actos mais corriqueiros, como o abrir de uma torneira ou o despejar do caixote do lixo. Querem garantias de que ele está vivo e com forças para a jornada? Olhem a vossa ambulância, a tal estrada, o puto que partiu em excursão, o autocarro que já passa à porta.

Está vivo, pois claro: nem você nem ninguém está disposto a que volte tudo, ao burro à cata do médico. ■



■ Anabela Fino

Tempo de chegar

Transportes...

Para quem parte contrariado o destino é sempre longe. E hostil. Mesmo quando é a esperança a única luz no caminho do desespero que um dia obrigou a fazer a trouxa e partir, esgotados os dias na procura do trabalho que não há, bebida até à última gota a taça do desespero da mesa vazia e da barriga inchada de vazio das crianças.

Esperança de que lá longe, mais ao sul, lá longe, mais ao norte, o pão não tenha o sabor humilhante da esmola e o trabalho deixe no bolso o dinheiro avidamente guardado no nó do lenço a pensar no inverno, na família, na terra que a saudade torna mais e mais apetecida.

Quantos portugueses do norte e do sul poderiam contar esta história! Quem sabe se recriminando a coragem que não houve para ir mais longe, para a estranha, entre a dúvida e a convicção da árvore das patacas prometida, interrogando-se sobre o fascínio que a terra exerce sobre os homens, estranhas raízes essas que prendem tão fundo coisa tão pouca.

Como naquele dia distante da minha infância em que feitas as malas, despejada a casa numa camioneta de carga, embarcámos todos na velha carripana da família rumo aos arredores da capital, deixando atrás de nós o Alentejo numa imagem embaciada pelas lágrimas que nenhuma promessa de futuro conseguiu impedir.

Foi preciso crescer para descobrir que aquela dor dos verdes anos, que o tempo transformou na saudade alentejana que ainda hoje conservo, não passava de um gota de água no mar imenso da tragédia nacional dos que tinham que partir.

Os que não iam de carro nem tinham à sua espera uma casa nova, um emprego certo e um colégio para os filhos.

Os que embarcavam como gado em camionetas desengonçadas e viajavam toda a noite aos solavancos até serem despejados em enchovias no meio dos campos para a apanha de tomate ou outra coisa qualquer. Os que embarcavam na terceira classe dos comboios com paragem em todas as estações em lugar do prometido emprego. Os que embarcavam no Barreiro de coração pesado, no barco que atravessa o Tejo, esse mesmo, o da canção: chora por mim que eu choro por ti, já deixei o Alentejo.

Chamassem-lhes «ratinhos» ou «caídos de uma azinheira», viessem eles do norte ou sul, fossem fechados e sisudos ou amigos de cantar em coro as tristezas da vida, todos tinham em comum a miséria que os fizera partir e um amor quase feroz à terra de que uns tinham um palmo estéril e outros uma fome ancestral.

Ah! Com que raiva e esperança olhavam nesses tempos as camionetas, os comboios, os barcos do duvi-

doso progresso nacional. Quanto não dariam pelo bilhete de regresso esses homens e mulheres que regavam com suor a terra alheia, estranhos num país que não sentiam seu uma ou duas centenas de quilómetros longe de casa.

Houve lutas e ódios, acusações mútuas e incompreensões, para alegria de quem engordava com a miséria alheia. Mas houve também amor e descoberta, a solidariedade desabrochou sempre quando se entendeu que a luta era a mesma e o inimigo comum.

Quando o caminho de regresso passou a ser apenas mais um caminho dos muitos que havia para percorrer num país que urgia tomar como um todo; quando as raízes lançadas passaram a procurar mais o futuro do que o passado; quando as forças se juntaram pelo direito ao trabalho, contra a guerra; quando todas as luzes da esperança iluminaram as noites de desespero, nada ficou demasiado longe para a vontade dos homens.

Abril chegou. Não como a terra prometida, que essa cabe aos homens construí-la em muitas vidas, mas como o caminho aberto onde passa a ser mais fácil caminhar.

Os comboios, os barcos, os autocarros perderam o estigma da mágoa de partir, no tempo novo que marcava a hora da chegada.



25 de Abril
os transportes



E se viver fosse chegar? Ao trabalho, à saúde, à educação, à justiça, à paz...

Bem sei como o caminho parece longo, como longo pareceu antes a quantos tiveram de partir. E como é

difícil, e duro, e penoso, tantos são ainda os escolhos a vencer.

Mas o importante é chegar. E não há que duvidar que chegamos todos os dias. Mais perto. Que Abril pode ser em qualquer mês ■

■ João Chasqueira

Medidas de alcance histórico

É a própria sobrevivência do regime democrático que estava em causa. A decisão era aguardada com fundada expectativa. Na reclamação das classes e camadas laboriosas fundia-se a vontade de defender a liberdade e a democracia conquistadas em 25 de Abril. A luta organizada, corajosa e consequente dos trabalhadores e das forças progressistas ganhava uma nova e significativa expressão. Uma nova data entrava no calendário do processo revolucionário português: 14 de Março de 1975, dia da nacionalização da banca e seguros na sequência dos quais, um mês depois, novos sectores básicos da economia (de entre eles os transportes), conheciam a mesma medida revolucionária.

Entrava-se num período decisivo. Correspondendo ao sentir e às mais profundas aspirações das massas populares as medidas decretadas pelo governo dirigido pelo então brigadeiro Vasco Gonçalves cumpriam uma nova meta e rasgavam novas perspectivas. As decisões eram acolhidas com júbilo. As famílias monopolistas, principal suporte social e económico da ditadura fascista, sofriam um fortíssimo e decisivo abalo. As bases para o aproveitamento das riquezas nacionais estavam lançadas; iniciavam-se novas formas de produção económica que possibilitavam o desenvolvimento das forças produtivas.

Medidas históricas

Como sublinhou na ocasião o camarada Álvaro Cunhal, num discurso proferido perante mais de cem mil pessoas no estádio 1.º de Maio, em Lisboa, estava-se em presença de medidas históricas que abriam cami-

nho a «transformações democráticas na economia portuguesa em benefício do Povo e do País».

Medidas históricas que a Constituição da República promulgada em 2 de Abril de 1976 viria a reconhecer e a consagrar estabelecendo nomeadamente no seu artigo 83.º que «todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974 são

conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras».

Para trás, ficava um instrumento de produção de lucro nas mãos de grandes empresários capitalistas. Uma nova dimensão surgia dando aos transportes o seu verdadeiro papel de serviço social e de factor de desenvolvimento económico.

Com a nacionalização das princi-

pais empresas do sector de transportes — sector de importância estratégica tanto sob o ponto de vista económico como social — eram os seus próprios trabalhadores, a população em geral e o País que beneficiavam.

O direito à segurança no emprego, a uma remuneração justa, a condições de vida dignas, surgia finalmente para os seus trabalhadores.

Melhores condições nos serviços prestados, mais cobertura geográfica, mais carreiras e novas regalias (como o passe social), vinham satisfazer as necessidades dos utentes. Novas possibilidades de programar a coordenação de todo o sector de acordo com as necessidades de desenvolvimento da economia nacional surgiam, entretanto, para o País.

Política de desastre

Até que... até que a política de recuperação capitalista, fria e laboriosamente calculada, começa a executar os seus planos. Os ataques, brutais e destruidores, as tentativas de asfixia, sucedem-se a um ritmo crescente. Desmantelam-se as empresas, vendem-se partes do seu património, reduzem-se as frotas, cortam-se investimentos, retiram-se regalias, agravam-se as condições de trabalho, aumentam os despedimentos.

Empresas como a CTM, CNN, TAP, RN, Metro, Carris, CP, e tantas outras, sofrem indiscriminadamente a acção prepotente, ilegal e destruidora de sucessivos governos.

Uma acção violenta que, todavia, encontra sempre pela frente a firme e corajosa luta dos trabalhadores. Uma luta que é uma resposta à política de desastre. Uma luta em defesa da recuperação das empresas, pela melhoria da qualidade dos serviços, pelo desenvolvimento da economia, pela defesa dos postos de trabalho, pela defesa das empresas nacionalizadas.

Uma luta em tudo idêntica à que agora, neste mês de Abril, 12 anos depois da madrugada libertadora, prosseguem os trabalhadores ferroviários. Para defender Abril. Para continuar Abril ■



■ **Albano Lima**

Quem ganha e quem perde na CP

Quem lucra com a continuação da greve intermitente na CP?

Se a opinião pública ou os órgãos que a açambarcam tivessem respondido a esta pergunta, grande parte se não toda a impopularidade da greve cairia em cima dos verdadeiros causadores do conflito. Não haveria dúvidas de que as paralisações dos comboios, que já causaram danos económicos e financeiros suficientes para satisfazer as principais reivindicações dos sindicatos, serviriam para desmascarar um plano de negócios nunca aclarado, mas que se destina a substituir o **Plano Nacional de Transportes**, esse sim aclarado (e até discutido publicamente), mas submerso entretanto num túnel de incúria e desinteresse destinado a facilitar os chamados «mecanismos de mercado» onde aflui a grande corrente dos lucros e dos investimentos nos transportes.

Quem perde

É conhecida há muitos anos a falta de apetite dos capitais privados por serviços com grande vertente social, como são os caminhos-de-ferro. Mas não menos conhecida é também a voracidade desses mesmos capitais em se tratando do mercado a que se pode chamar paralelo e alternativo enquanto não se instala como afluente e único na oferta de serviços, agora em grande parte suportados por

capitais públicos compensatórios e geridos sob tutela governamental.

Quem perde nós sabemos. Basta viajar na linha de Sintra. Ai se sente e se averigua todos os dias como é uma perda dura de roer. Mas isso não contraria em caso nenhum o facto de os utentes (termo a tender para o desuso, porque cada vez os passageiros têm menos material circulante ao seu dispor) incluírem também, e não apenas em sentido geral, mas em muito particular e prático sentido, os próprios trabalhadores da CP e dos transportes públicos no seu conjunto, maioritariamente nacionalizados e públicos, como se sabe perfeitamente.

Conforme sucede com outros planos que interessam ao País, o **Plano Nacional de Transportes** não teria — já se sabe — o condão de resolver sozinho os problemas subjacentes à necessidade de recorrer a formas de luta como a da CP, do Metro ou da Carris, que implicam prejuízos repartidos pelo público utilizador, pelas empresas e pelos trabalhadores directamente envolvidos nos conflitos que, como é sabido, derivam em primeiro lugar da tentativa persistente de impor baixos salários e ainda por cima inferiores aos conquistados por trabalhadores de ramo e grau equivalente, na intenção de os fazer abdicar da luta pelos seus direitos e pela atitude solidária dos seus companheiros de outros locais de trabalho do mesmo sector.

A greve na Carris e a mais recente nos camiões TIR demonstraram pelo seu desfecho (temporário, talvez neste último caso) que os conflitos poderiam ter sido resolvidos a tempo pela

via da negociação. Quem não a quis — subestimando notoriamente a capacidade organizativa e a unidade dos trabalhadores — foram os responsáveis pela gestão dessas empresas, as

associações patronais, quando intervieram, e em primeiro lugar o Governo que, quando veio a terriro, no caso dos TIR, por exemplo, foi para reprimir a greve, utilizando a violência,



e não para desobstruir a via do diálogo, como foi desejo expresso pelas associações sindicais.

Na rua

A impopularidade da greve não se viu na rua, como se viu na quinta-feira passada a grande concentração dos trabalhadores da CP no Terreiro do Paço. Não quer isso dizer que a má vontade natural perante um prejuízo e um incómodo diário não se manifeste e arranje para desabafar o primeiro pretexto que tem à mão. O pretexto fornece-o o Governo quase diariamente na Televisão. Grandes interesses económicos privados, patronato ansioso por despedir à vontade, ministros e assessores, grandes patrões dirigentes das «forças vivas» berram literalmente pela «iniciativa privada» para que o público espectador tenha no dia seguinte a sua percentagem de razão ao escorujurar a grande perdição — alma danada das empresas estatais geridas segundo o mais saudável critério de acabar com as nacionalizações, entregando fatalmente, como se tem verificado desde 1976, tudo o que rende ou renderá ao grande capital sabotador.

Não admira que as perguntas necessárias continuem por fazer. Formulá-las, como aqui fazemos, seria já meio caminho andado para se perceber quem ganha e quem perde com as greves nos transportes.

Mas o silêncio também fala. Quan-

do trabalhadores e sindicatos sublinham em público, como sucedeu na quinta-feira em Lisboa, que as suas reivindicações são todas legais, negociáveis, e para as satisfazer, não podem substituir-se ao conselho de gerência da CP e ao respectivo ministério da tutela, a voz pública do Governo cala-se, o conselho de gerência — o novo tal como o anterior — faz o mesmo. A responsabilidade seria de quem?

A prolongar-se até dia 29, como já consta de um pré-aviso, a greve na CP passará a constituir um escândalo de desinformação. Os imponentes vencimentos e demais benefícios de que goza a gerência deveriam permitir escolher gente capaz de negociar e defender a empresa para bem dos que utilizam os serviços que ainda consegue prestar. As reivindicações dos trabalhadores devem ser satisfeitas. Se a reestruturação da CP é uma prioridade, por que razão os representantes dos trabalhadores não são chamados a participar nela? Por que há-de vir sempre à tona o mesmo entulho, que obstrui a via da negociação e empurra literalmente os trabalhadores para a greve? São eles os primeiros a saber quanto ela custa. Pretende-se até forçá-los a descontar ilegalmente mais do que as horas em que paralisam o trabalho.

É no mínimo vergonhoso tentar extrair dividendos políticos da própria irresponsabilidade. É isso que o Governo tem estado a fazer. ■

■ **J. C. Ary dos Santos**

O Amarelo da Carris já teve um avô outrora que era o «chora» teve um pai americano foi inglês por muito ano só é português agora!

Leva namorados marujos, soldados e trabalhadores e parte de um cais que cheira a jornais, morangos e flores. Regressa contente levou muita gente e nunca se cansa. Parece um barquinho lançado no Tejo por uma criança.

■ **José Paulo Oliveira**

O PCP e a luta dos ferroviários durante o regime fascista

Contributo vigoroso para erguer Abril

Qualquer apontamento que nos fale da presença do Partido Comunista Português entre os trabalhadores da área dos transportes tem obrigatoriamente como ponto de referência inicial os ferroviários e os anos vinte da história do movimento operário português.

Os ecos da Revolução de Outubro, a sua mensagem libertadora e as notícias sobre a luta e os êxitos do partido de Lénine, apesar de muitos obstáculos, depressa chegaram a Portugal. A partir de 6 de Março de 1921, os trabalhadores portugueses já contam com o seu partido de classe. Com a fundação do PCP, novas perspectivas se abrem à luta do operariado.

Dos seus primeiros tempos de acção, marcados por naturais dificuldades, ressalta sem dúvida uma presença viva e actuante no sector ferroviário, onde as tradições de luta vinham já da segunda metade do século XIX, praticamente desde o período da instalação dos caminhos de ferro em Portugal. (1)

O «Via Livre», boletim da célula do Partido na CP/Lisboa, num número



dedicado ao 60.º aniversário do PCP (Março de 1981) salienta num dos seus artigos as primeiras lutas organizadas, firmes e consequentes, em que a classe já pôde contar com a orientação do PCP, partido que tinha «ramificações nos ferroviários desde a sua fundação, na qual participaram, como se sabe, muitos elementos ferroviários».

Não se esquecem...

Ao contrário do que alguns pretendem fazer crer, o fascismo existiu mesmo. E oprimiu este país. Que o digam os trabalhadores ferroviários, cuja luta, tanto na sua componente reivindicativa como política, atingiu ao longo de quase 50 anos um elevado significado na luta geral dos trabalhadores e dos democratas.

Não se esquecem, por exemplo, as acções desenvolvidas pelo Movimento de Unidade Ferroviária (MUF) e, mais tarde, pela Comissão Nacional dos Ferroviários (a partir de 1966).

Não se esquecem, por exemplo, as

grandes movimentações de 1962 em vários sectores da CP, nomeadamente nas oficinas do Barreiro.

Não se esquecem, por exemplo, as poderosas acções de luta registadas em 1969, frequentemente abordadas no «Avante!» clandestino. «Só quando os ferroviários resolveram usar a linguagem da luta unida em todos os serviços, linhas e oficinas, conseguiram fazer ouvir a sua voz. Só então a CP e o Governo se viram forçados a vir publicamente justificar-se e fazer promessas de um aumento, irrisório, julgando que assim mais uma vez impediriam os 30 mil ferroviários de ir para diante na sua justa luta por melhores condições de vida», noticiava o «Avante!» de Março de 69 (VI série, n.º 400), ano da célebre luta da braca-deira preta, realizada em Janeiro com expressão nacional e das paralisações de 20 de Outubro.

Não se esquecem, por exemplo, as paralisações de Dezembro de 1973, em que os trabalhadores da CP manifestaram extraordinária combatividade nas oficinas do Barreiro, Campolide,



Figueira da Foz, Entroncamento, Campanhã e noutros sectores da empresa.

Nestas e em muitas outras lutas estiveram os comunistas como força determinante. Força que alicerçou Abril e que se ampliou com a Revolução e as novas condições de liberdade e de democracia.

Também entre os ferroviários se lutou pelo 25 de Abril. Também eles surgiram nas primeiras linhas de luta pela consolidação do regime democrático, pela concretização das trans-

formações socio-económicas, base essencial da democracia.

Também entre os ferroviários permanece o espírito de unidade e de acção, na defesa dos direitos legítimos da classe. Também entre eles o PCP continua presente e activo, na sua ligação às lutas e às realidades, na vida democrática das suas células, no conjunto da sua actividade, apontada ao futuro. ■

(1) — Os «carilanos», como então eram conhecidos os ferroviários, desenvolveram várias lutas de carácter reivindicativo, quer por melhores salários, quer por condições de trabalho mais dignas.

■ **Torres Rodrigues**

Gerindo, gerindo...

Quando o leitor acabar de ler este bocado de prosa interrogar-se-á, certamente, qual a relação entre o tema e os transportes. Mas vamos por partes. No sábado passado, foi convidado do Telejornal o sr. Rocha de Matos, «empresário dos empresários» nas palavras de Albarran, gestor da Centrel e amigo dos trabalhadores, segundo ficámos a saber pelas declarações de uma empregada da empresa.

Analisando a legislação laboral existente e a situação das empresas, Rocha de Matos por mais de uma vez apelou ao Governo por uma «legislação laboral moderna», forma eufemística de dizer uma legislação laboral que permita, sem entraves, aos patrões despedirem todos os trabalhadores.

Ora se isto é uma «legislação laboral moderna» vou ali e já venho, pois no tempo dos meus bisavós era esta a norma que vigorava. Trabalhava-se de sol-a-sol, recebia-se ordenado de miséria e se o patrão não engraçava com a cara do operário, rua que se faz tarde.

Para o patrão, é claro, não havia problemas. O operário era uma engrenagem da produção, facilmente substituível como qualquer alavanca ou rodízio; ou melhor, era mais fácil despedir ou substituir um trabalhador do que meter um sobressalente novo

numa máquina, pois este custava dinheiro e tinha de ser pago, a pronto.

Rocha de Matos ao pretender deste Governo — e se as condições fossem outras o Governo acederia — uma legislação laboral moderna mais não pretende do que regressar ao século passado, esquecendo que o 1.º de Maio completa cem anos daqui a dias e que os sindicatos existem ainda há mais tempo. Grandes alterações foram conseguidas com as lutas dos trabalhadores.

Tudo ficaria por aqui, não fora a ideia do Telejornal em transmitir a opinião de um trabalhador da Centrel sobre o seu patrão. Que sim senhor, é muito humano, todos os dias vai falar com as operárias, que se interessa muito pelos problemas que as afectam, que tem montes de simpatia para quem com ele trabalha.

E assim ficámos com a imagem «new-look» de um gestor português, homem para quem o bem-estar dos trabalhadores está acima dos lucros. Podiam pois os trabalhadores nacionais respirar de alívio; afastava-se finalmente o espectro do desemprego, dos salários em atraso, dos ordenados de miséria. Com gestores destes a inflação certamente iria baixar. Para as classes trabalhadoras, finalmente, valia a pena viver em Portugal em vez de procurar no estrangeiro o sustento que por cá mingua.

Estava pois a entrevista a correr muito bem para a imagem do gestor quando Albarran estragou tudo, em virtude de uma falta indesculpável. Pois não é que como última pergunta pretende saber qual a razão que leva o sr. Rocha de Matos a suspender grande parte dos trabalhadores, passando estes a receberem metade do salário?

O entrevistado mexe-se na cadeira, pigarreia, engana-se quando diz que «isto é a parte agradável da questão» em vez de utilizar o termo «desagradável», embarafunda-se por explicações que não levam a nada. Deve pensar que quando tudo estava a correr tão bem logo tinha de surgir aquela pergunta. E assim se foi, numa penada, a imagem criada em torno de um gestor muito «humano», muito «interessado», muito «preocupado» com os problemas dos trabalhadores.

Voltemos agora à questão inicial. O que tem tudo isto a ver com os transportes? Poder-se-ia dizer que este tipo de gestor «new look» — «para cá vem de carrinho»... Poder-se-ia dizer que, não fossem aqueles últimos segundos, muita gente poderia ter sido — «levada»... Mas a questão é que, quando outros gestores, os da Carris e da CP, falam de «modernização», é bom saber que tipo de condução querem impor aos transportes... ■

■ **José Paulo Oliveira**

A acção dos comunistas nas empresas de transportes

É como se vê...



Dezenas de células a reunir regularmente, milhares de militantes organizados, vida democrática no funcionamento dos organismos, profunda ligação aos problemas, às aspirações e às lutas dos trabalhadores, conhecimento da realidade das empresas, vontade firme de melhorar a acção do Partido e de aumentar a sua capacidade de intervenção, empenhamento na defesa e desenvolvimento das empresas em articulação com os interesses nacionais — em síntese, estas são algumas linhas que caracterizam a presença do Partido Comunista Português entre os trabalhadores da área dos transportes.

Sector estratégico da economia nacional, que, à semelhança de outros sectores, conhece a marca negativa de uma política contrária ao espírito de Abril (desmembramento de empresas, destruição pura e simples de outras, entrega do que é rentável ao capital privado, bloqueamento de projectos de reestruturação, etc.), os transportes empregam em todo o País largos milhares de trabalhadores, espalhados por diversas actividades (do movimento à parte administrativa) e por empresas dos mais variados ramos, não esquecendo os trabalhadores das redes de transporte asseguradas pelas autarquias. Se tomarmos

como exemplo a região de Lisboa, encontramos actividade na área dos transportes em empresas e sectores como a CP, Rodoviária Nacional, TAP e ANA-EP, Carris, Marinha Mercante, sector portuário (AGPL, estiva, tráfego, conferentes, agências), empresas fluviais (Socarmar, Dragapor), Transtejo, Metro, empresas privadas rodoviárias (de mercadorias e de passageiros), táxis, incluindo a Autocoop.

Com condições e níveis de implantação e de acção diferenciadas — e, em vários casos, prosseguindo uma tradição de luta que já vem dos tempos da ditadura (CP, Carris, STCP) — os comunistas ligam a sua responsabilidade em torno da luta pelos direitos e regalias dos trabalhadores à acção organizativa do Partido.

Apontada à dinamização das diversas frentes de trabalho, aquela acção cabe às células de empresa, organismos fundamentais do Partido, dirigidas pelos respectivos secretariados eleitos em Assembleias, e que desenvolvem um conjunto de múltiplas tarefas: acompanhamento dos militantes, recrutamento, reuniões, difusão da imprensa do Partido, quotização, formação ideológica, etc.

Se tomarmos de novo como exemplo a região de Lisboa e o caso do Sector de Transportes da ORL do

PCP, que agrupa as células do Partido em todas as empresas desta área na região de Lisboa, devemos salientar as três Assembleias já realizadas depois do 25 de Abril, nas quais se fizeram balanços da actividade desenvolvida e se definiram linhas de orientação para o futuro.

A última dessas Assembleias decorreu em Fevereiro de 1985. Aí foi eleito o organismo de direcção do sector e aprovada uma resolução com direcções de trabalho cuja actualidade e necessidade se mantêm com elevado significado: reforço das células de empresa, melhoramento da organização, recrutamento de militantes e aumento da venda e difusão da imprensa do Partido, em especial o «Avante!».

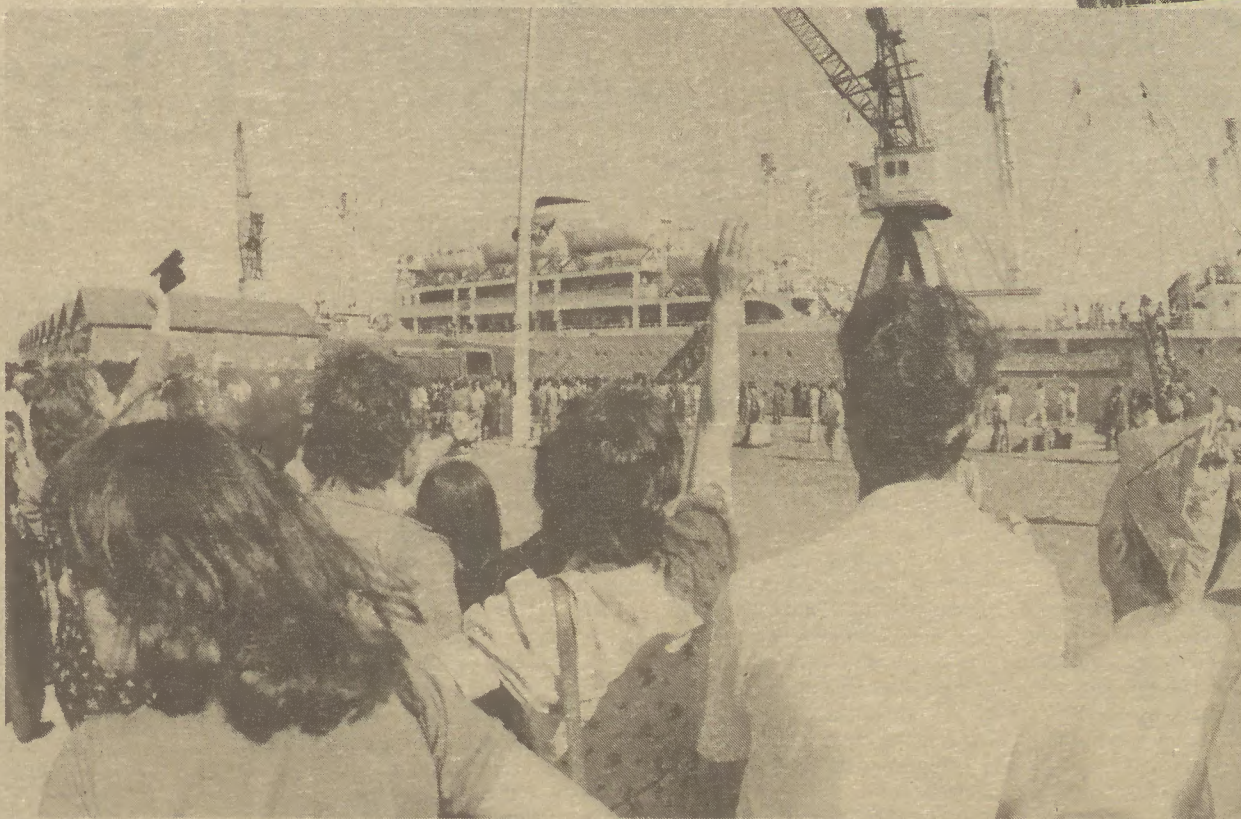
A luta em defesa do sector público e nacionalizado e o reforço da organização unitária dos trabalhadores, em torno dos seus legítimos representantes, foram outros temas sublinhados nessa Assembleia, sobre os quais os comunistas têm naturalmente uma palavra muito especial para dizer. Como se viu na Assembleia e como já se tinha visto, por exemplo, no conjunto de entrevistas publicadas pelo nosso jornal antes daquela iniciativa, com trabalhadores de várias empresas do sector. E como se vê no quotidiano das lutas que decorrem. ■

■ Henrique Custódio

Sete navios



25 de Abril
os transportes



Eram sete e tinham nomes históricos-geográficos com uma pitada de beatice, como convinha: «Santa Maria», «Príncipe Perfeito», «Pátria», «Uíge», «Niassa», «Angra do Heroísmo» e «Infante D. Henrique». Transportaram nos bojos, a cheirar a azedo e a tinta plástica, uma geração inteira dum País aos bocados. Eram sete — número cabalístico ao serviço de alguns, para o azar de quase todos — sulcando os mares, já totalmente esquecidos das funções de recreio para que haviam sido criados: dentro deles não se passeavam turistas inebriados com aventuras náuticas à velocidade de cruzeiro, mas simplesmente carradas de jovens com recrutas mal digeridas e um enjoo que nem o mar explicava. É que do outro lado aguardava-os uma guerra para que não tinham explicação, além da oficial, que nada explicava.

Eram sete. Navios. Faziam o transporte atamancado, à regíme fascista, dos tropas portugueses para as guerras coloniais em África. Foi Abril que lhes afundou a função — e é bom que o não esqueçamos. É pelo Portugal de Abril que lhes devemos manter, bem viva, a memória — por isso os recordamos.

Lembrem-se que não devem inclinar-se nas amuradas, não quero ninguém caído ao mar! e era uma ordem, afogamentos só com autorização do tenente-coronel, naquela hora a bater o pingalim num convés batido pelo sol do Atlântico, as tropas formadas e a saberem que além de terem de mostrar, ali mesmo, aos tombos mas em

sentido, todos os dias, a barba feita e as botas engraxadas, só podiam morrer em combate ou pelo menos em terra, salvo os que fossem da Marinha, o que não era o caso porque a maioria, pujante de interioridade de Infantaria, vira um transatlântico, e mesmo o Atlântico, pela primeira vez dias antes, na madrugada em que os despejaram num cais de Lisboa, tontos de sono e moídos do comboio de mercadorias onde os haviam enfiado à sorrelfa, com ajudas de custo no bolso e um saco de lona atulhado de fardas de combate, armas não, que essas só depois de lá chegar, na terra dos tiros à vontade mas sem barcos a desviar, que aquilo do «Santa Maria» até puse-

ra o Salazar a milhas de S. Bento e o homem não podia passar o tempo a embarcar em fugas, por isso toca a embarcar sem armas, da popa à proa e dos convés aos cascos, comandantes em cima, comandados em baixo, tripulação pelo meio a vender revistas pornográficas, suecas, legítimas, relógios de contrabando que eram invisíveis no mató e uisque a pataco que vinha directamente da adega da Isabel II, o que não tinha qualquer importância porque era tudo para vomitar, e ainda aquele sacana do meu primo queria que eu fosse para a frota do bacalhau uma data de anos para escapar à guerra! maluco do caraças, meta o mar por ele acima ou então venha

aqui para baixo, no meio desta pocilga enfiada debaixo de água, com o mar a ranger por fora e este rebanho a cuspir as tripas por dentro! mas não faz mal, somos um país de marinheiros e agora até vão vacinados, é preciso que esteja tudo em ordem, ó doutor! acaba-se o cruzeiro e começa o paludismo! e vamos lá manter a moral, hoje à noite temos filme, Audie Murphy na guerra da Coreia, um tipo lingrinhas que os américas nem queriam na tropa e afinal matou chineses às carradas, mas não eram chineses, eram coreanos! e que diferença faz? têm todos os olhos em bico e o filme dizia tudo, só não explicava que os américas tinham perdido a guerra apesar do Au-

die Murphy e da porrada de medalhas, mas era ótimo para o moral, mal imaginava a família que ficara no cais a desfazer-se em lágrimas que o seu menino, naquela altura, estava bestialmente moralizado e até um pouco amarelo, quase chinês ou coreano o que tanto faz, era tudo enjoo e técnica de combate, que entretanto os comandantes de batalhão elocubravam com a oficialagem em «briefings» de 1.ª classe, posteriormente resumida em 2.ª aos sargentos e levada à prática em pleno convés, através de ordens de dia berradas aos soldados arrancados do caverna da nave para executarem rondas sem armas e sentinelas ao oceano, ó mar salgado que nunca foste tão guardado, quem andava à solta era o boato de bordo, que ora anunciava uma tempestade eminente que já pusera «os estabilizadores a funcionar», ora garantia uma escala na Madeira para se receberem as primeiras cartas, e alguns já escreviam as últimas sem o saberem, que a morte quando chega nunca é para a gente, «queridos pais, não tenho enjoado, a comida é boa e disse-me um gajo aqui do barco que o sítio para onde a gente vai é dos melhores que há e ele deve saber, porque está farto de levar tropa para África», e de trazer, às vezes nos mesmos caixões de pinho que agora leva empilhados no porão escondidos num contentor, vazios e prontos a usar, mas quem estava usado até ao tutano eram aqueles barcos, sete por junto, número rasteiro em vai vêm contínuo, durante 15 anos cruzando o mar sem fundo, à superfície da dor, rumo ao fim de um regime ignóbil, covarde e assassino.

A 25 de Abril de 1974 ■

■ Jorge Montez

Eu cá saio na próxima

Cheguem à frente. Cheguem à frente que isto tem de dar para todos. O homem, que quer você que eu faça, que salte para o colo desta senhora? Ali o raio do catraio é que vai bem, que isto de se ser de colo tem as suas vantagens e um lugarzito sentadito que de vez em quando lá aparece uma alma caridosa, agora eu, que quer que eu faça, toca a chegar à frente aí atrás.

E aqueles dois que não há meio de se calarem, como querem que me chegue seja para onde for se nem sei onde tendo os pés, tenho um ombro enganchado no pescoço daquele senhor — desculpe lá o mau jeito, sim? — e o saco das compras deve estar lá para a frente pendurado na ponta dos dedos que não os vejo.

Também o raio da mulher bem se podia ter lembrado de fazer as compras quando chegasse a casa, que aqui onde vai o seu saco ainda cabiam bem aconchegadinhas umas três ou quatro almas. E o que quer o senhor que eu faça, que às dez da noite chegue a Odívalas, com o raio do miúdo a chatear-me cheio de fome coitadinho que o pai vem muito mais tarde, que trabalha na Amadora sem receber, e que ainda por cima dê um pulo a pedir ao seu Manel lá da mercearia que me faça o favor de me ceder duzentas e cinquenta de toucinho para enganar a sopa?, mais vale pedir

à velha — que ainda é quem me vale — qualquer coisinha que ela pelo neto até a camisa despia.

Mas o que quer que lhe faça, minha senhora, tudo isso é muito bonito, eu é que não tenho nada a ver com o caso e estou para aqui há já bem uns dez minutos entalado entre uma garrafa de óleo e o chapéu de chuva daquele senhor, e se o carro ainda fosse mais ou menos confortável...

E está com muita sorte, outro dia vim de Castelo Branco num expresso da Rodoviária que metia dó, não podia pôr os pés onde queria que havia um buraco de onde se via a estrada, vim todo o caminho com uma destas aflições — caio não caio — que só queria que estivesse lá para ver, a meio do caminho tivemos de esperar pelo desdobramento que o carro não quis andar mais e a fortuna que tive de pagar. Olhe, quem tem razão é aquele meu primo que viaja sempre num daqueles expressos particulares. Esses sim, aquilo é que é conforto e segurança, é verdade que são um bocadinho mais caros, mas passam lá mesmo pela terra, antigamente ainda tínhamos o comboio, punhamo-nos no Porto num instantinho, mas agora deu-lhes para fechar o ramal e a Rodoviária passa por lá com o carro sempre à cunha.

Olhe, eu por mim — não se importa de tirar o nariz da minha boca?, muito

obrigado — todos os dias tenho de me pôr no comboio a caminho do emprego, é raro chegar a horas e até já tenho varizes nas pernas que uma hora para cá e uma hora para lá fizeram de mim um velho.

É isso mesmo, amigo, para nós, com este corropio — desculpe-me, sim, mas estas travagens... — a vida já deu o que tinha a dar, agora os moços, esses sim é que têm sorte, uma vida inteira para viver e sem preocupações. É como lhe digo, com a minha reformazita — pois, que a empresa faliu e estas coisas são como são não é verdade? — já pouco tenho a esperar, agora os jovens têm todo o mundo à sua frente, tantas horas, tantos dias só deles, quem me dera...

Nossos? Isso é que era bom. Anda uma pessoa para aqui a esfalfar-se todo o meu santo dia para poder pagar a casa, numa correria para cá e para acolá, biscatinho aqui, biscatinho ali, sempre às voltas com as ferramentas para acabar o seu dia aqui metido num faz que anda mas não anda a caminho de casa, sorriso número vinte oito preparado para receber a cara metade e a criança com a gritaria.

Dá-me licença?, eu cá saio na próxima que a malta está a comemorar Abril. Até por esta viagem, vou apanhar o comboio da luta, que Maio está aí à porta e temos muito que fazer ■



Sem comentários

Transcrevemos um ofício enviado pela Câmara Municipal de Ponta do Sol ao chefe de gabinete da Assembleia Regional da Madeira, em 20 de Março de 1986: «Com referência ao ofício n.º 147/M/11-B, de 17 de Março em curso, através do qual é solicitada resposta ao questionário em apenso, formulado pelo sr. Deputado Mário de Aguiar, do Partido Comunista Português, salvaguardando o respeito que a esta Câmara merece a Assembleia Regional, comunica-se a V. Ex.ª o despacho que recai sobre o mesmo. «Informa-se o sr. Deputado, através do pedido formulado pela Assembleia Regional, de que **não respondemos a questionários ou qualquer espécie de pedidos feitos por deputados comunistas.**» Com os melhores cumprimentos.

O Presidente
da Câmara Municipal
José Egídio
da Luz Teixeira Pita

Pão e circo

Em telegrama enviado à RTP, a televisão norueguesa confirmou a realização do próximo festival da Eurovisão em Bergen, dado que tinha sido levantada a greve dos trabalhadores da hotelaria e, assim, afastada a «ameaça» que pesava sobre o certame. E rematava a congénere norueguesa da RTP, num

arroubo de psicologia social: «dá-se ao povo o que o povo quer: pão e circo». Os conceitos «democráticos», em «termos europeus», são, de facto, de uma profundidade milenária: remontam ao Império Romano. Com uma pequena alteração: agora já não se perseguem cristãos — só comunistas...

A era Reagan

«Segundo números dados a conhecer pelo Congresso Federal, existem actualmente nos EUA cerca de 35 milhões de pobres (...) Os EUA são o único país industrial onde a assistência sanitária não é considerada um direito básico do cidadão (...) Nos EUA existe a mentalidade fortemente enraizada de que falar de programas estatais de saúde pública é coisa de «vermelhos». É um tema que os legisladores preferem não tocar (...) Desde a chegada ao poder da Administração Reagan, a situação dos pobres piorou drasticamente. Para começar, o seu número aumentou 10 milhões desde 1979, o ano anterior ao triunfo eleitoral de Ronald Reagan. Logo, os cortes realizados pelo actual governo nos chamados «gastos sociais» tornou os pobres ainda mais pobres. Nos últimos cinco anos, 70 hospitais — os que prestavam serviços gratuitos — foram obrigados a encerrar por falta de verbas. Outros 180 perderam a sua condição de «públicos»,

para passarem para as mãos de organizações privadas. Agora exigem ao doente ou ferido que se apresente nos serviços de urgência com um depósito de cerca de 1500 dólares (225 contos, mais coisa menos coisa) antes de os tratarem. A alternativa é a rua (...) Num hospital de Chicago (...) entre os recusados havia mulheres com dores de parto, outros em coma profundo, outros gravemente feridos em acidentes ou queimados em incêndios. Aparentemente, os últimos licenciados pelas Faculdades de Medicina norte-americanas não ouviram falar no juramento de Hipócrates (...) A grande parte dos cortes efectuados no capítulo «social» foi feita para aumentar outros sectores, nomeadamente os gastos militares». Ao contrário do que alguns indefectíveis admiradores dos EUA possam pensar, esta amostragem do quotidiano do país dos «direitos humanos», das «liberdades» e da «democracia» não foi alinhada pela propaganda do «leste»: Veio a lume — pasme-se! — nas páginas do «Correio da Manhã»...

Palmeiras

Três da tarde. Na rádio ouve-se uma conversa em directo. O locutor — na sua inconfundível voz de plástico — mantém animada cavaqueira com não sei quem, enquanto a parceira de programa dá palpites. Em discussão está um dos candentes problemas que afligem a capital, quicá o país: a crise que acometeu as oito palmeiras recém-plantadas no aeroporto internacional da Portela. Que estão a secar, coitadinhas. Que não se dão com o clima, que o clima não se dá com elas, que custaram dinheiro, que se calhar até foram importadas e agora estão a sofrer, a par do bolso dos contribuintes, infame violência estético-floral. Um arrepio. Isto na Rádio Renascença — «melhor onda da cidade», como se garante diariamente nos jornais, num anúncio onde se vê, precisamente, o locutor da inconfundível voz de plástico — Henrique Mendes, pois claro! — a apoiar-se em Lisboa com charme de fazer inveja a um balconista de «lingerie». Merecem palmas. Perdão: palmeiras...

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Com olhos frios de gesso
CDS — coisa fraca —
dizem uns que deu congresso
dizem outros, deu barraca...

Para compreenderem bem
a trama do face-a-face
basta dizer que houve quem
até o nariz tapasse...

Palavrões mais singulares
saem pelo discurso roto.
Diz um jovem para os seus pares:
— Isto parece um esgoto...

São as naturais maleitas
de um projecto desumano
com o Lucas e sem Freitas
sem Lucas, com Adriano...

Visto por dentro e por fora
ficou tudo declarado:
o Congresso — foi agora
mas o cheiro — é do passado...

II

Quê? — diz o governo — o quê?
O aumento na CP
Aumentar porquê? Porquê
se nós não temos com quê?...

Hipócrita, é o que ele é.
Muito mais perde a CP
do que aquilo que se dê.

Governo anda de má-fé
é o que o povo, à léguas, vê...

III

Quando os homens do governo, glabros, vão
falar ao Telejornal
mostram sempre o ar de uma rica digestão
bem temperada de sal...

Lá vão eles bem vestidos a valer
expressão serena e queda
e, com a bela fatiota a condizer,
uma gravata de seda...

Assim, de vaidade cheios como um ovo,
afirmam o seu intuito
de falar das «mil carências» deste povo,
dizem que «lamentam» muito...

Lá se ficam mastigando o seu latim
e com arrotos sem conta.
Esta gente prova que um governo assim
não é governo: é uma afronta...

IV

Sabemos o que ele foi
foi mau actor de cobói
pistolão — pum, pum — à vista
Agora, por nosso mal,
surge na vida real
refinado terrorista...

A ameaça dá-se a ver.
Alguém que não queira ser
como ele é, veja lá isso:
está quietinho na varanda
e leva — é Reagan quem manda! —
com uma bomba no toutiço...

Reagan-falcão traz consigo
a agressividade, o perigo
da maior destruição.
Ingénuo cobói não o tomem:
temos de arrancar a este homem
a mecha que tem na mão!



Agenda

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 643

24 de Abril de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta

Lamego

Sarau de Ginástica, às 21.00, no Pavilhão da Câmara.

Alcanena

Será inaugurada, às 21.00, uma exposição sobre «O fascismo e a luta pela Liberdade»; às 23, baile popular e às 24, uma salva de morteiros.

Cascals

No Largo Luís de Camões, às 22.00, Música Popular Portuguesa «Conjunto os Banza», às 23.00, intervenções políticas.

Coruche

Cinema, às 21.30, «O circo», no Pav. dos Montinhos dos Pegos e «Tempos Modernos» no Centro Social da Fajarda. Teatro, às 21.30, «Autos Vicentinos», no Centro Social do Rebocho. Música, às 21.30, «Grupo Ronda dos 4 Caminhos», na Casa do Povo do Couço. Intervenção política e às 24.00, fogo de artifício.

Armamar

Festa de Variedades, com o grupo «Trigal», às 21.00, no Salão Paroquial.

Viseu

Espectáculo, às 21.00, no Rossio, com Samuel.

Montemor-o-Novo

Espectáculo de Folclore, às 21.00, no Curvo Semedo. A Comissão Cultural da Caixa Económica Operária exhibe dois filmes.

Azenha do Campo

Provas Desportivas e um baile da Liberdade, na Associação Recreativa.

Marinha Grande

Desfile e um baile na Praça Stephens e diversas actividades desportivas e recreativas.

Vieira de Leiria

Concentração à noite na Praça da República.

Leiria

Jantar convívio e, pelas 23.00, concentração na Praça Paulo VI.

Amadora

Espectáculo, às 21.00, com Sérgio Godinho, no Parque Delfim de Guimarães; às 24.00, lançamento de foguetes e morteiros, saudação do Presidente da Câmara à população.

Brandoa

Festa Popular, no Polivalente, às 21.30.

Damaia

Às 21.30, espectáculo musical, distribuição de cravos, e teatro pelo Grupo de Campolide com a peça «Tempos Difíceis».

Mina

Arraial Popular, às 22.00, e distribuição de cravos.

Colmbra

Espectáculo de Música Popular, às 21.30, na Praça Velha.

Figueira da Foz

Inauguração da exposição sobre o 25 de Abril, jantar comemorativo e espectáculo no jardim da Praça 8 de Maio. Intervenções políticas.

Sines

Actuação do Rancho Folclórico de Brumadeiras — Milfontes, às 22.30. Actuação da Banda da Soc. Musical União Recreio Sport Siniense, às 23.30. Corrida da Liberdade, às 24.00.

Porto Covo

Torneio de ténis de mesa às 19.00; actuação do Grupo Coral «Amigos da Boa Vontade», às 22.00; fogo de artifício às 23.30; Corrida da Liberdade e fogo de artifício, às 24.00.

Sonega

Torneio relâmpago de ténis de mesa e damas, às 21.00; Corrida da Liberdade e fogo de artifício, às 24.00.

Odivelas

Animação com o Grupo Coral «Ecos do Alentejo» e o Grupo de Teatro da SMO, às 20.00, na Praça da República (Pombais); Desfile para o largo da rua Dr. Egas Moniz e espectáculo, às 23.00.

Póvoa de Santa Iria

Teatro de Marionetas de Lisboa, no Grupo Dramático Povoesse, às 11.00.

S. João dos Montes

Matança de porco, às 20.00.

Cachoeiras

Sessão da Assembleia da Freguesia, às 21.00.

Forte da Casa

Noite de Variedades, às 21.00.

Calhandriz

Convívio popular no Clube Desportivo, Recreativo e Cultural, às 21.00.

Vila Franca de Xira

Sessão solene no Salão Nobre da Câmara Municipal, às 21.30.

Alverca — A-dos-Potes

Teatro no Centro Social, às 21.30.

Alverca

Arraial Popular, no largo do Mercado, às 21.30.

Vialonga

Sessão na Casa do Povo, às 21.30.

Sobralinho

Arraial Popular com baile no Centro Social.

Alverca — A-dos-Meiros

Jantar de confraternização, às 22.00.

Alhandra

Noite de arraial, às 22.00.

Avintes

Arraial popular.

S. João da Madeira

Jantar convívio, no restaurante Santaola, às 21.00.

Alpiarça

Baile, no largo dos «Águlas», às 21.00; Reunião da Assembleia Municipal, às 22.00; hastear das

* Lisboa Hoje

Festa Popular

21.30h
Praça da Figueira



Desfile Popular

Concentração às 14 horas

Marquês do Pombal - Rossio

* Porto Hoje

Passagem do Ano da Liberdade

Espectáculo com Fausto

bandeiras, às 24.00 e Filarmónica Alpiarcense 1.º de Dezembro.

Braga

Grande Festa Popular, à noite.

Loures

Festa Popular, no Largo 4 de Outubro, à noite.

Sesimbra

Jantar comemorativo, às 21.00.

Oeiras (S. Julião da Barra)

Actividades desportivas, confraternização, concurso de pesca.

Oeiras

Actuação de Ranchos Folclóricos no

21.30, prolongando-se até de madrugada. Promovido pela Aliança Povo Unido.

SEXTA, 25



Entroncamento

Almoço-convívio, no mercado antigo.

Sanfins

Desgarrada de fogo às 9.00, 12.00 e 24.00, às 10.00, jogo de futebol no Grupo Desportivo de Sanfins, projecção de um filme às 15.00, e baile às 17.00, a partir das 17.30, petiscos para todos.

Palmela

3.ª prova de atletismo Palmela-Setúbal, com partida do Largo do Chafariz de Palmela, às 17.00.

Penacova

Almoço-convívio de democratas.

Condexa-a-Nova

Manhã desportiva e cultural. Tarde com música popular e ranchos folclóricos. Arraial e Baile popular à noite.

raial e Baile popular à noite.

Mira

Almoço-convívio, às 13 horas.

Vila Nova de Anços

Almoço comemorativo.

Cantanheda

Manifestações desportivas. Almoço de democratas.

Odivelas

Sessão especial da Assembleia de Freguesia, às 10.30, no Pavilhão Polivalente do Bairro Guilbenkian.

Figueira da Foz

Manhã infantil. Actividades desportivas. Entrega de cravos na EPST. Espectáculo com a banda de La-

res. Actuação de um rancho folclórico e do grupo 1.º de Maio. Concerto de guitarra clássica.

Arganil

Alvorada com foguetes, manhã desportiva. Almoço convívio de democratas. Tarde infantil na Casa do Povo.

Colmbra

Manhã desportiva. Desfile popular até ao parque da cidade. Da parte da tarde, arraial popular e espectáculo com a Brigada Victor Jara.

Amadora

Alvorada, às 9.30, na Câmara Municipal, com içar da bandeira e fanfarra. Concerto

pela banda da SFCI, às 10.00, no Parque Delfim Guimarães. Início, às 10.00, da festa 25 de Abril.

Alfragide

Inauguração de uma parede para treino de ténis, no Parque 10 de Junho.

Brandoa

Finals dos torneios de futebol de 5 e de xadrez, às 9.00. Provas de atletismo. Entrega dos prémios, às 12.00, na Escola Preparatória.

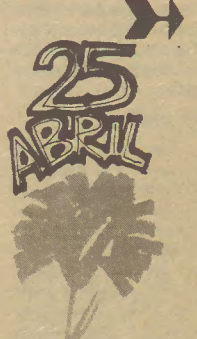
Damaia

Manhã infantil no Parque 25 de Abril, a partir das 10.00. Espectáculo com José Jorge Letria, pinturas e jogos. Cinema,

«Tempos Modernos» de Charlie Chaplin.

Falagueira/Venda Nova

Visita da população ao novo mercado, pelas 10.30. Manhã infantil no largo Pão de Açúcar, com animação de rua, jogos tra-



«SEARA NOVA» N.º 1543

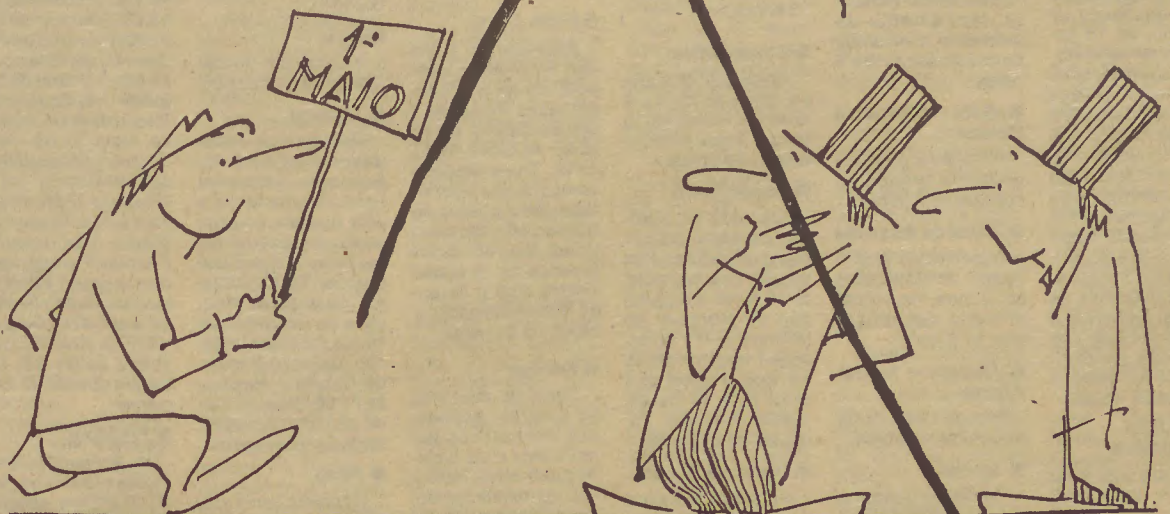
A sair em 15 de 1974

Provas enviadas a Exame Prévio em

10 de 4 de 74

EXAME PREVIO
PROIBIDO
COMISSÃO DE LISBOA

DEIXA LA'... OS OUTROS
364 DIAS SÃO NOSSOS!



SAM (1924-). Destinado a publicação na «Seara Nova» de 1 de Maio de 1974 e cortado pela censura fascista em 10 de Abril do mesmo ano. Publicado em «Da Resistência à Libertação» — Organização de Sérgio Guimarães. Mil Dias Editora — Lisboa, 1977



dicionais e fantoches pelo «Fic de Água» e C.C. Roque Gameiro. Volta ao concheiro em cicloturismo.

● Mina

Filmes infantis em Careneque, às 10.00 e às 11.00 em Á-da-Beja.

● Cova da Piedade

Estafeta da Paz, às 8.30 na Praia da Mata, com chegada ao largo fronteiriço da SFUAP. Desfile das colectividades do concheiro pelas ruas da cidade e inauguração da piscina 25 de Abril. Provas de ténis de mesa, ginastas de bicicleta e teatro infantil.

● Montemor-o-Novo

Simultânea de damas e actividades infantis, da parte da manhã. Estafeta da Liberdade. À tarde, folclore. Espectáculo com Páco Bandeira, às 17.00. Baile popular à noite.

● Viseu

Salva de morteiros às 8.30 e hastear da Bandeira Nacional, no Rossio, às 9.00. III Grande Prémio de Atletismo com partida do Rossio, às 10.00. Manhã infantil a partir das 11.00. Espectáculo com o grupo «Bago de Milho», às 14.30 e jantar comemorativo às 20.00.

● Sesimbra

Às 10.00, sessão comemorativa no Largo do Município. Da parte da tarde, espectáculo musical.

● Loures

Manhã infantil com intervenções às 11.00 e um concerto pela banda dos Bombeiros Voluntários de Loures.

● Setúbal

Concerto com «Os Trovante», às 22 horas, no Pavilhão do Vitória. Entradas pagas.

● Porto Salvo

Torneio de xadrez e de ténis de mesa, às 10 horas.

● Ribeira da Lage

Futebol juvenil, às 10 horas.

● Vila Fria

Torneio de futebol juvenil e actividades culturais, às 10 horas.

● Oeiras

Alvorada com foguetes, às 9 horas e hastear da Bandeira às 9 e 15. Desfile da fanfara dos Bombeiros Voluntários de Oeiras às 9 e 30. Voleibol e animação desportiva às 10 e 30. Actuação do rancho infantil do Grupo Cultural de Vila Fria às 11 e 30. Exposição de livros alusivos ao 25 de Abril, na Biblioteca Operária Oeirense.

● Alpiarça

Recepção às entidades convidadas, no edifício dos Paços do Concelho, às 10 horas. Visita às instalações e actividades da Câmara e Casa Museu dos Patudos a partir das 10 e 30. Início das pinturas murais na praça José Relvas, frente ao largo de «Os Águias». Visita à Cooperativa Copimarte, às 15 e 30. Folclore às 17 horas. Sessão evocativa às 18 horas. Baile com o conjunto «4004», na Associação Recreativa Frade de Baixo, a partir das 20 horas.

● São João da Madeira

Alvorada com doze morteiros, às 8 horas. Hastear da Bandeira Nacional às 9 horas, no edifício da Câmara Municipal. Desfile da fanfara dos bombeiros às 9 e 30. Corrida da Liberdade do 25 de

● Alhandra

Desfile da Banda da Sociedade Euterpe Alhandrense, às 10 horas. Concentração e desfile para Vila Franca às 14 e 30. Sessão comemorativa com a Orquestra Ligeira da Sociedade Euterpe Alhandrense, às 21 e 30.

● Amora

Saudação à freguesia pela banda da SFOA, às 9 horas.

● Cruz de Pau

Alvorada com foguetes e música, às 8 horas. Actuação de classes de ginástica às 10 horas. Abertura da exposição filatélica e colecionismo «O 25 de Abril e a Paz», às 15 horas.

● Fanqueiro

Alvorada às 8 horas. Atletismo às 10 horas. Gincana de bicicleta às 15 horas. Filme infantil «O Facho e a Flecha», às 17 horas. Teatro pelo grupo TES «O Teatro é Feito por Homens Humanos», às 16 horas.

● Fogueteiro

Alvorada às 8 horas. Içar da Bandeira às 8 e 30. Cicloturismo com partida às 9 e 30. Manhã desportiva entre as 10 e as 11 horas. Cinema às 11 horas. Tarde desportiva entre as 14 e as 18 horas.

● Paivas

Foguetes e música às 00 horas. Alvorada às 8 horas. Abertura da exposição sobre o 25 de Abril às 9 e 30. Concurso de desenho infantil às 10 horas. Actividades desportivas a partir das 11 horas. Cinema às 14 horas. Desporto a partir das 16 horas. Variedades às 21 horas.

● Quinta da Princesa

Rali às 9 horas. Abertura da exposição de cartazes e autocollantes alusivos ao 25 de Abril, abertura do sai-sempre, também às 9 horas. Finais do torneio de futebol às 14 horas. Actuação do rancho folclórico infantil da Casa do Povo de Corroios e entrega de prémios às 17 horas.

● Arrentela

Futebol de Salão infantil às 9 horas. Gincana de bicicleta às 9 e 30. Inauguração da zona de lazer na Rua Sá de Miranda às 10 horas. Futebol de salão feminino às 11 horas. Pintura e desenho infantil às 14 horas. Jogo de futebol de veteranos às 16 horas.

● Calhandriz

Salva de morteiros às 00 horas.

● Cachoeiras

Salva de vinte e cinco morteiros às 00 horas. Início do torneio relapago de futebol de salão, às 10 horas.

● Forte da Casa

Hastear da Bandeira, lançamento de morteiros e alvorada com fanfara, às 8 horas.

● São João dos Montes

Alvorada com foguetes e largada de pombos às 9 horas.

● Póvoa de Santa Iria

Espectáculo com o Teatro de Marionetas de Lisboa, na escola primária das Bragadas, às 9 horas.

● Alverca - Á-dos-Melros

Provas desportivas às 10 e às 15 horas.

● Alverca

Desfile da Banda da Sociedade Filarmónica e Recreativa Alverca, às 10 horas. Finais do Torneio da Primavera no Campo do Futebol Clube de Alverca, às 15 horas.

xadrez às 15 horas. Teatro pelo Grupo de Teatro de Campolide às 21 e 30.

● Torre da Marinha

Animação desportiva às 10 horas. Teatro no IFCT com o Grupo Pequeno Teatro, às 16 horas.

● Corroios

Entrega de prémios dos Jogos Florais, integrados no 3.º aniversário da inauguração do Centro de Convívio de Reformados local, às 16 horas.

● Miratejo

Alvorada com foguetes e morteiros às 8 horas. Hastear da bandeira às 8 e 30. Atletismo às 9 horas. Pintura juvenil no parque da Vazeira às 16 horas. Mini-espectáculo com os Pioneiros de Corroios às 17 horas. Cinema nas instalações do Centro de Reformados, às 21 horas.

● Pinhal do Vidal

Prova de atletismo às 9 horas.

● Paio Pires

Saída da banda da Sociedade Musical 5 de Outubro, às 11 horas. Almoço de democratas às 13 horas.

● Seixal

Alvorada às 8 horas. Desfile das bandas STS e SUS pelas ruas do Seixal, às 10 horas. Regatas 25 de Abril, provas de vela e canoagem na Baía do Seixal às 14 e 30. Torneio de mini-basquetebol às 15 horas. Cinema no Clube de Campismo Luz e Vida às 21 horas.

● Sines

Hastear da bandeira com a banda da Sociedade Musical União Recreio Sport Siniense e da fanfara dos Bombeiros Voluntários de Sines, às 9 horas. Visita ao Lar da 3.ª idade e oferta de cravos, provas internacionais de corridas de Patins na Av. General Humberto Delgado com a selecção de Itália, Espanha e principais equipas portuguesas. Sessão solene na Assembleia Municipal, tudo às 10 horas. Actividades desportivas durante todo o dia e com início às 10 e 30. Exposição no núcleo cultural sobre «25 de Abril, Dia da Liberdade». Exposição no Centro Recreativo Siniense «Fascismo, Revolução e Paz». Baile da juventude no largo do Mercado com o conjunto Ultra-fase, às 15 horas. Colóquio no Salão dos Bombeiros Voluntários de Sines, recital de poesia pelo Teatro do Mar, noite africana no Salão do Povo, tudo às 21 horas.

● Buraca

Gincana da Liberdade.

● Damaia

Torneio de futebol de 11, torneio aberto de ténis de mesa e saia de ginástica, às 15.00.

● Falagueira/Venda Nova

Provas desportivas; Cinema português, no núcleo de cinema da Amadora, às 16.00 e às 21.00 no CC Roque Gameiro.

● Mina

Teatro em A-Da-Beja (URA), às 21.30.

● Alpiarça

Concurso de pesca desportiva, às 9.00; Animação desportiva para crianças frente a «Os Águias»; Inauguração da Exposição na Galeria dos Patudos, às 15.00; Ciclismo para populares, volta ao concheiro, às 16.00; Baile no Casalinho, o Centro Popular de Cultura e Recreio, às 21.00; Baile no Frade de Cima, no telheiro da Escola Primária.

● Sonaga

Salva de morteiros às 8 horas. Actividades desportivas durante todo o dia a partir das 9 horas. Actuação da banda da Sociedade Musical União Recreio Sport Siniense e da fanfara dos Bombeiros Voluntários de Sines, às 18 horas. Baile de acordeão às 21 horas.

noite, «O Teatro da Freguesia», no Polivalente.

● Vila Franca de Xira

Dia das Autarquias, no Salão Nobre da Câmara Municipal, às 11.00. Às 13.00, almoço de confraternização.

● Alverca-Á-Dos-Melros

Provas desportivas.

● Alverca

Torneio de Xadrez, na Filarmónica.

● Cachoeiras

Torneio de Futebol de Salão; Projectão de filmes, às 21.00.

● Forte da Casa

Convívio na Junta de Freguesia.

● Alhandra

Provas desportivas, às 21.00. Em S. João dos Montes, Teatro com o núcleo da Casa da Juventude de Alverca. Às 21.30, Teatro na Sociedade Euterpe Alhandrense com os «Esteiros».

● Sines

Colóquio no Centro Recreativo, às 15.00, organizado pelos Pioneiros de Portugal. Às 21.00, Encontro de Poetas Populares.

● Porto Côvo

Baile, às 22.00.

● Sonaga

Gincana motorizada, às 15.00.

● Quinta dos Passarinhos

Atletismo, às 9.30; Concerto pela Banda, às 11.30; Actuação da fanfara dos Bombeiros, às 14.00; Sessão de pintura, às 14.30; Jogos tradicionais, às 16.00; Prova de encerramento, às 18.00.

● Lisboa

Actividades desportivas nos recintos da Academia Recreativa da Ajuda, da Boa-Hora, Império do Cruzeiro, Academia de Santo Amaro, Cova da Moura, Dramático, Combatente, Armadureiro e Recordação Apolo. Almoço de democratas da freguesia de São José, promovido pela comissão unitária APU da freguesia, no restaurante «Pérola das Pretas», às 13.00. Café-concerto para a juventude, na Junta de Freguesia de Alcântara, às 21.00.

● Odivelas

De manhã, Corrida da Liberdade. Às 15.00, concentração das colectividades no Largo Dr. Egas Moniz. Às 17.30, Festival de Ginástica Rítmica.

● Coruche

Oficina da criança, às 10.00. Ciclismo, às 15.00. Cinema: 16.00 - «O Circo», Centro Social da Branca, 16.00 - «O Grande Ditador», na Sociedade Recreativa do Bairro da Areia, 21.30 - «O Circo», no Centro Social da Erra, 21.30 - «Tempos Modernos», no Centro Social da Malha Alta. Música Popular Portuguesa, com o grupo «Dialecto», no Centro Social da Azerveira. Teatro, «A Ilha dos Escravos», às 21.30, no Centro Social da Lamasara.

● Amadora

No Parque Central, xadrez ao vivo, às 10.00. Filmes infantis, na Galeria Municipal, às 15.00.

● Odivelas

Atletismo, às 9.00. Filmes infantis, no Salão da Junta, às 11.00.

● Falagueira/Venda Nova

Provas desportivas, às 10.00. Espectáculo popular, às 15.00.

● Mina

Distribuição de prémios e sessão de encerramento, às 16.00.

● Olivais

Actuação da Banda SFUCO (Cavalinho), acompanhada de caravana com concentração na rotunda da Av. de Berlim e às 13.00 almoço na Escola Primária 159, com a presença do major Marques Júnior.

● Alpiarça

Concurso de «cavalinho», no Largo da Feira, às 15.00. Torneio de Chingilho e convívio, na Escola Visconde Barroso, às 16.30.

● Alhandra

Torneio de ténis de mesa, na Sociedade Euterpe Alhandrense, às 9.00.

● Vialonga

Provas de atletismo e lanche para os atletas, às 16.00.

● Calhandriz

Cicloturismo, teatro com «Os Saltimbancos», às 14.00, às 16.00, entrega de diplomas a todos os participantes.

● Quinta dos Passarinhos

Torneio de futebol de 7, às 9.00. Às 11.30, jogo de futebol de 7. Ginástica Infantil, às 15.00. Teatro Amador de Sines, às 16.00.

● Sonaga

Torneio de tiro aos pratos.

● Cruz de Pau

Actuação da classe de Karaté-Do, às 10.00; Torneio de Chingilho, às 15.00; Exposição.

● Quinta da Princesa

Projectão de filme infantil, às 15.00. Actuação dos Pioneiros de Corroios, às 17.00 e também de populares.

● Pinhal de Frades

Tiro ao alvo, às 15.00 e torneio de xadrez e chingilho.

● Torre da Marinha

Andebol, às 9.30 e 11.30.

● Miratejo

Exposição de pintura, no Centro de Reformados, e às 21.30 projecção de um filme.

● Paio Pires

Exibição da Classe de Dança Moderna da Soc. Mus. 5 de Outubro.

● Seixal

Torneio de Futebol Juvenil, no Campo Bravo, às 10.30.

● Lisboa

Actividades desportivas nas freguesias da zona ocidental de Lisboa.

● Vialonga

Teatro de Marionetas de Lisboa com «O Romance da Raposa», às 11.00, na Casa do Povo.

● Alverca

Colóquio e filme dedicado ao 1.º de Maio, na Casa da Juventude e Cultura de Alverca, às 21.30.

● Buraca

Atletismo, às 9.00. Filmes infantis, no Salão da Junta, às 11.00.

TV

Quinta 24

RTP1

11.00 — Artistas Portugueses
11.30 — Espaço 11/13
12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
13.15 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório TV
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos
18.45 — País, País
19.15 — Desporto
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Teletexto
20.30 — Boletim Meteorológico
20.35 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
21.15 — Europa
21.45 — México/86
22.15 — Série — «As Aventuras de Sherlock Holmes»
23.10 — 24 Horas
23.35 — Remate.

RTP2

19.30 — Notícias
19.35 — Desenhos Animados
20.00 — Conheça Melhor



20.30 — Série — «A Família Vialhe»
21.30 — Notícias
21.35 — Da... Música
23.30 — Últimas Notícias.

Sexta 25

RTP1

— Programação especial

RTP2

19.30 — Notícias
19.35 — Desenhos Animados
20.00 — Documentário
20.30 — Adágio
21.00 — Viagem pelo Teatro
21.25 — Notícias
21.30 — Directo/2
22.30 — Últimas Notícias.

Sábado 26

RTP1

11.30 — Sumário
11.35 — Tempo dos Mais Novos
13.00 — Sumário
13.10 — Tempo dos Mais Novos
14.30 — Revista de Tópicos
15.00 — Simpósio de Escultura em Pedra — Porto 1985
16.00 — Os Marretinhos
16.30 — Série — «Fama»
17.30 — O Novo Mundo Selvagem
18.00 — Tony de Matos
19.00 — Parlamento
19.45 — Totoloto
20.00 — Teletexto
21.00 — Aplauso — «Circo de Monte Carlo»
22.00 — Série — «Dinastia»
23.00 — Últimas Notícias
23.10 — Sábado Especial — «As Cicatrizes de Drácula».

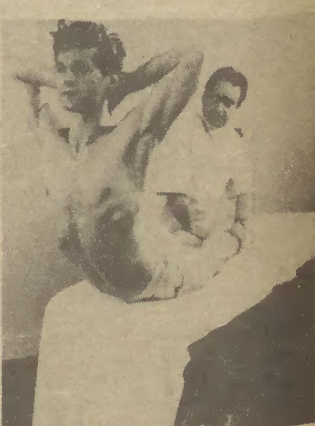
RTP2

18.00 — Troféu
19.45 — Totoloto
20.00 — No Vento da Música
20.30 — Animação/2 — Programa de Vasco Granja — «O Cometa Halley»
21.00 — Ascensão e Queda do Rei Algodão
21.30 — A Última Mensagem.

Domingo 27

RTP1

10.30 — Sumário
10.35 — Missa Dominical
11.30 — 70 Vezes 7
12.00 — Tempo dos Mais Novos
12.50 — Sumário
13.00 — TV Rural
13.25 — Tempo dos Mais Novos
15.25 — Sessão da Tarde — «Houdini, o Grande Mágico», real. George Marshall (EUA/1953)
17.15 — Clube Amigos Disney
18.40 — Informação Desportiva
18.45 — Top Disco
19.40 — Como, Quem e Porquê?
20.00 — Teletexto



20.55 — O Homem na Dança (Último Programa)
22.00 — Domingo Desportivo
23.00 — Últimas Notícias.

RTP2

13.30 — Automobilismo
15.30 — RTP-Agões
16.00 — Tempo dos Mais Novos
16.30 — Videopolls
17.00 — Páre, Escute e Olhe
17.30 — Trânsito
18.00 — Jazz para Todos
18.30 — Falar de Macau
19.00 — Romancelo
19.30 — Novos Horizontes
20.00 — Adágio
20.30 — Nós Por Cá
21.15 — Teatro Português — «1383», pelo Grupo de Teatro de Campolide.

Segunda 28

RTP1

11.00 — Portugal Romano
11.30 — Espaço 11/13
12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
13.15 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório TV
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos
18.45 — País, País
19.15 — Romancelo
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Teletexto
20.30 — Boletim Meteorológico
20.35 — Telenovela — «Corpo a Corpo»



O Programa



México/86 — quinta-feira, RTP 1

21.15 — Concurso 1, 2, 3 — Tema «O Inferno»
23.15 — 24 Horas
23.40 — Remate.

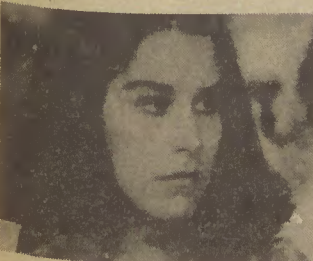
RTP2

19.30 — Notícias
19.35 — Desenhos Animados
20.00 — RTP-Madeira
20.30 — 2.ª Volta
21.00 — Zoom
21.30 — Notícias
21.35 — Hóquei no Gelo — Campeonatos do Mundo e da Europa
23.00 — Últimas Notícias.

Terça

RTP1

11.00 — Conheça Melhor
11.30 — Espaço 11/13



12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»



domingo, RTP 2

13.15 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório TV
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos
18.45 — País, País
19.15 — Trânsito
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.30 — Boletim Meteorológico
20.35 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
21.15 — Apresentação Prévias das Canções Concorrentes ao Festival Eurovisão 1986
21.35 — Programa da Direcção de Informação
22.40 — Estranhos Poderes, 5.º Epis.
23.05 — 24 Horas
23.35 — Remate.

RTP2

19.30 — Notícias
19.35 — Desenhos Animados
20.00 — Videopólis
20.30 — Falar de Macau
21.00 — Sessão das Nove — «Alphaville», real. Jean Luc Godard (França/Itália 1965)
22.45 — Últimas Notícias.

Quarta

RTP1

11.00 — Onde Fica Isto? — «Terras Escondidas»
11.30 — Espaço 121/13
12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
13.15 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório TV
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos
18.45 — País, País
19.15 — Telemundo
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.30 — Boletim Meteorológico
20.35 — Vamos Jogar no Totobola
20.40 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
21.30 — Noite de Cinema — «Alfie», real. Lewis Gilbert (Inglaterra/1966)
23.30 — 24 Horas
23.45 — Remate.

RTP2

19.30 — Notícias
19.35 — Desenhos Animados
20.00 — Pare, Escute e Olhe — «No Bairro de St.º Amaro»
20.30 — O Mundo Barroco
21.25 — Notícias
21.30 — Foi Exito na TV
22.30 — Últimas Notícias.

Cinema

A selecção

Música, debates, etc.

...e ainda

Música

Dois concertos no Museu Gulbenkian
Integrados no programa de extensão cultural, o Museu Gulbenkian, promove nos dias 26 e 27 do corrente, às 15 e às 12 horas respectivamente dois concertos, o primeiro com a actuação dos Alunos da Escola de Música de Lisboa, bolseiros da Fundação Gulbenkian.

Concertos à Hora do Almoço

Hoje, na Sala Polivalente do Cam, às 13.00 com **Alexandre Branco Welfort**, flauta, e **Cândida Matos**, piano, na segunda parte; José Machado, violino, e **João Paulo Santos**, piano. Também na terça, 29, às 13.00 **Ensemble Português de Clarinetes** com: Jaime Carriço, Jorge Trindade, Francisco Ribeiro e António Saiote.

Temporada Gulbenkian 86

Concertos pela Orquestra Gulbenkian, direcção do maestro **Christopher Hogwood**, **Heinrich Schiff**, violoncelo. Quinta-feira, 24, no **Grande Auditório**, às 18.30.

Ópera

No Teatro Nacional de S. Carlos, temporada de ópera. Nos dias 24 e 30, às 20.30 e dia 27, às 16 **Roberto de Vereux** de Gaetano Donizetti.

Feira do Livro

A partir do próximo sábado, dia 29, até ao dia 4 de Maio, estará aberta ao público uma **Feira do Livro na Voz do Operário**. Dentro da programação prevista, destacamos: sábado, das 15/18, abertura com espectáculo de ilusionismo; domingo, das 15/18, no Salão, teatro da secção Cultural do Sporting e a presença da escritora **Alice Vieira**; segunda, das 16/20, na sala 8, ilustração infantil por **Teresa Dias Coelho**; terça, das 16/20, na sala 8 cinema de animação com **Vasco Granja** e a presença da escritora **Ana Magalhães**; quarta, das 16/20, sala 8, fantoches e vídeo para crianças.

Xadrez

A Associação Portugal-URSS aproveitando a estadia no nosso País dos Grandes Mestres Internacionais soviéticos **Mikhailchishin** e **Bagirov**, para disputar o Torneio Internacional **Alekhine**, organiza várias simultâneas sob o lema «Paz e Amizade». Assim, dia 24, às 21.00 na **Marinha Grande**, no Sport Operário Marinhense e a Associação de Xadrez de Leiria com o mestre **Mikhailchishin** e a participação das pessoas interessadas do distrito. Dia 25, às 10.00 em **Vila Franca de Xira**, no salão nobre da Câmara Municipal.

Festival Intercéltico do Porto

Está a decorrer no Porto o 1.º Festival Intercéltico, iniciativa do Instituto Francês do Porto e organização da revista de música popular «MC-Mundo da Canção». Os espectáculos terão o seguinte calendário: 26 de Abril, às 21.30, no Teatro Rivoli — **Milladoiro** (Espanha Galiza) e **Júlio Pereira**. No dia 3 de Maio, às 21.30, também no Rivoli — **Emilio Cao** (Espanha Galiza) e **Tentugal**.

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Um Adeus Português	★★	★★	★★	—
B	África Minha	★★★★	★★★	★★★	—
C	Barão de Altamira	★	—	★★	—
D	Cotton Club	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
E	Encontro	★★	★★★	★★★	★★★
F	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
G	Noites de Lua Cheia	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
H	Regresso ao Futuro	★★	★★	—	★★
I	Rumble Fish — Juventude Inquieta	★★★★★	★★★	★★★★	—

A — Real. João Botelho — **Quarteto/1** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.30), **Tivoli** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa; **Lumière A** (21.30, 23.45) — Porto.
B — Real. Sidney Pollack — **Alfa/1** (15.15, 21.15, 00.15), **Amoreiras/1** (15.15, 18.15, 21.15, 00.15), **S. Jorge/1** (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa; **Foco** (14.15, 16.30, 18.45, 21.30), **S. João** (14.15, 16.30, 18.45, 21.45) — Porto.
C — Real. Artur Semedo — **Cinebloco** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Roma** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa; **Avenida** (15.15, 21.30) — Coimbra.
D — Real. Francis Ford Coppola — **Alfa/Clube** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa; **Dois Mil** (14.15, 16.30, 18.30, 21.30) — Alges.
E — Real. André Téchiné — **Quarteto/2** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
F — Real. Sérgio Leone — **Berna** (15.00, 21.00), **Mundial** (15.00, 21.00) — Lisboa; **Tivoli** (14.00, 17.45, 21.45) — Coimbra.
G — Real. Eric Rohmer — **Estúdio 444** (18.30, 21.30) — Lisboa.
H — Real. Robert Zemeckis. **S. Jorge/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
I — Real. Francis Ford Coppola — **Apolo 70** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), **Quarteto/4** (14.00, 16.00, 18.00, 19.45, 21.30) — Lisboa; **Stop/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.45) — Porto.

Exposições

Alguns Aspectos da Arte Contemporânea em Itália, na Gal. das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian.

Arte Postal, Soc. Língua Portuguesa, R. S. José, 41, 2.º (até 10/5).

Arthur Luís Piza, (Itália), pintura e gravura. Gal. 111, Campo Grande, 113-A. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./10.00 às 13.00.

Azulejos, «5 Séculos do Azulejo em Portugal». Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00, sáb. e dom./12.00 às 22.00.

Brinquedos em lata e madeira do arq. Virgílio Coutinho. Museu Nacional do Traje, Lg. Monteiro-Mor. De 3.ª a dom./10.00 às 13.00 e 14.30 às 17.00 (até 31/7).

Cabrita Reis, Gal. Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. Das 15 às 20.00 (até 3/5).

Carlos Calvet, pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. Das 10.00 às 17.00.

Collectiva de Gravura, «A gravura e as suas técnicas». Gal. Almada Negreiros, Av. República, 16. De 3.ª a dom./10.00 às 20.00.

Escultura Africana em Portugal. Museu de Etnologia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

Fernando Curado de Matos, fotografias de jazz. Hot Clube de Portugal, Pç. da Alegria, 39.

«As Flores», Centro Artístico Infantil da Fund. Gulbenkian, Av. Berna. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00 (até Junho).

Gente de Palco — II Acto, Museu Nacional do Traje, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a

sáb. Das 10 às 13 e das 14.30 às 17; dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 18.00.

Gracia Pereira Coutinho, desenho, Atrium da Imprensa, R. Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 9/5).

Helena Matta, Gal. Codilivro, Pr. Dr. Nuno Pinheiro Torres, 2-A. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.00 (até 4/5).

Joana Rosa, jóias (metais pobres). Museu Nac. do Traje, Palácio Monteiro-Mor, ao Lumiar. De 3.ª a dom./10.00 às 13.00 e 14.30 às 17.00.

João Monsanto, desenho (BD). Varandinha de Alfama, Beco da Corvina (até 28/4).

Jacques Pajak, (Suíça), pintura e desenho. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

Louro Artur, desenho. Pátio Alfacinha, R. do Guarda-Jóias, das 11.00 às 23.00.

Maurício de Abreu, «Apontamentos de Trabalho» — fotografia, na Soc. Nacional de Belas Artes. Todos os dias, das 14.00 às 20.00 (excepto feriados). Até 4/5.

Monteiro Gil, fotografias. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42-1.º, de 3.ª a sexta das 15 às 20.00, sáb. e dom. das 16 às 19.00.

Palva Raposo, pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 30/4).

Pedro Cabrita Reis, pintura. Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00 (até 3/5).

Pedro Portugal, pintura. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º-Dt.º. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 30/4).

Rogério Amaral,

pintura. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda, 111.

Sérgio Pombo, pintura. Gal. Altamira, Av. 5 de Outubro, 35 (até 17/5).

Teófilo, pintura e desenho, Largo Trindade Coelho, 4 (até 2/5).

Tomás Henriques, desenho e pintura. Gal. Tempo, R. S. Mamede, 17-A, de 2.ª a sáb. das 16 às 22.00 (até 7/5).

Artistas do Norte de Portugal, Museu Nac. Soares dos Reis, R. D. Manuel II PORTO.

Fernando Cruz, desenho, na Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a sexta, das 9 às 23.30, sáb. e dom. das 15 às 19 e das 21 às 23.30 (até 7/5) PORTO.

Graciele, cerâmicas, na Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a sexta, das 9 às 23.30, sáb. e dom. das 15 às 19 e das 21 às 23.30 (até 7/5) PORTO.

José Cândido, pintura. Gal. EG, R. do Crasto, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 19.30. PORTO.

«Os Nossos Anos 20», colectiva de artistas dos anos 20: de Almada e Eduardo Viana a Stuart Carvalhais, Jorge Barradas, Bernardo Marques. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 80. De 3.ª a 6.ª/10.00 às 12.30 e 15.30 às 19.30, sáb. e dom./15.30 às 19.30. PORTO.

Paulo Hernâni, desenhos, na Gal. S. Pedro (Amarante), até 11/5 PORTO.

Rodrigo Cabral, desenhos, na Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a sexta, das 9 às 23.30, sáb. e dom. das 15 às 19 e das 21 às 23.30 (até 7/5) PORTO.

Ruth Rosengarten, pintura. Gal. Módulo, Av. da Boavista, 854.

De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 30/4) PORTO.

Ingo Kuhl, pintura. Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL. **João do Carmo**, desenho e pintura. De 4.ª a 2.ª/16.30 às 21.00, Birre Centro CASCAIS.

Luís Camacho, pintura. Gal. Alfaro, Trav. Visconde da Luz, 7. De 2.ª a sáb./15.00

às 19.30, até 13/5. CASCAIS. (Inaugura amanhã).

Carlos Lança, pintura. Museu de ÉVORA.

José Teófilo Duarte, pintura. Casado Bocado — Gal. Municipal de Artes Visuais. De 3.ª a 6.ª/9.00 às 12.00 e 14.00 às 19.00, sáb. e dom./15 às 19.00 (até 27/4) SETÚBAL.

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia, R. Francisco Borja, 24. De 3.ª a sáb./21.45, dom./16.00. **Quase Por Acaso**

Uma Mulher, de Dario Fo, enc. Castro Guedes.

Comuna-Sala Nova, Pç. de Espanha. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **Calígula**, de Albert Camus, enc. João Mota.

Teatro Aberto, Praça de Espanha, **Volpone**, de Norberto Barroca, pelo Novo Grupo.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb./21.30. **Sonata dos Espectros**, enc. de Luís Miguel Cintra pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb./21.00, dom./16.00. **Bem-Vindo Sr. Sloane**, de Joe Orton, enc. Carlos Fernando — Grupo de Teatro Hoje.

Teatro da Trindade

de, IV Ciclo de Teatro do Trabalhador — **Uma Cama para Edipo**, pelo Grupo Oficina de Teatro de Amadores «O Gota», às 21.30.

Teatro Vasco Santana, Entre Campos (Feira Popular). De 3.ª a sáb./21.30, dom./16.00. **Cesário Quê?**, texto e encenação de Luzia Maria Martins — Teatro-Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. **Pouco Barulho**, de Michael Bayrn, enc. Varela Silva.

Variedades, Pq. Mayer. De 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos**, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• PORTO
Espaço Barredo, R. do Barredo, 3 (Ribeira). De 3.ª a dom./21.45. **Eróstrato**, de Pedro Barbosa, enc.

Júlio Cardoso — Seiva-Trupe.

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. Sáb. e dom. às 17 e 22. **O Último Balle em Casa do Sr. Cunha**, enc. de Castro Guedes.

TEP, Rua do Pinheiro, 4. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom./16.00. **Cesário Quê?**, texto e encenação de Luzia Maria Martins — Teatro-Estúdio de Lisboa.

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom./21.45; Dom. e feriados /16.00. **Os Amores da Foz**, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca — Seiva Trupe.

• CASCAIS
Espaço TEC, de 3.ª a sexta só para escolas. **Farsa das Ciganas** e **Farsa de Inês Pereira**, de Gil Vicente, enc. de António Marques.

• SETÚBAL
TAS — Teatro de Bolso. 6.ª e sáb./21.30, dom./16.30. **Jogo de Loucos**, de Michel Viala, enc. Domingos Semedo.

Para crianças

• LISBOA

Comuna-Sala 1, sáb. e dom. às 18. **Cárie e Bactéria nos Dentinhos do João** — Grupo Mimo-Dança.

Comuna-Sala 2, 6.ª e Sáb./21.30, sáb. e dom./15.00. **Nós de um Segredo**, sobre textos tradicionais portugueses — Grupo o Bando. Máscara — Teatro Grupo, com a peça «Circo 30», sáb. e dom. às 18.00.

Salão das Fúrnas, R. Raul Carapinha. Sáb. /16.00, dom./11.00. **Bola de Sabão** — Grupo Os Papa Léguas.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). **Gaileu, Contador de Estrelas**, de José Jorge Letria. Sáb. e dom./16.00.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, sáb. e dom. às 11 e 14 horas **Fecha os Olhos... Entra na História**, de Joselita Alvarenga.

a TV

Um «fantasma» que não pode regressar

A semana que passou ficou marcada por um dos acontecimentos mais repugnantes da História: o ataque terrorista dos Estados Unidos à Líbia.

Ficou bem claro que o capitalismo não pensa abrir mão do seu projecto de domínio mundial. Ele quer evitar por todos os processos que os povos se libertem, busquem o seu próprio caminho para o futuro.

Havia quem julgasse para sempre desaparecida a «política das canhoneiras». Este ataque feroz dos Estados Unidos pretende repôr uma situação condenada pela História.

A repressão da pirataria, por esse mundo fora, foi unânime. A impopularidade dos Estados Unidos, representados pelo governo de Reagan, nunca foi tão elevada.

A política das canhoneiras não pode ressuscitar.

As «segundas-frentes» da desinformação

É evidente que a televisão portuguesa não podia alhear-se do acontecimento. Mas pode-se, desde já, verificar o seguinte: não escondendo as manifestações anti-americanas (pelo menos algumas) tudo fez para diminuir o impacto dessas manifestações.

Por outro lado, integrou-se às mil maravilhas no movimento de diversão sempre que a impopularidade da agressão americana ameaçava aumentar.

Assim, a audiência não tinha tempo para se debruçar sobre as consequências do ataque (destruição, mortos, feridos...) porque simultaneamente eram lançadas notícias forjadas pelos serviços americanos: a «revolta» do exército na Líbia; a «fuga» de Kadhafi; o seu «refúgio» no deserto; o pedido à CEE para servir de medianeira.

A RTP foi peça importante na engrenagem da guerra psicológica. Acção vergonhosa à somar a tantas outras...

Quem cala consente? E o que sente quem cala?

E quanto à acção desempenhada pelo nosso país no ataque terrorista?

Personalidades oficiais ouvidas pela televisão fugiram sempre, no essencial, e como se costuma dizer, com o rabo à seringa.

Os americanos pediram licença para os seus aviões atravessarem o nosso território? Não senhor não pediram. E se pedissem? Depois se veria, diante do facto concreto. Mas há um facto concreto... Pois sim, licença é que não pediram. Mas os aviões sobrevoaram ou não o nosso território? Não há conhecimento disso... Mas se tivessem atravessado? Ver-se-ia, não vale a pena fazer conjecturas... Etc., etc.

Ora bem. Foram-se acumulando suspeitas e, finalmente, certezas de que os aviões assassinos atravessaram território nacional. Escusado será sublinhar a gravidade da situação.

E a verdade é que, até ao momento em que escrevo estas linhas, nenhuma declaração foi formalizada por parte do Governo de Cavaco Silva.

Será assim tão degradada a consideração que Washington tem pela administração portuguesa que já se dê ao luxo de atravessar território português como se fosse território seu?

E será tão degradada a consideração que as autoridades portuguesas têm por si próprias que as leve ao silêncio?

A omissão, claro

Há «grandes» notícias que só o são porque foram artificialmente empoçadas pelos grandes meios de comunicação. Há, por outro lado, «pequenas» notícias cujo grande significado ultrapassa a atenção que os órgãos informativos lhe concedem.

Vinte e dois trabalhadores foram despedidos ilegalmente da RTP. Dez anos foi quanto durou a sua luta pelo direito ao trabalho, com a RTP a fechar sempre as portas do bom-senso e da negociação.

A sua luta acabou por ser coroada de êxito. A RTP roubou dez anos de trabalho a 22 portugueses, agiu em pleno terrorismo de ilegalidade. Vai pagar, em dinheiro, o que lhes deve. A dívida moral, essa, impossível de liquidar, acompanhará os seus responsáveis até ao fim da vida.

Pormenor: telejornal não deu a notícia. Não será altura de intervir o Conselho de Comunicação Social.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

O Jornal Novo

Reaparece o título do «Seculo» pela mão da Afinco que já editou «A Tarde» e o «Jornal Novo» e edita o «Semanário». Por aqui o leitor já está a ver o que será. Se acrescentarmos que o presidente do Conselho de Administração da Afinco é Franco Nogueira, ex-ministro de Salazar, e que o director de «O Seculo» é Jaime Nogueira Pinto, regular colaborador de «O Diabo», está tudo dito. E os recortes de hoje são, por isso, quase redundantes.

Outro País...

«Hoje, em 1986, o mundo e o País mudaram muito, num século decisivo que «O Seculo», também contou. Duas Guerras Mundiais — guerras civis para a Europa — e a Segunda Descolonização, deixaram a Europa sem a superioridade militar e económica que lhe assegurara o domínio do mundo. Os Brancos serão apenas 12% da população no ano 2000; as armas de destruição total transformaram o próprio conceito de guerra e o equilíbrio do terror manteve a paz no hemisfério Norte; até o conceito de Estado Nacional parece estar em questão.

Portugal conheceu ciclos de estabilidade e instabilidade política, de crescimento e regressão económicos, entre o fim da Monarquia Constitucional, a Primeira República, o Estado Novo e a Segunda República. Neste século, o País fez um império africano no último quartel de oitocentos, desenvolveu-o a partir de 1960 e perdeu-o em 1974-75; internamente, o constitucionalismo monárquico desagregou-se a partir de 1891; e passou, como passaram a República radical, o salazarismo e a quase guerra civil de 1974-75 até ao Thermidor do 25 de Novembro.

Perdeu poder com o fim do mundo eurocêntrico e com o fim do império. É hoje uma pequena Nação à procura de um Destino, cujo Povo, traumatizado por anos

de instabilidade e guerrilha, anseia pela ordem na liberdade, pela dignidade necessária, pela grandeza possível.

Não temos o culto saudosista das relíquias, mesmo veneráveis ou veneradas.»

(Jaime Nogueira Pinto, «O Seculo», 22 de Abril)

«A revolução nacional

«No dia 28 de Maio de 1926, a toda a largura da 1.ª página, «O Seculo» prudente acaba. E escreve:

A revolução triunfante/O Governo foi forçado a demitir-se ante a galharda atitude do Exército, fiel intérprete do sentimento pátrio/viva a Pátria! Viva a República.

Em fundo, eufórico, o velho jornal republicano comenta:

Não! Portugal não quer ser regenerado a melas doses. Chegou o momento das vrlis afirmações de força em bloco.

(...)

Depois, menos de um ano depois, a 4 de Fevereiro, revolta-se a guarnição do Porto. Como era seu costume, «O Seculo» não comenta. Logo após revoltam-se militares em Lisboa. E depois vem a Madeira. Nesse momento, diante da adesão aos revolucionários do «Diário de Notícias», «O Seculo» liberta-se de todas as reservas e defende o novo regime. Foi a última

vez. Na verdade foi a antepenúltima vez, porque em Agosto nova intentona é sufocada. A última vez seria no dia 26 de Abril de 1974, «O Seculo», já então dirigido por Manuel Figueira, retoma a sua proverbial prudência e diz em fundo:

Inscrevendo em primeiro lugar entre as suas preocupações desta hora da vida da Nação a garantia da Pátria soberana no seu todo pluricontinental e também no respeito e garantia da liberdade dos cidadãos a Junta de Salvação Nacional assumiu perante o País e o Mundo uma clara intenção que o respeito outorgado pelo mandato das Forças Armadas não consentirá venha a ser desvirtuado.

Pobre «O Seculo»!... Volvidos menos de três anos morria nas mãos dos piores inimigos de Portugal — para ressuscitar agora com o seu velho espírito de jornal independente.»

(Manuel Maria Múrias, «O Seculo», 22 de Abril)

«Por detrás das ilusões — A União Soviética e o terror: os desafios do nosso tempo

«Os Estados Unidos encontram-se por vezes em dificuldades para acreditar na realidade do império soviético.

A nossa visão do mundo e da História predis põe os cidadãos americanos a pensar que a paz é uma norma e que a guerra e a violência constituem ocorrências anormais. A URSS é, porém, bem real, um adversário de força sem precedentes, de crueldade inultrapassada e de grande apetite global, que acredita no papel desempenhado pela violência na política.

A nossa capacidade militar é suficientemente grande para prevenir um xequemate nuclear, mas pouco adequada para combater a «guerra de baixa intensidade», um termo usado para etiquetar conflitos no Terceiro Mundo, insurreições e guerras de guerrilha, ou, usando o léxico soviético, «guerra da libertação nacional».

(...)

Mas a autodefesa não é uma forma de agressão. É importante que o nosso edifício militar cresça, pois durante demasiado tempo convencemo-nos perigosamente de que era inapropriado defendermo-nos através do poder. Por isso, penso ser importante gastar mais dinheiro, e não menos, no melhoramento das nossas garantias militares.

(...)

Penso, com toda a franqueza, que devemos invadir os seus santuários, tomar as suas bases. Penso que, se os seus mísseis abatem os nossos aviões, devemos capturar esses mísseis. Não penso, porém, que devemos entrar em guerra, pois esta já não é, no nosso tempo, uma ameaça credível.

Podemos escolher o tempo e o lugar. Não precisamos de deixar que Khadafi ou outro qualquer decida desse tempo e do lugar da nossa resposta. Não acredito na necessidade de ir às fontes, já que isso é demasiado perigoso e, em muitos casos, inútil.

Em resumo: temos de nos preparar para usar força contra a força, porque a verdade é que crescemos internamente fracos, devido à nossa própria incerteza.»

(Jeane Kirkpatrick, ex-embaixadora de Reagan, «O Seculo», 22 de Abril)

Damas

XLIX — 24 de Abril de 1986

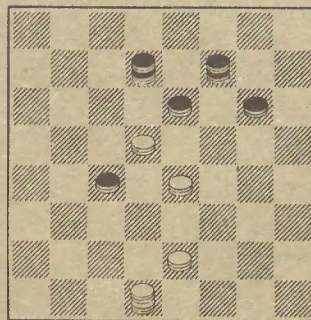
PROPOSIÇÃO N.º 49

Por Orlando Augusto Lopes

«Século Ilustrado» 7.VI.1947

Pr. 15-21-22-(26)-(27)

Br. (3)-6-14-19



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 49

Campeonato Nacional — Fase de Apuramento, Setúbal, 13.IV.86

Br. Medalha da Silva — Pr. Jorge Gomes Fernandes

(1.º Jogo)

1. 12-15, 23-20; 2. 10-14, 22-18; 3. 6-10, 27-22; 4. 10-13, 28-23; 5. 8-12, 20-16; 6. 2-6, 32-28; 7. 4-8, 30-27; 8. 6-10, 23-20; 9. 3-6, 28-23; 10. 13-17, 22-19; 11. 15-22, 26-19; 12. 17-26, 29-22; 13. 14-21, 25-18; 14. 10-13, 20-15; 15. 11-20, 24-15; 16. 13-17, 31-28; 17. 17-21, 15-11; 18. 6-15, 28-24; 19. 21-26, 23-20; 20. 7-11, 16-7; 21. 26-30, 19-12; 22. 30-16, 7-3; 23. 8-15, 3-6; 24. 16-3, 6-2; 25. 3-13, 18-14; 26. 11-27, 2-30; 27. 13-6, 30-26; 28. 6-3, 24-20; 29. 9-13, 20-16; 30. 3-7, 26-15; 31. 13-17, 15-8; 32. 7-4, 8-22; 33. 17-21, 16-12; 34. 21-25, 12-8; 35. 25-29, 22-9; 36. 5-10 e as Pretas abandonam.

GOLPE N.º 49

Por D. G. McKelvie (Londres)

1. 10-13, 22-19; 2. 11-15, 19-14; 3. 13-18, 21-17; 4. 6-11, 23-20; 5. 12-16, 28-23; 6. 3-6? Perdentel J. Pr. G. (Br. 1-2-4-5-6-7-8-9-11-15-16-18 Pr. 14-17-20-23-24-25-26-27-29-30-31-32 J. Pr. G.)

SOLUÇÕES DO XLIX

N.º 49 (O. A. L.): 14-18, 22-13 (Se: 21-14; 6-11 +); 19-22, 27-18 (Se: 26-19; 6-11 +); 6-10, 13-6; 3-29 e 29-25 +

Golpe n.º 49 (D. G. M. K.): 6. ..., 25-21; 7. 18-25, 31-28; 8. 11-18, 20-11; 9. 7-14 ou 6-15, 23-20 e 28-3 +

A. de M. M.

Xadrez

XLIX — 24 de Abril de 1986

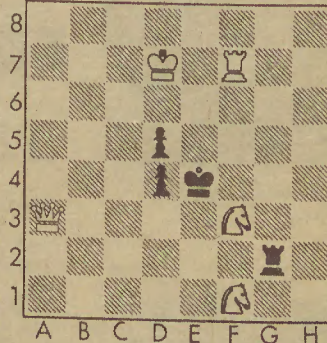
PROPOSIÇÃO N.º 49

Por C. Mansfield

«Morning Post», 1923

Pr. (4): Ps.d4, d5-Tg2-R64

Br. (5): Cs.f1, f3-Tf7-Da3-Rd7



Mate em dois lances

JOGO N.º 49

Campeonato da Europa, Groningen, 1985/86 (1.º, Alexander Khalifman [URSS] 11 pts. (em 13!); 2.º, Howell 9; 3.º, Zysk, Arlandi 8...).

Br. E. Arlandi

Pr. A. Khalifman

1. d4, Cf6; 2. c4,g6; 3. Cc3,Bg7; 4. e4,d6; 5. f3, 0-0; 6. Bb3,c5; 7. d5,d5; 8. Dxd8,Td8; 9. Bc5,Cc6; 10. Td1, Cd7; 11. Ba3,b6; 12. Cge2, Bb7; 13. Cd5, Cd6; 14. Cc1, e6; 15. Cc7+, Cc6; 16. Bc7, Td1+; 17. Rd1, Td8; 18. Bg5, f5; 19. e4, Cc3; 20. f6, Cc5; 21. f7g7, Ch3; 22. Cd3, R: g7; 23. Rf1, Td8; 24. Cc5, g5; 25. Cg4, h5; 26. Cc3, g4; 27. Bc2, Cf4; 28. Tg1, Td4; 29. Bf1, Cg6; 30. Bc2, Cf4; 31. Bf1, Bc4; 32. a3, e5; 33. g3, Cd3+; 34. Bxd3, Td3; 35. Cd1, Bf3; 36. Cc3, e4; 37. Cd5, e3 e as brancas abandonam!

SOLUÇÃO N.º 49

Chave: 1. Da6! bloqueio!
1. ..., T joga fora da sua coluna; 2. Dg8+ +
1. ..., T joga sobre a sua coluna; 2. Dc2 + +
1. ..., d3; 2. Dc6 +

A. de M. M.

POVO LUTA CULTURA



daqui partimos
para as nossas iniciativas editoriais

Até amanhã comaradas
Manuel Tiago
Obra completas de
SOEIRO PEREIRA GOMES

edições
Avante!